



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Defesa de Odair Moniz pede condenação

Pág. 4 in ETC



Legislativas 2026

PAICV e Francisco em pleno

Págs. 2 a 4

Governo “enxuto” deve ter onze ministros e dois secretários de Estado

Págs. 6 e 7

MpD: Paulo Veiga, Herménio Fernandes e Orlando Dias na corrida à liderança

Pág. 8

Opinião João Serra: O som do silêncio da derrota do MpD

Pág. 22



Livro de José Mário Correia Ascensão histórica dos Tubarões Azuis

Págs. 2 e 3 in ETC

Horário normal expediente



Pág. 23

Legislativas 2026

PAICV e Francisco, absolutamente



O cenário político sofreu uma viragem no passado domingo, 17 de Maio. Após uma década na oposição, o PAICV regressa ao poder, ditando o fim do ciclo governativo do MpD e Ulisses Correia e Silva. Francisco Carvalho, líder do PAICV, prepara-se para assumir o cargo de primeiro-ministro. O desgaste dos anos, os transportes e a falta de transparência no processo de privatizações terão sido os principais causas da derrota do MpD.

Daniel Almeida

O anúncio dos resultados provisórios provocou uma onda de festejos nas sedes do PAICV por todo o país, com especial expressão na Praia e no Mindelo – onde o partido conquistou uma vitória expressiva com 40,1% dos votos. Também nos EUA a “chitada” aplicada aos ventoinhas gerou grandes festejos, quando se esperava uma divisão dos dois mandatos.

Por aquilo que consta, a distribuição de cestas básicas, em pleno sábado de manhã, na Praia, pelo Supermercado Fenícia, com fotos e vídeos desse momento terá suscitado a ira da comunidade na América.

Cabo Verde falou “com maioria”

Na sua primeira declaração ao país, na noite de domingo, Francisco Carvalho garantiu que “Cabo Verde falou com maioria” e prometeu um executivo mais reduzido, focado no cumprimento rigoroso das promessas eleitorais, como o acesso gratuito à saúde, tecnologias e ao ensino universitário público (ver páginas 12 e 13).

Do lado do MpD, a derrota foi assumida de forma imediata e pacífica. Ulisses Correia e Silva, que falhou a eleição para um inédito terceiro mandato consecutivo do MpD, reconheceu que os resultados “não fica-

ram ao nível dos objectivos” e anunciou a sua demissão da liderança do partido, bem como o seu afastamento da vida política activa. O ainda chefe do Governo informou que felicitou o seu sucessor, assegurando uma transição de pastas institucionalmente exemplar (ver página 14).

Alerta vermelho da abstenção

Apesar do civismo que caracterizou o sufrágio – acompanhado de perto por mais de 230 observadores internacionais –, o grande destaque da noite eleitoral foi o nível de alheamento dos eleitores. Da-

Causas e efeitos

Os trunfos do PAICV

dos provisórios apontam para uma abstenção acima de 53%, um recorde preocupante que acentuou a tendência de crescimento já verificada em 2021.

Este fenómeno mereceu já a reflexão de vários quadrantes políticos, que admitem a necessidade de analisar este distanciamento entre a classe partidária e os cidadãos. Na mesma linha se situa a reacção do Presidente da República, José Maria Neves (página 04).

Apesar de reduzir de quatro para dois deputados, ambos em São Vicente, a UCID manteve o seu estatuto de terceira força política, enquanto partidos sem assento parlamentar, o PTS e o PP, voltaram a registar votações residuais (ver página 16).

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) dará início ao apuramento geral, prevendo-se a publicação oficial dos resultados no Boletim Oficial até ao final do mês. Cabo Verde reitera, assim, o seu estatuto de farol democrático na África Ocidental, operando mais uma transição de poder assente na estabilidade, enquanto se prepara para os novos desafios económicos e sociais do próximo quinquénio.

Mais do que beneficiar do desgaste do partido no poder, o PAICV, de Francisco Carvalho, conseguiu construir uma narrativa a favor da mudança e mobilizar franjas decisivas do eleitorado. Estruturou a sua mensagem em torno das dificuldades quotidianas dos cabo-verdianos, contrastando com a abordagem mais macroeconómica e, por vezes, excessiva positiva do MpD, baseada em estatísticas que só o sistema ventoinha era capaz de acreditar.

O líder do PAICV transportou para a campanha nacional o estilo de governação que implementou na liderança da capital: uma retórica humanista, focada na assistência social directa e na promessa de um governo mais reduzido e menos dispendioso para os cofres do Estado. A vitória na capital arrastou consigo o eleitorado jovem e urbano.

O PAICV operou uma viragem crucial em São Vicente, alcançando 40,1% dos votos. Ao focar-se na crise dos transportes marítimos (um tema ultra-sensível para os mindelenses), o partido conseguiu quebrar a tradicional hegemonia do MpD e conter o crescimento da UCID no seu próprio bastião (ver página 19).

O PAICV soube ainda transformar as fragilidades da política económica do MpD em fortes argumentos eleitorais. O partido explorou com eficácia as falhas contratuais e as crises na Cabo Verde Interilhas (CVI) e os impasses na TACV.

Principais causas da derrota do MpD

A derrota do MpD, que resultou na demissão de Ulisses Correia e Silva e no fim de um ciclo de dez anos de governação, foi o reflexo de um desgaste político acumulado e de uma crescente insatisfação social. A análise dos bastidores políticos e o comportamento do eleitorado apontam as causas principais que ditaram a queda do partido.

Em primeiro lugar, o desgaste e o processo de Privatizações, especialmente, o dos transportes. A instabilidade crónica no sector aéreo e as sucessivas injeções de capital público na TACV desgastaram, uma vez mais, a imagem de eficiência económica que o executivo tentava projectar.

As constantes falhas, atrasos e revisões contratuais no modelo de ligações marítimas operado pela Cabo Verde Interilhas (CVI) alienaram o eleitorado, especialmente nas ilhas periféricas que dependem vitalmente destas

ligações para o comércio e saúde.

Em segundo lugar, embora o Governo tenha enfrentado choques externos severos nos últimos anos (como a pandemia e as crises inflacionistas globais), a percepção pública foi de que as respostas do executivo foram insuficientes para proteger as famílias mais vulneráveis da contínua perda do poder de compra. O aumento contínuo do preço dos bens de primeira necessidade e dos combustíveis asfixiou a classe média e as populações de baixos rendimentos.

O MpD contou, também, com a saturação do eleitorado diante da ideia de um terceiro mandato, porquanto, historicamente, os eleitores tendem a penalizar partidos que procuram perpetuar-se no poder por longos períodos. A tentativa de Ulisses de conquistar um inédito terceiro mandato consecutivo para o MpD esbarrou na desconfiança atávica dos cabo-verdianos e no seu desejo de alternância democrática.

UCID e a sombra do pró-MpD no passado

Apesar de ter conseguido manter o seu estatuto de terceira força política no Parlamento, a UCID saiu das últimas eleições com um sentimento de derrota. Longe de alcançar os objectivos de crescimento e de se tornar o “fiel da balança” no Parlamento, o partido liderado por João Santos Luís viu a sua influência encolher.

Fora de São Vicente e de bolsas muito específicas (como a Diáspora ou Santo Antão), a mensagem da UCID não conseguiu criar raízes profundas em círculos eleitorais populosos, como em Santiago (Norte e Sul).

Após a saída do carismático António Monteiro da liderança do partido, a UCID tem lutado para projectar uma imagem de renovação que cativasse as novas gerações de eleitores. O discurso político centrou-se excessivamente nas críticas habituais à governação e na denúncia das assimetrias regionais, mas falhou em apresentar propostas económicas e sociais inovadoras ou disruptivas que fizessem o eleitorado jovem rever-se no partido.

Embora o partido tenha sempre defendido a sua independência e o voto em consciência em prol do país, a percepção pública de que a UCID poderia funcionar como uma «muleta» do partido do governo retirou-lhe vigor enquanto força de oposição antissistémica, empurrando o eleitorado de protesto directamente para os braços do PAICV.

DA

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIX | Nº977 | 21 de Maio de 2026 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carlos Fonseca | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressal Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

Elevada taxa de abstenção preocupa Presidente da República

O presidente da República manifestou-se preocupado com a elevada taxa de abstenção registada nas eleições de 17 de Maio, e pediu reflexão sobre as razões desse “aparente desinteresse” dos eleitores. Passadas as eleições, José Maria Neves deixou um apelo a busca de consensos entre as forças políticas.

Natalina Andrade

O chefe de Estado, que discursou esta terça-feira, no âmbito das actividades do Dia do Município da Praia, considerou imperativo “compreender e enfrentar as causas desta realidade, sob pena de fragilizarmos a participação cívica que é o alicerce da democracia”.

Boca de urna e compra de votos

Para além da abstenção, que chegou aos 53,5%, JMN alertou que o país não deve ignorar as recorrentes referências à chamada “boca de urna” e a práticas “que se aproximam da compra de consciência”.

“Estas atitudes, se não forem descontinuadas, podem minar a confiança dos cidadãos e comprometer, a prazo, a credibilidade das nossas instituições. Cabe às autoridades competentes velar pelo estrito cumprimento da lei e garantir que a democracia se mantenha íntegra e respeitada”, advertiu.

Não obstante esses sinais negativos, o Presidente da República congratulou-se com a forma “tranquila e ordeira” como decorreram as eleições, o que a seu ver constitui uma

demonstração da maturidade democrática do povo cabo-verdiano.

“Quero, por isso, felicitar todos os cidadãos pela participação neste exercício cívico, que resultou na escolha de um Parlamento equilibrado, capaz de garantir a governabilidade e de refletir a pluralidade de opiniões que caracteriza a sociedade”, frisou.

As felicitações foram extensivas ao PAICV, partido vencedor, aos demais concorrentes, que contribuíram para reforçar a viabilidade democrática, bem como às entidades responsáveis pelo processo eleitoral, “que asseguraram a transparência e a credibilidade do acto”.

Por outro lado, terminado a campanha eleitoral, o Chefe de Estado entende que o tempo agora é de “busca de entendimentos e consensos entre as principais forças políticas, no quadro do pluralismo que nos caracteriza, sobre o essencial das reformas e sobre a formação de políticas públicas que respondam às demandas da sociedade civil e dos cidadãos e contribuam para o progresso e a melhoria da qualidade de vida das pessoas”.





 **GARANTIA
SAÚDE**

UM SEGURO DE SAÚDE DIFERENCIADO.
AMPLA PROTEÇÃO E ACESSO A UMA REDE DE
CLÍNICAS PRIVADAS A PREÇOS VANTAJOSOS.

COBERTURAS
INTERNAMENTO HOSPITALAR | PARTO |
AMBULATÓRIO (CONSULTAS, EXAMES E
TRATAMENTOS) | ESTOMATOLOGIA |
TERAPÊUTICAS NÃO CONVENCIONAIS |
PRÓTESES E ORTÓTESES | MEDICAMENTOS |
MEDICINA PREVENTIVA |
EXTENSÃO AO ESTRANGEIRO

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.
garantia.cv    

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00

 **GARANTIA**
SEGUROS

Governo “enxuto” de Francisco Carvalho deve ter onze ministros e dois secretários de Estado

De momento, não há uma lista oficial de nomes para integrar o Governo a ser liderado por Francisco Carvalho. Tradicionalmente, os partidos guardam os seus nomes de ministros para o período pós-eleitoral, após a confirmação dos resultados e durante o processo formal de transição do poder para o novo primeiro-ministro. Essa é a hora em que o novo PM e os seus colaboradores mais próximos são chamados a distribuir os cargos, descendo depois, de escalão em escalão, até ter a máquina do Estado dominada do topo à base.

Traves mestras do próximo Governo

Francisco Carvalho reiterou ao telejornal de segunda-feira, 18, da TCV, a constituição de um Governo reduzido, focado na contenção de gastos públicos para redireccionar recursos para a área social. A orgânica do próximo executivo, soube A NAÇÃO, será de 14 membros: primeiro-ministro; 11 ministros e dois secretários de Estado.

Finanças e Economia, Negócios Estrangeiros e Cooperação, Saúde, Educação, Justiça, Segurança e Ordem Pública são as traves mestras da equipa pretendida por Francisco Carvalho.

Tendo em conta a sua importância e o peso político na estrutura do Estado, há uma certa expectativa em relação à escolha do ministro das Finanças, dado o papel que Olavo Correia ocupou no executivo de Ulisses Correia, bem como o de Cristina Duarte durante a governação de José Maria Neves.



Francisco Carvalho garantiu esta semana que a estrutura do seu elenco governamental já está desenhada desde o período de campanha eleitoral. Os membros do novo Executivo, que serão empossados na segunda quinzena de Junho, deverão sair do núcleo duro da direcção do PAICV, listas de deputados e quadros técnicos e independentes. Janira Hopffer Almada é o nome provável para presidente da Assembleia Nacional.

Daniel Almeida

Entretanto, quem assumir a pasta terá de gerir de imediato o equilíbrio entre a perda de receitas decorrente do corte de despesas na máquina pública, o financiamento do programa Cabo Verde Empreende e a criação do prometido Banco Agro Azul, uma medida que deverá encontrar forte resistência junto dos parceiros externos – haja em vista o que aconteceu com o Novo Banco, de muito triste memória.

A isso soma-se também o velho problema da gestão da dívida pública e o controlo da inflação, sem esquecer a imperiosa necessidade de fazer com que o crescimento económico se reflecta “no bolso dos cabo-verdianos”, como Francisco Carvalho exigiu na campanha.

Economia

A par das Finanças, a pasta da Economia será o verdadeiro motor de execução do programa “Cabo Verde para Todos” no próximo Governo. Diante da promessa de um gabinete enxuto, a Economia funcionará, certamente, como um “superministério”, no velho modelo de Coordenação Económica, englobando áreas como o Desenvolvimento Empresarial, o Setor Privado, o Comércio e a Inovação Tecnológica, entre outras, eventualmente.

Aqui, um perfil focado estritamente na eficiência executiva daria enorme imagem de credibilidade aos investidores estrangeiros e parceiros de desenvolvimento, mantendo o Mi-

nistério focado em metas concretas de produtividade e fora do debate partidário diário. O problema é saber: quem reúne os pergaminhos para esta missão?

Negócios Estrangeiros

E por falar em investidores estrangeiros, neste tabuleiro, a pasta dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades deve continuar a ter um peso particular. O novo titular do MNECC terá de acumular um forte perfil político e técnico para gerir a captação de investimento, o diálogo com os parceiros internacionais e a forte ligação à diáspora.

Francisco Carvalho poderá optar por um diplomata de carreira ou por uma figura

com vasta experiência governativa para projectar estabilidade imediata aos parceiros internacionais (como a União Europeia, os EUA e os países da CEDEAO).

O próximo MNECC terá, além disso, uma agenda urgente nas mãos: gerir a transição e a nomeação de novos embaixadores nas principais capitais mundiais; alinhar as parcerias internacionais para apoiar o financiamento dos programas sociais (saúde e ensino superior gratuitos); dar uma nova dinâmica à representação e integração económica das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro. Isto sem esquecer o problema dos “embaixadores políticos”, algo muito sensível e criticado por uns e por outros, consoante as conveniências do momento.

Saúde

A saúde foi um pilar central da campanha do PAICV, assente em duas promessas de enorme impacto financeiro: a gratuidade total dos cuidados de saúde para aliviar as

famílias e um forte plano de infraestruturas regionais (incluindo a construção dos hospitais do Porto Novo e da Boa Vista, além de consultas de especialidade fixas nas ilhas periféricas).

O titular designado terá de lidar com dossiês críticos tais como o financiamento da gratuitidade, reorganizar o Sistema Nacional de Saúde, o que vai implicar o redesenho do modelo fiscal e orçamental que sustentará o fim das taxas moderadoras e custos associados sem esvaziar os cofres do Estado.

E terá também de ter a capacidade de fazer cumprir a promessa eleitoral de colocar médicos especialistas permanentes (pediatria, obstetrícia, ortopedia) e equipamentos pesados de diagnóstico (como máquinas de TAC) nas ilhas que dependem cronicamente de evacuações médicas.

Educação

A Educação é outra pasta que assume um peso político e financeiro colossal no recém-vitorioso projecto do PAICV, tendo em conta a promessa emblemática de garantir o

acesso totalmente gratuito ao ensino superior público. O futuro ministro terá, além disso, de lidar com dossiês complexos, como a forte contestação sindical dos professores em torno das carreiras (PCFR), a saúde mental docente, a revisão curricular e a promessa partidária de implementar a eleição direta dos diretores das escolas.

Justiça

A pasta da Justiça será, também, uma das mais exigentes no novo Executivo. Durante a campanha, Francisco Carvalho colocou a Justiça no centro de uma profunda reforma institucional, defendendo que o sector precisa de “mérito, transparência e total independência face ao poder político”, apresentando inclusive a proposta de escolher cargos superiores – como o Procurador-Geral da República e o Presidente do Tribunal de Contas – através de concurso público.

Tudo isso exige uma revisão constitucional, portanto, a necessidade de negociar com o MpD, sob pena de tudo não passar de conversa para con-

quistar votos e criar motivos para novas frustrações dos cabo-verdianos.

Para o Ministério da Justiça, os bastidores apontam para duas vias prováveis: um magistrado de carreira ou um juiz conselheiro. A lógica de nomear um juiz desembargador, um procurador da República experiente ou um jurista de topo da carreira académica transmitiria um sinal imediato de respeito pela separação de poderes. Seria o perfil ideal para liderar o plano plurianual de investimentos na modernização dos tribunais e no reforço da investigação criminal científica.

Segurança e ordem pública

A pasta da Segurança e Ordem Pública (comumente associada ao Ministério da Administração Interna) assume carácter de urgência máxima. Durante a campanha, o PAICV centrou duras críticas na gestão do MpD face ao sentimento de insegurança e à criminalidade urbana, prometendo uma abordagem assente no binómio “mão firme na autoridade

e de forte investimento na prevenção social”.

Sucedem que o problema não é novo. É algo que vem, pelo menos, desde o primeiro governo de José Maria Neves e do PAICV e que se foi agravando, ou manifestando, em certos períodos da vida nacional.

A nomeação de um magistrado judicial experiente, de um alto quadro da Polícia Nacional ou Judiciária, ou de um jurista especializado em segurança pública transmitiria uma imagem instantânea de rigor, despoliticização da polícia e competência operacional, facilitando o diálogo técnico com as chefias das corporações.

Cultura

Pouco falada nesta campanha, a Cultura – associada amiúde às Indústrias Criativas, Comunicação Social, Desporto, Turismo ou Juventude – desempenha um papel de enorme relevância na identidade e na projecção internacional do país. Com base no programa “Cabo Verde para Todos”, a visão para o sector cultural foca-se na descentralização das actividades, na va-

lorização do património material e imaterial e no forte apoio aos criadores e artistas locais.

A lógica seguida até aqui de normalmente colocar um rosto consensual da cultura cabo-verdiana na pasta transmitiria uma imagem de valorização da classe artística e ajudaria a projectar a imagem do país no estrangeiro (diplomacia cultural), mantendo o sector focado no desenvolvimento de políticas públicas e menos exposto ao debate partidário directo.

Governo ideal

É claro que uma coisa é fazer a arquitectura do governo ideal e outra, bem diferente, é encontrar os engenheiros para a sua implementação. O desenho pode até ser bonito... E é aqui, entre o desenho e a realidade, que todos os chefes do governo acabam por enfrentar o drama de encontrar gente competente e que passe pelo crivo, cada vez mais exigente, dos cabo-verdianos. A seu tempo, Francisco Carvalho haverá de passar por esse tipo de prova também. É só esperar para ver...

Janira apontada para Presidente da Assembleia Nacional

A configuração política da XI Legislatura, que arrancará na segunda quinzena de Junho com a posse dos deputados, traz para o centro do debate a eleição do presidente da Assembleia Nacional (PAN). O nome de Janira Hopffer Almada (JHA) emerge como uma das personalidades mais cotadas para assumir a liderança da casa parlamentar.

Marco simbólico

A possibilidade de JHA ascender ao cargo de PAN representa não apenas uma escolha estratégica para o partido da nova maioria, mas também um marco simbólico, já que seria a primeira vez que uma mulher, em Cabo Verde, seria chamada para essa função.

Advogada de formação e com um percurso político consolidado – tendo já liderado o PAICV e exercido fun-

ções ministeriais nos Governos de José Maria Neves –, a deputada eleita, e tida como número 2 de Francisco Carvalho, possui o perfil de peso político e a experiência legislativa necessários para conduzir os destinos do Parlamento num momento de transição e de grandes desafios socioeconómicos para o país. Não é exagero dizer que, mais do que Francisco Carvalho, a grande maioria dos deputados ora eleitos passou pelo crivo de JHA.

Presidente de todos os deputados

O PAN é a segunda figura do Estado cabo-verdiano, substituindo o Presidente da República nas suas ausências ou impedimentos. E a confirmação do nome de JHA para o cargo dependerá, todavia, das consultas internas que o PAICV promoverá nos próximos dias para fechar a composição

dos membros da mesa da Assembleia Nacional (presidente, dois vice-presidentes e secretários). Antes de mais, o que será melhor para o sistema tamarina, isto é, se ter JHA no Governo, ou se no Parlamento, onde poderá “reinar”, como parece ser do seu timbre.

Neste xadrez, importará igualmente saber se além dos 37 deputados, que mais votos JHA poderá mobilizar junto do MpD e da UCID, de modo a torná-la a Presidente de todos os deputados e não apenas os da sua bancada, PAICV.

A expectativa agora gira em torno da sessão solene de instalação da Assembleia Nacional para XI Legislatura, onde os novos eleitos prestarão juramento e votarão, de forma secreta, para eleger a nova mesa do Parlamento, definindo a partir desse momento os rumos da liderança legislativa do país para os próximos cinco anos. DA



Disputa aberta no MpD para suceder Ulisses

Paulo Veiga, Herménio Fernandes e Orlando Dias na corrida



Paulo Veiga



Herménio Fernandes



Orlando Dias

A saída de Ulisses Correia e Silva, que marcou a última década da política nacional, força de imediato o MpD a redefinir a sua estratégia para os próximos embates eleitorais. A estabilidade interna dependerá, em larga escala, da capacidade do partido em realizar uma transição sem fracturas.

De um lado da balança surge Paulo Veiga. Com forte base de apoio da ala “veiguista” e com experiência no xadrez político, Paulo encarna a continuidade institucional com um toque de renovação técnica. O seu perfil moderado confere-lhe a imagem de um candidato capaz de garantir que a máquina partidária, abalada pela derrota nas legislativas, não sofra solavancos durante o processo de transição.

Do outro lado posiciona-se Herménio Fernandes. O autarca traz consigo o peso e a dinâmica do “poder local”, uma força tradicionalmente decisiva nas convenções do MpD. Quando esteve à frente da Associação Nacional de Municípios (ANMCV), Fernandes ganhou projecção nacional e consolidou uma forte rede de influências junto dos autarcas, especialmente no interior de Santiago, um dos maiores círculos eleitorais do país. O seu discurso deverá focar-se na descentralização, na proxi-

O anúncio de demissão de Ulisses Correia e Silva da liderança do MpD abriu a corrida pela sucessão no partido. Num momento de transição considerado importante para os “ventoinhas”, vários nomes já foram lançados. Mas, pelas manifestações de apoio nas redes sociais tudo aponta que a disputa será entre Paulo Veiga e Herménio Fernandes. Orlando Dias já manifestou, publicamente, a sua intenção de concorrer ao cargo.

Daniel Almeida

midade com as bases e na necessidade de injectar uma nova energia no partido.

Analistas políticos apontam que esta disputa interna reflecte duas visões complementares, mas distintas, para o futuro do MpD: a sensibilidade parlamentar e urbana de Veiga contra o pragmatismo territorial e autárquico de Fernandes.

O grande desafio de ambos os candidatos será convencer os militantes de que possuem o carisma e a competência necessários não apenas para liderar o partido, mas para assumir a liderança do país, no futuro.

Orlando Dias se posiciona

Porém, a entrada de Orlando Dias na corrida à liderança do MpD transforma o que parecia ser um duelo polarizado entre Paulo Veiga e Herménio Fernandes numa disputa de três vias, elevando significativamente a fogueira do debate interno.

Conhecido pelo seu perfil

crítico e contundente, o deputado eleito pelo círculo da África e histórico do partido não é um estreante nestas andanças — tendo desafiado Ulisses Correia e Silva nas internas de 2023. Dias posiciona-se mais uma vez como a voz da ruptura com a actual linha liderança, personificando a ala que exige um “resgate” ideológico e uma democratização profunda das estruturas do partido.

Ao contrário de Paulo Veiga e Herménio Fernandes, que tendem a adoptar uma postura de continuidade institucional e estabilidade pós-demissão de Ulisses, Orlando Dias foca a sua mensagem na necessidade de reformas urgentes, apontando o dedo ao desgaste da liderança cessante, especialmente após os sobressaltos eleitorais que o partido enfrentou.

Fernando Elísio Freire joga por fora

Num quadro de normalidade, Fernando Elísio Freire po-

deria ser o “sucessor natural” por excelência se o partido estivesse a procurar uma transição de continuidade pura e de blindagem institucional.

Como ministro de Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social — e, acima de tudo, como o braço direito de Ulisses Correia e Silva no partido há uma década —, o seu nome carrega tanto o peso da experiência executiva quanto o rótulo inevitável do establishment.

Numa altura em que o partido digere o impacto dos resultados das legislativas e a consequente demissão de UCS, a figura de Fernando Elísio Freire colaria excessivamente a nova liderança ao ciclo político que se está a tentar encerrar. Para as alas que exigem oxigenação, ele representa a manutenção do status quo. Isto sem esquecer o facto de Freire estar fortemente associado à “operação” de ofertas de cestas básicas e outros estratagemas de compra de votos ocorridos nes-

tas eleições que ditaram a derrota do MpD.

Se Fernando Elísio Freire decidir não avançar formalmente e preferir o papel de “fazedor de pontes”, o seu apoio nos bastidores pode ser considerado um “activo valioso” e disputado desta corrida. Quem conseguir o aval da ala institucional que lidera dará um passo gigantesco para garantir os votos dos delegados mais alinhados com a herança política de UCS.

Todos os órgãos estão demissionários

Em termos estatutários a XIV Convenção do MpD deveria acontecer neste mês de Maio. Mas, por coincidir com as Legislativas, tinha sido empurrada para uma outra data. Porém, com os maus resultados eleitorais e com o pedido de demissão de UCS, essa reunião magna do partido deverá acontecer dentro de três meses, aproximadamente.

Numa mensagem endereçada aos militantes do partido, logo após o apuramento dos resultados provisórios das eleições legislativas do último domingo, o secretário-geral do MpD, Agostinho Lopes, informou que o “presidente pediu demissão, como é normal e salutar nesses casos, e com isso toda a direcção por ele escolhida (no qual me incluo) está demissionária”.

“Mas não vamos abandonar o posto: vamos organizar a Convenção Ordinária (a ser marcada nos próximos dias), vamos eleger uma nova equipa dirigente a quem entregaremos as rédeas do MpD. Até lá, continuaremos a cumprir as nossas responsabilidades”, garantiu.



4th India-Africa Forum Summit

Um âncora estabilizadora em tempos turbulentos



Dr. Sanjeev Jain
Embaixador da Índia
em Cabo Verde

As relações entre a Índia e África têm as suas raízes em laços civilizacionais, cultivados ao longo de séculos através do comércio, dos intercâmbios culturais e das interações humanas. Os nossos laços foram reforçados quando a Índia se solidarizou com as nações africanas na sua luta contra o colonialismo. A história comum de luta, solidariedade, resiliência e aspirações continua a moldar a nossa parceria. Por isso, é natural que África ocupe um lugar de destaque na matriz da política externa da Índia, onde o envolvimento da Índia é guiado por uma visão enraizada nos princípios da igualdade, do respeito mútuo e do progresso partilhado.

Cimeira do Fórum Índia-África

Um marco importante no nosso envolvimento no século XXI é a Cimeira do Fórum Índia-África (IAFS), instituída em 2008. De um formato restrito no início, alargou-se para abranger a participação de todos os parceiros africanos. A IAFS-IV, que se realizará em Nova Deli a 31 de maio, em colaboração com a Comissão da União Africana, será ainda mais abrangente. Reunirá líderes e diplomatas do continente africano, da Comissão da União Africana e representantes das Comunidades Económicas Regionais, incluindo a CEDEAO, entre outros, para traçar um roteiro para uma parceria mais forte.

A Cimeira será precedida pela Reunião de Altos Funcionários, a 28 de maio, e pela Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, a 29 de maio. Haverá uma série de eventos paralelos à Cimeira, incluindo um Diálogo Empresarial e uma Exposição; o diálogo Track 2.0; projetos de arte e música; envolvimento da diáspora, etc., alguns dos quais contarão com a participação de Cabo Verde.

A IAFS-IV será um novo capítulo nas relações Índia-África rumo a uma parceria mais ambiciosa, inclusiva e orientada para o futuro. Oferecerá também uma oportunidade para trocar melhores práticas, partilhar histórias de sucesso e discutir desafios comuns. Esta parceria não se resume apenas ao crescimento económico, mas também ao empoderamento das pessoas, ao reforço das instituições e à criação de oportunidades.

Princípios Orientadores das Relações Índia-África

Os princípios gerais do nosso envolvimento com África foram articulados pelo Primeiro-Mi-

nistro Modi no Parlamento do Uganda em 2018. Em resumo, estes foram: (i) intensificar e aprofundar o envolvimento; (ii) uma parceria de desenvolvimento orientada pelas prioridades dos parceiros; (iii) abrir o mercado indiano e apoiar a indústria indiana a investir em África; (iv) partilhar a experiência da Índia com a revolução digital, preparando a juventude africana para o futuro; (v) melhorar a agricultura; (vi) enfrentar os desafios das alterações climáticas; (vii) cooperação em matéria de segurança, ciberespaço e paz; (viii) manter os oceanos abertos e livres para benefício de todos; (ix) fomentar as aspirações da juventude; e (x) trabalhar em conjunto por uma ordem global justa, representativa e democrática

O compromisso da Índia com África

O envolvimento da Índia com África tem crescido em todos os pilares fundamentais, com inúmeras interações políticas de alto nível. A Índia também expandiu a sua presença diplomática nos últimos anos, abrindo 17 novas missões diplomáticas em África — uma em Cabo Verde em 2023 — elevando o número para 46. Trata-se de uma demonstração inequívoca do nosso compromisso de longo prazo com um envolvimento mais profundo.

Uma característica marcante das nossas relações é a nossa visão partilhada de uma ordem global mais inclusiva e representativa. A Índia tem apoiado consistentemente o lugar que a África merece na governação global. Um passo muito importante nessa direção foi a inclusão da União Africana como membro permanente do G20 durante a presidência da Índia em 2023. Isto reflete a firme convicção da Índia de que a voz do Sul Global deve moldar a governação global no futuro.

A nossa cooperação estende-se a áreas como a ação climática, as energias renováveis, as infraestruturas resilientes, a conservação ambiental e um futuro mais sustentável para África. As nações africanas são parceiros-chave em iniciativas globais lideradas pela Índia, tais como a Aliança Solar Internacional, da qual Cabo Verde também é signatário; a Aliança Global para os Biocombustíveis; a Coligação para Infraestruturas Resilientes a Catástrofes e a Aliança Internacional para os Grandes Felinos.

A Índia emergiu como um dos maiores par-

ceiros comerciais e investidores bilaterais de África. O comércio e os investimentos mútuos registaram um crescimento robusto nos últimos anos, impulsionados por fortes complementaridades económicas. O comércio bilateral Índia-África atingiu 103 mil milhões de dólares no ano fiscal de 2025, dos quais as exportações indianas para África representaram 45 mil milhões de dólares, enquanto as importações se situaram nos 58 mil milhões de dólares. Ao mesmo tempo, os investimentos acumulados por empresas indianas nos setores farmacêutico, de TI, automóvel, bancário, etc., atingiram 75 mil milhões de dólares.

A Índia colocou os programas de cooperação para o desenvolvimento e de reforço de capacidades no centro da sua parceria com África. Esta parceria tem como objetivo responder às prioridades africanas e promover a apropriação local. A Índia disponibilizou 40 000 vagas de formação no âmbito do Programa de Cooperação Técnica e Económica da Índia (ITEC) e concedeu 50 000 bolsas de estudo a estudantes ao longo da última década. Na última década, a Índia apoiou uma vasta gama de projetos, incluindo nos setores da energia, agricultura, abastecimento de água, transportes, cuidados de saúde, educação e conectividade digital, através de linhas de crédito concessionais, subvenções e iniciativas de reforço de capacidades no valor aproximado de 13 mil milhões de dólares.

Espírito da época

O tema do IAFS-IV é «IA SPIRIT – Parceria Estratégica Índia-África para a Inovação, Resiliência e Transformação Inclusiva» [em inglês: India Africa Strategic Partnership for Innovation, Resilience and Inclusive Transformation]. O SPIRIT capta o espírito de uma relação que vai além das transações e é sublinhada pelo respeito, solidariedade e colaboração.

À medida que o mundo enfrenta desafios geopolíticos e geoeconómicos complexos, a parceria Índia-África assume um significado particular. É uma mensagem de estabilidade num mundo turbulento; de fiabilidade na incerteza; e de solidariedade em tempos difíceis. Juntas, a Índia e a África não são apenas parceiras no desenvolvimento, somos parceiras na construção de um mundo melhor.

Os porquês do meu voto

Maioria absoluta, simples e qualificada

Cabo Verde votou no domingo, 17, e escolheu o novo corpo de deputados que o representa na Assembleia Nacional e que vai formar Governo para os próximos cinco anos.

Nas primeiras horas de contagem de votos e apuração dos resultados, os dados apontavam para um possível equilíbrio entre as duas forças políticas dominantes: o Movimento para a Democracia (MpD), entretanto derrotado, e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) que acabou por vencer as eleições com maioria absoluta.

Neste contexto, nesta última edição da rubrica “Os porquês do meu voto”, explicamos a diferença entre uma maioria simples, uma maioria absoluta, que é o que se verificou, e uma maioria qualificada. Até porque, mesmo gente crescida, chega a fazer confusão à volta desses três conceitos.

Maioria absoluta

Começamos pela maioria absoluta, conquistada pelo PAICV nestas eleições legislativas, mais da metade dos 72 deputados.

Isso significa que o partido tem mais de metade dos assentos do parlamento (50% + 1).

Este resultado permite governar e aprovar a maioria das leis ordinárias, sem depender dos partidos da oposição.

Entretanto, quando se trata de decisões mais estruturantes, como aquelas que exigem maioria de 2/3, o partido precisa do voto a favor dos outros partidos.

Maioria qualificada

A maioria qualificada, que pode ser de dois ou três terços, é aquela que permite governar de forma mais confortável, sem apoio da oposição.

Está num patamar mais elevado do que a maioria absoluta, exigido para matérias sensíveis, como revisões constitucionais e determinadas leis orgânicas.

No caso de Cabo Verde, por exemplo, a revisão constitucional exige um consenso alargado entre forças políticas, o que normalmente obriga a acordo entre governo e oposição. Daí, na sua primeira intervenção, o primeiro-ministro eleito ter se mostrado descrente quanto a implementação de medidas da sua plataforma eleitoral que exigem maioria qualificada, por acreditar que a oposição não terá interesse em colaborar.

Maioria simples ou relativa

Para obter uma maioria simples o partido apenas precisa de mais votos e assentos do que os seus concorrentes, e não necessariamente de mais de metade dos lugares no Parlamento.

Num Parlamento de 72 lugares, como é o caso de Cabo Verde, ter 30 lugares enquanto os demais têm menos já permite Governar, com apoios pontuais para aprovar leis.

Na prática, e de forma resumida, o partido que consegue maioria absoluta numa eleição elegeu mais o que metade dos assentos disponíveis. Uma maioria simples elegeu mais do que os concorrentes e uma maioria qualificada elegeu uma percentagem reforçada, por exemplo, de 2/3.

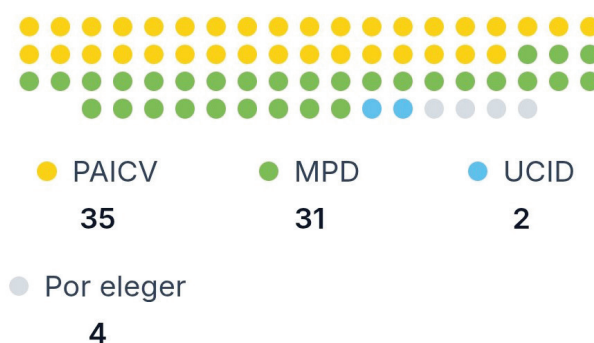
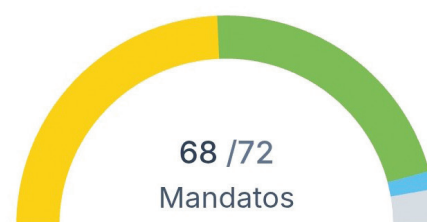
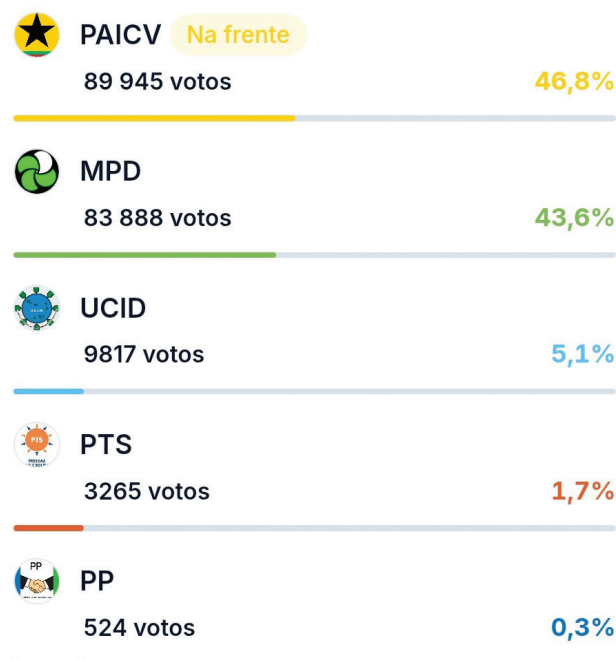
O Apuramento dos votos

Até ao fecho desta edição, os dados provisórios apontavam que o PAICV já elegeu 35 deputados, o MpD 31 e a UCID dois. Faltavam ainda quatro assentos por preencher.

Votos por partido

Global

PAICV lidera com 6057 votos de vantagem





O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

Saas (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gerencie as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv

Promessas de campanha são para cumprir

Novo PM reitera que vai cortar nas viagens, honorários e consultorias

Francisco Carvalho, novo primeiro-ministro eleito de Cabo Verde, reiterou que tudo o que prometeu na campanha é para “cumprir” e estabeleceu 100 dias de prazo para que se comecem a ver “resultados” da sua governação. O corte nas viagens, honorários e consultorias, garante Carvalho, vai permitir uma margem financeira para direccionar verbas para a gratuidade da educação e saúde e baixa de prelos nas passagens aéreas e marítimas.

Gisela Coelho

“**H**oje, de facto, é um dia extraordinário. Os cabo-verdianos já falaram. Democracia é assim, é devolver a palavra ao povo e os cabo-verdianos passaram uma mensagem clara. Os cabo-verdianos mostraram que já é hora de mudar a gestão de Cabo Verde. De mudar a perspectiva que temos sobre a construção do futuro de Cabo Verde”, começou por dizer Francisco Carvalho, nas suas primeiras declarações ao país, na madrugada de segunda-feira, 18, no rescaldo destas eleições legislativas.

Carvalho não perdeu tempo em reafirmar as críticas ao MpD sobre as alegadas práticas de compra de votos e de consciência durante a campanha eleitoral, defendendo que o assunto “não pode passar em branco”.

“Espero que comecem a falar de roubo de votos, de compra de consciência em Cabo Verde. Espero que isso não passe em branco. Espero que ninguém venha fingir que não aconteceu”, enfatizando que espera uma reacção da comunicação social, dos analistas e dos críticos, porque “200 mil contos em cestas básicas não



podem passar em branco”.

Carvalho afirmou ainda que “todos viram fotografias de compra de cesta básica atribuída na loja Fenícia”, apontando o dedo às autoridades competentes por, alegadamente, não terem agido, referindo-se à Procuradoria-Geral da República e à Comissão Nacional de Eleições que, como afirmou “não actuaram” – críticas refutadas pelas duas visadas (ver caixas).

Igualmente, condenou o “vexame”, a que os cabo-verdianos foram submetidos pelo seu país de se “comprar consciência com litro de óleo, bolacha e arroz”, afirmando que é preciso por este assunto “na agenda” para se discutir o “aprofundamento da democracia em Cabo Verde” e criticou o que chamou de “democracia de fachada”, vivida até aqui, para exportação de um país que não existe.

Governo magro

Críticas à parte, Francisco Carvalho reafirmou que “tudo” o que disse na campanha “é para cumprir”, garantindo que não vai “invocar desculpas para não cumprir” as promessas relativas ao acesso gratuito à universidade pública, à formação tecno-profissional, aos cuidados de saúde e em relação às medidas de baixa de preços para os transportes aéreos e marítimos interilhas, de 5000 mil e 500 escudos, respectivamente.

Aliás, já na segunda-feira,

18, em entrevista à TCV contextualizou que o próprio presidente do MpD, Ulisses Correia e Silva, apresentou a “conta” sobre o quanto é preciso para ter gratuitidade na área da saúde, em que disse que era preciso ter mil milhões de contos para o efeito. “A parte de consultoria tem 4.5 mil milhões, então, só aqui já dá para tirar”, afirmou Francisco Carvalho, reafirmando que “ainda bem que no debate (de 8 de Maio) foi ele que puxou o assunto”.

O corte nas gorduras do Estado e num governo mais magro, irá como explicou, sustentar as promessas mais polémicas. “Vamos cortar nas viagens, nos estudos e consultorias, nos honorários e no número dos membros do Governo, vamos cortar nas despesas que já existem. Nos primeiros 100 dias da sua governação, garantiu que as pessoas vão começar a ver “os resultados”.

A revisão Constitucional

A excepção ao cumprimento daquelas promessas, o primeiro-ministro eleito deu a entender, contudo, não ter grande esperança no MpD para realizar reformas cuja aprovação dependem de uma maioria de dois terços dos deputados, porque, segundo afirmou, “o MpD não vai ajudar”.

Contudo, garantiu ter “abertura” para dialogar sobre questões de consensos que exigem 2/3, no Parla-

mento. Como se sabe, são questões como a Revisão Constitucional, reforma da Justiça, nova forma de nomear o procurador-geral da República, a escolha dos titulares de órgão externos (ARC e a Protecção de Dados), entre outros. “Nós temos a obrigação, enquanto partido responsável, histórico, democrático, de dialogar, para ultrapassar tudo aquilo que são dificuldades”, disse.

“Ver e analisar” como Ulisses deixou o Governo

Questionado sobre se vai manter o que foi feito de “bom” pelo Governo de Ulisses Correia e Silva, respondeu que sim, mas lembrou que primeiro é preciso saber “o que está lá”.

“Saiu, há dias, aquele decreto, que diz que o Governo tem que pagar todas as dívidas que tem (...) por isso não sei o que resta. Temos de ver e analisar primeiro o que está lá e o que garante é esta abertura de espírito que tudo o que é bom será mantido”, afirmou.

Sobre o “segredo” para três vitórias consecutivas em apenas seis anos de política activa Francisco Carvalho garantiu que o “segredo é a verdade”, porque a sua agenda é o “sonho do povo” não a sua “agenda pessoal”. “O povo vota em mim, não para apoiar a minha cabeça, mas para o representar”. Por isso mesmo, garantiu que vai continuar a morar no seu bairro, Vila Nova, porque não tem necessidade de “ir pagar renda em outro lugar”.

CNE refuta Francisco Carvalho

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) reagiu, segunda-feira, 18, às acusações proferidas pelo novo primeiro-ministro eleito, Francisco Carvalho, a propósito da alegada omissão dessa entidade às denúncias de distribuição de cestas básicas como forma de compra de consciência e de votos.

“A CNE esclarece que é um órgão administrativo, sem poderes de polícia criminal ou de investigação, não tendo competência para prender, julgar ou aplicar medidas coercivas, neste caso”, começou por argumentar.

No mesmo comunicado, a CNE dis-

se ter cumprido o que era da sua alçada, nos termos da lei, ao remeter, ao Ministério Público, “denúncias relativas a eventuais crimes eleitorais”, o que “foi efetivamente feito, com pedido de investigação e adoção das medidas legalmente cabíveis”.

A CNE disse ainda que as declarações do líder do PAICV, próximo primeiro-ministro atingem a “credibilidade institucional” deste órgão e o “bom nome” dos seus membros, impondo-se, por isso, a “reposição pública da verdade factual”.

GC

PGR esclarece que email da CNE só foi visto na segunda-feira, 18

O Ministério Público reagiu, igualmente, em comunicado, às denúncias de inoperância por parte de Francisco Carvalho tendo esclarecido que o email da CNE sobre o sucedido foi enviado no dia 15 de Maio, sexta-feira, às 17.11h, sendo que o mesmo foi enviado aos Diretores Nacionais da Polícia Judiciária e da Polícia Nacional, à Procuradoria da República da Praia e à Diretora do Gabinete do Procurador-Geral da República.

O comunicado confirma que a referida deliberação da CNE solicitava “a intervenção urgente” do MP e das autoridades policiais, para “averiguação” de uma situação de eventual distribuição de cestas básicas a eleitores, num estabelecimento comercial da cidade da Praia.

Só que, como se defende a Procuradoria, “devido à hora do envio, fora do horário normal de serviço”, “o email apenas foi visto no dia 18 de maio, segunda-feira”, ou seja, já depois das eleições.

Nos termos do art.º 59.º do Código de Processo Penal, o MP argumenta ainda que “adquire notícia do crime”, por “conhecimento próprio, por intermédio

das entidades policiais competentes ou mediante denúncia”. E foi então que, tendo tomado conhecimento da denúncia, a PGR diz que “foi ordenada” a sua “imediate remessa” à Procuradoria da República da Comarca da Praia, para “análise e devidos efeitos”.

“É do conhecimento público que, em eleições anteriores, perante denúncia de crimes eleitorais, o Ministério Público instaurou processos-crime que, em alguns casos, conduziram à acusação e condenação dos implicados. Outros foram arquivados por falta de provas”, argumenta a PGR.

No mesmo comunicado, a PGR esclarece ainda que as actuações de carácter “urgente ou imediato”, em situações de emergência, “inserem-se no âmbito das competências próprias das autoridades policiais”.

A PGR apelou ao “respeito pela legalidade democrática”, “à serenidade institucional” e ao “respeito pelas instituições judiciais, pilares essenciais do Estado de Direito Democrático”.

GC

Noite amarga do MpD dá “vida nova” a Ulisses

Quem assistiu ao discurso do líder do MpD, no domingo à noite, acabado de ser derrotado nas urnas por Francisco Carvalho, não ficou com a ideia de um político com o semblante muito carregado, suportando o peso da grande desilusão dos militantes do seu partido pelos resultados finais. Pelo contrário, o que se viu foi antes um Ulisses Correia e Silva como que aliviado de uma vida política que começou aos 29 anos, como secretário de Estado, autarca, ministro, parlamentar e finalmente chefe do Governo durante 10 anos.

Uma palavra proferida por ele nesse discurso tem mesmo o som desse alívio: o “footing” matinal, que era tudo o que ele mais queria pensar naquela noite, imaginando-se já ao ar livre da manhã da capital, caminhando rumo a uma nova vida, ao futuro até aqui adiado pelos compromissos políticos que a vida foi colocando à sua frente.

Ao contrário do discurso daqueles que já passaram pela mesma experiência, num tom quase sempre de profunda decepção, com boa disposição, UCS concentrou-se a elogiar o civismo com que a última eleição decorreu, as qualidades da democracia cabo-verdiana. Pelo meio deixou apelos ao entendimento e contra a crispação, tudo num tom inequívoco de quem se prepara para dizer adeus à po-



Vida nova e liberdade são as palavras mais escutadas do líder do MpD, após a derrota nas eleições de domingo. Ulisses Correia e Silva tem outros projectos de vida que não passam pela política, deixando o seu partido a tarefa de encontrar novo líder e preparar o seu futuro na oposição.

Joaquim Arena

lítica activa.

Arriscaríamos mesmo dizer, tratou-se de um discurso de quem já havia ponderado muito bem sobre a decisão a tomar, em caso de derrota. Embora esta não tenha sido por larga margem e no parlamento o MpD continuar a manter uma forte representação, mas foi o sinal que UCS aguardava para pôr um ponto final numa carreira política, que ele, no fundo, nunca considerou como tal.

O momento, disse o ainda líder do MpD em entrevista ao jornal português Público, de terça-feira, é de balanço “daquilo que foi o meu serviço público ao país e também de ter o direito a outras experiências, usar o meu tempo mais para a família e para outras actividades”.

E até mais ver, como afirmou àquele jornal, a saída da política de UCS é definitiva: “(...) não vou criar fundações em meu nome ou em nome

de outro por conta da minha pessoa, porque isso de personalizar instituições depois da saída do poder não cai no meu gosto”.

O ainda PM pretende fazer a vida como um cidadão cabo-verdiano, “com muito mais liberdade do que tive ao longo de quase uma vida inteira de liberdade individual condicionada”.

E para quem conjecturava ou sopesava o peso político de UCS para o MpD ganhar o

palácio do Plateau, numas futuras eleições presidenciais, o líder ventoinha deixa claro que “não tenho ambição, não está no meu projecto”.

Aliás, a liberdade de escolha para se envolver em outras actividades, outras funções (não políticas) e estar mais tempo com a família, é a grande vontade de UCS, que insiste em que “Há vida para além da política partidária ou de outra actividade política”.

A saída de UCS da vida política começa já com o seu distanciamento do processo de escolha do seu sucessor, após a marcação da próxima convenção e deixar que os militantes façam essa escolha. Uma forma, afirma, de dar mais liberdade aos que se querem candidatar à liderança do partido.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

UCID desiludida com São Vicente... e com Cabo Verde



gião Sul, com Alberto Melo (antigo deputado pelo MpD), a UCID foi ultrapassada, por votos, pelo PTS de Jónica Brito. No Fogo, com Casimiro de Pina (um outro nome saído das fileiras do MpD), os resultados foram igualmente residuais, não fazendo por isso qualquer moossa ao PAICV ou ao MpD.

A luta continua

Não obstante os resultados negativos, no país e na diáspora, João Luís considera que o dever foi cumprido, com a apresentação de propostas para o desenvolvimento do país. Garantiu, portanto, que o partido vai continuar a defender um projecto alternativo para o país, com propostas para a economia, justiça, segurança, emprego e desenvolvimento socioeconómico.

“A luta continua. Nós perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra”, declarou.

A UCID foi para estas eleições com o lema “Mais equilíbrio, melhor governação”, com um programa eleitoral focado na descentralização e na apresentação de uma “terceira via” que não fosse “subserviente” aos dois maiores partidos.

A UCID não só não conseguiu atingir a meta traçada nas legislativas 2026, como deu dois passos atrás, ao perder metade dos deputados eleitos na última legislatura. João Luís mostrou-se desiludido com o eleitorado, especialmente o de São Vicente, mas também com Cabo Verde, que insiste no bipartidarismo do PAICV e MpD.

Natalina Andrade

Na sua primeira reacção aos resultados provisórios das eleições legislativas, o presidente da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), João Santos Luís, reconheceu que as eleições não correram bem ao partido, e acusou “muita sujeira” na campanha eleitoral.

O partido, que na legislatura passada tinha quatro deputados eleitos por São Vicente, no Parlamento, tinha como meta compor, pela primeira vez, uma bancada parlamentar, e levar mais equilíbrio à Assembleia Nacional.

Desta vez, porém, só conseguiu eleger dois deputados, no mesmo círculo eleitoral, o que deixou João Luís desiludido. Para o candida-

to, São Vicente “trocou o disco para tocar a mesma música”.

“Infelizmente o povo é quem mais ordena”, declarou, assumindo a derrota e lamentando, por outro lado, a alta taxa de abstenção registada.

Uso dos recursos públicos

João Luís também apontou o que considera atitudes antidemocráticas obser-

vadas durante a campanha e eu terá contribuído para este desfecho.

“Nós temos também que dizer que houve muita sujeira nessas eleições. Atitudes antidemocráticas por todas as ilhas e diáspora”, referiu, fazendo referência a presidentes das câmaras municipais em campanha pelos dois maiores partidos do arco do poder.

O líder da UCID acusou ainda as autarquias e o pró-

prio Governo do MpD de fazerem uso massivo de recursos públicos na campanha eleitoral.

“A democracia cabo-verdiana, na verdade, é ainda muito incipiente, em que os próprios actores políticos têm manipulado toda a população nos 15 dias de campanha e nos dias que antecedem as eleições”, referiu.

Em Santiago, ilha onde o partido contava eleger pelo menos um deputado na re-

Jónica Brito reforça presença política após crescimento do PTS nas legislativas de 2026

A declaração feita na noite eleitoral, na sede do PTS, na Fazenda, Cidade da Praia, revelou uma dirigente confiante, consciente das limitações do seu partido, mas determinada em consolidar um projecto político que pretende crescer a médio e longo prazo. Com um discurso centrado na proximidade, na juventude e nas dificuldades reais das famílias, Jónica Brito procurou transformar uma derrota eleitoral numa afirmação política.

“O PTS dobrou o número de votos em relação a 2021. Com pouco tempo, conseguimos mobilizar e consagrar nos dois principais círculos eleitorais do país, Santiago Norte e Santiago Sul, como terceira força política”, congratulou-se.

Aos 32 anos, a líder do PTS representa uma nova geração que tenta conquistar espaço num sistema tradicionalmente dominado pelos grandes partidos. Natural da cidade da Praia, nasceu e cresceu no bairro de Achada Santo António. Jónica Brito procurou construir uma imagem política assente no contacto directo com as comunidades e numa linguagem mais próxima das preocupações sociais do cabo-verdiano.

Campanha de proximidade

Durante toda a campanha, o PTS apostou numa estratégia de forte presença no terreno. A campanha



Sem eleger deputados, a líder do Partido Pessoas, Trabalho e Solidariedade (PTS), Jónica Brito, saiu, ainda assim, politicamente reforçada das eleições legislativas de domingo, 17. O partido duplicou a sua votação em relação a 2021 e conseguiu afirmar-se como terceira força política em círculos importantes como Santiago Sul.

Cleidiane Tavares (estagiária)

arrancou em São Vicente, onde a líder procurou ouvir as preocupações dos moradores de localidades mais vulneráveis. Mais tarde, a candidatura concentrou-se em Santiago Norte e Santiago Sul, os dois maiores círculos eleitorais do país, onde o partido acreditava poder consolidar a sua presença política.

Sem os meios financeiros, o partido apostou numa campanha de proximidade. Houve visitas porta-a-porta, contactos directos nos bairros periféricos e uma intensa presença junto das populações mais vulneráveis. A

mensagem era simples, “dar voz aos invisíveis”.

Ao longo da campanha, Jónica Brito insistiu em temas como o desemprego jovem, o aumento do custo de vida, a precariedade laboral, a situação das mulheres chefes de família, o sector informal e a exclusão social. A plataforma eleitoral do partido defendia medidas de apoio à juventude, como acesso facilitado à habitação, reforço das políticas sociais e combate às desigualdades.

Um dos momentos mais marcantes da campanha foi a participação da presidente

do PTS no debate televisivo promovido pela RTC. Nas redes sociais, o desempenho da jovem dirigente foi apontado como uma das surpresas positivas da campanha.

Ao contrário de campanhas centradas em grandes comícios, o PTS procurou construir uma narrativa mais humanizada. Em várias ocasiões, Jónica Brito falou daquilo que chamou de “pobreza escancarada” nas comunidades cabo-verdianas, defendendo que os indicadores macroeconómicos nem sempre traduzem a realidade vivida pelas famílias.

Um projecto que quer continuar

Mas talvez o dado politicamente mais relevante destas eleições para o PTS tenha sido a capacidade de crescimento mesmo num contexto de forte abstenção. Jónica Brito interpretou esse cenário como um sinal claro de desgaste do sistema político actual.

“A maioria não acredita nesse sistema bipartidário que tem feito as pessoas não irem às urnas”, criticou, reconhecendo que o objectivo de romper imediatamente com o bipartidarismo não foi alcançado.

Mesmo assim reafirmou que o partido continuará presente no terreno, a “denunciar, a propor e a levar a verdade”.

O PTS conseguiu, nestas eleições legislativas, mais de 3 mil votos, equivalente a 1,7%.



Amândio Vicente admite resultado “francamente negativo” e deixa seu futuro político incerto

O líder do Partido Popular (PP), Amândio Vicente, reconheceu que os resultados das eleições de domingo, 17 de Maio, foram “francamente negativas” para o PP, que foi a força política menos votada, com cerca de 606 votos. Recorde-se que o PP tinha como objectivo maior eleger dois deputados nacionais.

Tiago Ribeiro



Amândio Vicente admitiu que o PP estava à espera de outros resultados, nomeadamente de conseguir eleger “pelo menos dois deputados” e lamentou o voto da população cabo-verdiana que “continua a bipolarizar o parlamento e a não dar oportunidade a outros partidos”.

Amândio diz que, nesta que foi a terceira participação do PP em eleições legislativas, a campanha correu bem, agradeceu o apoio recebido e garantiu que a plataforma do PP continha propostas e soluções “fazíveis” aos problemas dos cabo-verdianos.

Abstenção e alegadas compras de consciência

Vicente também chamou atenção à abstenção, que rondou os 53%, sublinhando que foi ela a “grande vencedora das eleições”.

Amândio fez ainda referência às alegadas acções de compra de votos pelos partidos do arco do poder, nomeadamente o MpD e o PAICV, como um dos motivos do impacto negativo nos resultados do PP e diz que já é hora de se “repensar” o processo eleitoral.

“Nunca em Cabo Verde a venda de votos foi feita de forma, aberta, clara e ao luz do dia”, sublinhou.

Entretanto e mesmo ficando fora do Parlamento, o presidente do PP afirma que o partido continuará a fazer o seu trabalho junto da população, a “criticar aquilo que está mal e a valorizar o que está certo”.

Futuro político de Amândio é “incerto”

Mas, Vicente deixou o seu futuro político em aberto. Segundo diz, é hora do PP preparar outras pessoas e um grupo para assumir o futuro

daquele partido.

Nestas eleições sob o lema “O Voto da Diferença”, o PP defendia uma reforma institucional, por forma a reduzir gastos e, por isso, defendeu a diminuição do número de deputados, argumentando que o custo da máquina política é “insustentável” para o país.

O Partido conduziu a sua campanha com um discurso fortemente crítico em relação ao sistema bipartidário (MpD/PAICV) e focado na gestão ética dos recursos públicos. O programa eleitoral do partido era baseado na denúncia do desperdício e na proposta de um Esta-

do mais interventor em setores estratégicos.

Durante a campanha o partido “bateu forte” em questões como aumento salarial, a revisão do salário mínimo, o combate à emigração forçada e uma nova política habitacional, assim como apontou fragilidades persistentes no sistema nacional, com destaque para as dificuldades nas evacuações médicas e a necessidade de reforçar a cobertura medicamentosa.

O combate à corrupção era uma das principais bandeiras do partido, que defende uma fiscalização rigorosa dos fundos públicos e a denúncia de

alegados casos de má gestão ou clientelismo.

Outro dos eixos fortes da campanha foi a crítica à gestão dos transportes marítimos interilhas. Amândio Vicente diz que o PP defende a nacionalização dos transportes marítimos e rejeita as opções de privatização ou concessão porque acredita que o sector “é uma questão de soberania”.

O PP teve presença em seis dos 13 círculos eleitorais (Santiago Sul, Santiago Norte, Boa Vista Europa, África, e Américas) e até o fecho desta página acumulava 605 votos.



São Vicente, ilha-barómetro de Cabo Verde



João A. do Rosário

No dia seguinte às eleições legislativas de 17 de Maio, Mindelo acordou em paz. As ruas retomaram o seu ritmo habitual: caminhadas matinais, banhos de mar, jovens carregando mercadorias para os barcos rumo a Santo Antão, trabalhadores a caminho dos seus postos.

A serenidade contrastava com a intensidade da campanha que acabara de terminar. A máxima popular ecoava: “Para além da política há vida, há família”. Mas, por detrás dessa tranquilidade, os resultados em São Vicente revelaram uma viragem histórica: pela primeira vez, desde 1991, o PAICV foi a força mais votada na ilha, impondo uma derrota ao MpD e retirando dois mandatos à UCID.

O MpD manteve quatro deputados, mas falhou o objectivo de conquistar cinco ou seis, como chegou a anunciar.

O PAICV, ao alcançar a primazia eleitoral, conseguiu quatro mandatos, indo buscar mais dois que antes pertenciam à UCID, liderada por Jorge Santos Luís. O PAICV, ao retirar dois mandatos à UCID, reforçou a sua posição e redesenhou o mapa político da ilha.

Este desfecho não foi apenas um resultado aritmético, mas a expressão de um desgaste acumulado, de erros estratégicos e de decisões governamentais que se tornaram munição eficaz para o PAICV. São Vicente, tradicionalmente palco de disputas equilibradas, tornou-se o laboratório da alternância.

Os erros do Governo

Entre os factores que precipitaram a derrota do

MpD, destacam-se decisões controversas do Ministério da Saúde, designadamente a retirada de equipamentos do Hospital Baptista de Sousa e a suspensão de funções do médico Tito Rodrigues, apenas por questionar essa medida. Recorde-se que essas decisões do Ministério da Saúde foram vistas como um desrespeito às gentes de São Vicente. Um autêntico “tiro no próprio pé” às vésperas das eleições.

A má gestão da crise provocada pela tempestade Erin reforçou a percepção de ineficácia: muitos cidadãos não sentiram os efeitos das acções que o Governo dizia ter realizado.

A campanha e os discursos

A campanha em São Vicente foi marcada por episódios que deixaram marcas. Augusto Neves, presidente da Câmara Municipal, ao referir-se depreciativamente a dirigentes do PAICV e dos sindicatos como “cachorros de dois pés”, remetendo os mindelenses ao período revolucionário de 1974-75, gerou indignação e alimentou a narrativa da oposição sobre arrogância e falta de respeito ao adversário político, de resto recorrente em Augusto Neves.

A promessa não cumprida de melhorar as condições do Aeroporto Cesária Évora para receber voos noturnos, somada ao incumprimento de postos de trabalho anunciados, agravou a desconfiança.

A insegurança, o desemprego e a má gestão

dos transportes marítimos completaram o quadro de insatisfação e que ditaram, em São Vicente, a vitória histórica do PAICV.

UCID e ascensão do PAICV e o PTS

A UCID, que durante anos se afirmou como força decisiva em São Vicente, agora sob a liderança de João Santos Luis e a sombra do anterior líder, António Monteiro, viu-se ultrapassada. João Santos Luís, da UCID, insistiu na ética e credibilidade, mas perdeu terreno.

O PAICV, liderado localmente por João do Carmo, capitalizou o descontentamento e apresentou-se como alternativa credível. A sua mensagem de dar voz à ilha e exigir maior atenção governamental encontrou eco junto dos eleitores.

O MpD, com Paulo Rocha, pediu confiança para consolidar resultados, mas não convenceu.

João Carlos Silva, do PTS, focado no emprego e formação da juventude, não conseguiu romper a barreira da disputa principal.

A voz do Povo

Os eleitores de São Vicente expressaram sentimentos mistos: desconfiança perante promessas repetidas, esperança na descentralização (leia-se regionalização), curiosidade sobre o papel do PTS e exigência de soluções concretas para problemas quotidianos. Uma vez mais, sem reboços de maior, o povo deu uma lição: a política é importante, mas não

deve sobrepor-se à vida comunitária.

Reflexão

As eleições de 2026 em São Vicente foram o reflexo de uma ilha que exige respeito, transparência e resultados palpáveis. O MpD pagou caro por erros de gestão e discursos infelizes; a UCID perdeu espaço para um PAICV revitalizado, que soube interpretar o descontentamento popular e transformar fragilidades governamentais em força eleitoral.

São Vicente, com a sua história de equilíbrio político, mostrou que a democracia é dinâmica e que o voto é a arma mais poderosa de um povo consciente. Os eleitores mostraram igualmente que São Vicente continua a ser o “barómetro” de Cabo Verde: o partido que conquista a ilha conquista o país.

O último comício do PAICV foi um sinal da vitória a caminho. Segunda-feira, 18 de Maio, conhecidos os resultados, a vida continuou – mas a política já não era a mesma. São Vicente mudou e, na sua habitual forma crítica de ver a vida e a política, prepara-se para exigir e responsabilidade e o cumprimento escrupuloso das promessas que lhe foram feitas pelo partido vencedor.

O PAICV conquistou a primazia, mas o povo não dorme: cada promessa será cobrada, cada desvio será julgado. A alternância é vitória da democracia, mas também aviso: governar é servir, não falhar, porque é assim que Cabo Verde avança.

Os resultados em São Vicente revelaram uma viragem histórica: pela primeira vez, desde 1991, o PAICV foi a força mais votada na ilha, impondo uma derrota ao MpD e retirando dois mandatos à UCID. (...) Os eleitores mostraram igualmente que São Vicente continua a ser o “barómetro” de Cabo Verde: o partido que conquista a ilha conquista o país. (...) O PAICV conquistou a primazia, mas o povo não dorme: cada promessa será cobrada, cada desvio será julgado.

Mundial 2026

Os 26 Tubarões Azuis para estreia histórica de Cabo Verde

O seleccionador nacional de futebol, Pedro Brito “Bubista”, apresentou a lista dos 26 jogadores convocados para representar Cabo Verde no Mundial2026, competição que decorre entre 11 de Junho e 19 de Julho nos Estados Unidos, México e Canadá.

A Nação

Durante a apresentação oficial da convocatória, Bubista classificou o momento como “histórico” para o futebol cabo-verdiano, sublinhando que a presença no Campeonato do Mundo representa a concretização de um sonho antigo do país.

“Hoje é um dia histórico para o nosso futebol, para o futebol cabo-verdiano. Era um sonho de todos os cabo-verdianos e, desde a primeira hora, acreditámos que era possível”, afirmou o técnico nacional.

Esforço colectivo

O seleccionador destacou ainda que a inédita qualificação para o Mundial resulta de um esforço colectivo entre a Federação Cabo-verdiana de Futebol, jogadores, equipa técnica e adeptos, deixando palavras de reconhecimento também aos

atletas que participaram na campanha de apuramento, mas que acabaram fora da lista final.

“Primeiramente, queremos agradecer aos nossos jogadores, mesmo os que não estão nesta lista, porque a nossa caminhada foi grande e todos fizeram um trabalho especial”, frisou.

Segundo Bubista, os critérios para a escolha dos 26 convocados tiveram em conta o percurso dos atletas, o rendimento apresentado nos respectivos clubes e as características individuais de cada jogador. O técnico revelou ainda que alguns futebolistas enfrentam problemas físicos, mas mostrou-se satisfeito com o nível competitivo do grupo.

Viagem pelo arquipélago e jogos de preparação

Os Tubarões Azuis iniciam a preparação para o Mundial

com um estágio itinerante em algumas ilhas do arquipélago, entre os dias 20 e 24 de Maio. Posteriormente, a selecção viaja para Portugal, onde defronta a Sérvia num jogo amigável marcado para 31 de Maio, no Estádio do Restelo.

Antes da estreia oficial no Mundial, Cabo Verde realiza ainda um segundo encontro de preparação frente às Bermudas, em Connecticut, já em solo norte-americano.

Estreia no Mundial

Integrada no Grupo H da competição, a selecção cabo-verdiana terá pela frente a Espanha, o Uruguai e a Arábia Saudita na fase de grupos.

A estreia dos Tubarões Azuis acontece no dia 15 de Junho, em Atlanta, diante de Espanha, às 15h. No dia 21



de Junho, a equipa nacional mede forças com o Uruguai, em Miami, às 21h. O último jogo da fase de grupos está marcado para Houston, no Texas, frente à Arábia Saudita, às 23h.

De acordo com o regulamento do Mundial2026, qualificam-se para os oitavos-de-final os dois primeiros classificados de cada um dos 12 grupos, além dos oito melhores terceiros colocados.

Convocados de Cabo Verde para o Mundial2026

Guarda-redes: Vozinha, Márcio da Rosa, Carlos Santos
Defesas: Steven Moreira, Wagner Pina, João Paulo Fernandes, Sidny Cabral, Logan Costa, Roberto Lopes “Pico”, Kelvin Pires, Stopira, Diney
Médios: Jamiro Monteiro, Telmo Arcanjo, Yannick Semedo, Laros Duarte, Deroy Duarte, Kevin Pina
Avançados: Ryan Mendes, Willy Semedo, Garry Rodrigues, Jovane Cabral, Nuno da Costa, Dailon Livramento, Gilson Benchimol, Hélio Varela

Atleta cabo-verdiana Arianne Morais conquista medalha de prata no Campeonato Africano de Atletismo

A atleta internacional cabo-verdiana Arianne Morais conquistou, no dia 16 de Maio, a medalha de prata no lançamento do dardo do Campeonato Africano de Atletismo que decorreu em Acra, Gana, de 12 a 17 de Maio. Na sua estreia em representação de Cabo Verde, Arianne foi superada apenas pela atleta do Egipto, enquanto uma atleta da África do Sul ficou em terceiro lugar.

Nascida na Noruega, Arianne Morais, que, recentemente, passou oficialmente a representar Cabo Verde em competições internacionais, alcançou a marca de 56,49 metros na disciplina de lançamento do dardo.

Bolseira olímpica no âmbito da preparação para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028, Arianne Morais, agora vice-campeã africana, manifestou satisfação pela conquista da meda-

lha de prata ao serviço da selecção cabo-verdiana e afirmou esperar que seja “a primeira de muitas”.

Recorde-se que a delegação cabo-verdiana no Campeonato Africano de Atletismo, que reúne representantes de cerca de 45 países africanos, é ainda integrada por Lucielina Lopes, Silvanilda Gomes, Jorge Eid e Arianne Morais. C/ Inforpress



Mobilidade em Cabo Verde

Da crise permanente à política de Estado: o caminho possível (5)

Mais do que soluções avulsas, Cabo Verde precisa de um sistema integrado de mobilidade.



Jorge Lopes*

Depois de anos de instabilidade e respostas fragmentadas, a questão central impõe-se: como construir um modelo de mobilidade estável, eficiente e ajustado à realidade de um país arquipelágico?

Ao longo dos últimos anos, o debate sobre mobilidade em Cabo Verde tem sido dominado por uma lógica de reação. Interrompem-se ligações, surgem dificuldades operacionais, aumentam os preços - e, em resposta, procuram-se soluções imediatas.

Essa lógica é compreensível. Mas é insuficiente.

A mobilidade em Cabo Verde não é um problema conjuntural. É um desafio estrutural. E, como tal, não pode ser resolvido com medidas avulsas, por mais necessárias que sejam em determinados momentos.

Não se trata de gerir crises. Trata-se de construir um sistema.

Um sistema que seja capaz de garantir continuidade territorial, acessibilidade para os cidadãos, eficiência operacional e sustentabilidade económica. Um sistema que ofereça previsibilidade - não apenas em termos de horários ou preços, mas na forma como o país se organiza e funciona.

A construção desse sistema exige, antes de mais, uma mudança de abordagem.

Exige passar de uma lógica fragmentada - em que transporte marítimo, aéreo e logística são tratados separadamente - para uma visão integrada de mobilidade. Exige reconhecer que estes elementos fazem parte de um mesmo sistema, com funções distintas, mas interdependentes.

Mas essa integração, por si só, não é suficiente. É necessário definir uma arquitetura clara, assente em três pilares fundamentais: regulação, financiamento e coordenação.

O primeiro pilar é a regulação. Cabo Verde precisa de uma entidade com mandato claro e capacidade efetiva para planear, regu-

lar e coordenar o sistema de mobilidade. A criação de uma Agência Nacional para a Mobilidade, com autonomia técnica e visão estratégica, capaz de ir além da supervisão formal e assumir funções de planeamento integrado, definição de rotas estruturantes, articulação entre modos de transporte e avaliação contínua do desempenho do sistema.

Sem essa entidade, o risco de fragmentação mantém-se. Com ela, cria-se a possibilidade de coerência e continuidade.

O segundo pilar é o financiamento. Um sistema com as características de Cabo Verde não pode depender de decisões financeiras pontuais ou de soluções improvisadas. Exige um mecanismo estável, transparente e previsível que permita suportar as funções que o mercado não assegura.

É neste contexto que se impõe a criação de um Fundo Nacional para a Mobilidade. Este fundo não deve ser entendido como um instrumento isolado, mas como o núcleo financeiro de um sistema que integra diferentes componentes: obrigações de serviço público para garantir ligações essenciais; mecanismos de acessibilidade, como tarifas sociais; e instrumentos de correção de assimetrias, como a equalização logística.

A sua função é simples, mas decisiva: assegurar que o sistema funciona de forma contínua, independentemente de ciclos económicos ou pressões conjunturais.

O terceiro pilar é a coordenação institucional. A mobilidade não é um setor isolado. Cruza-se com a economia, com o ordenamento do território, com o turismo, com a coesão social. Exige, por isso, um quadro institucional que vá além da soma de entidades e competências dispersas.

Isso implica clarificar responsabilidades, reforçar mecanismos de articulação interinstitucional e alinhar políticas públicas que, hoje, muitas vezes evoluem de forma paralela. Sem essa coordena-

ção, mesmo bons instrumentos tendem a perder eficácia. Com ela, o sistema ganha consistência.

Para além destes pilares, há ainda um conjunto de princípios que devem orientar qualquer modelo de mobilidade em Cabo Verde.

O primeiro é o princípio da continuidade territorial: garantir que todos os cidadãos, independentemente da ilha onde vivem, têm acesso efetivo a mobilidade.

O segundo é o da previsibilidade: permitir que cidadãos e empresas possam planear com confiança.

O terceiro é o da eficiência: assegurar que os recursos disponíveis são utilizados da melhor forma possível.

O quarto é o da equidade: corrigir, de forma deliberada, as assimetrias que resultam da geografia.

Estes princípios não são abstratos. Traduzem-se em decisões concretas: que rotas garantir, que serviços priorizar, que custos compensar, que investimentos realizar.

Importa também sublinhar que a construção deste modelo não implica rejeitar o papel do mercado. Pelo contrário.

O mercado tem um papel importante na operação, na introdução de eficiência e na inovação. Mas esse papel só se realiza plenamente quando existe um enquadramento claro, estável e orientado para o interesse público. Sem esse enquadramento, o mercado oscila. Com ele, pode contribuir.

No fundo, o que está em causa é a passagem de um sistema baseado na incerteza para um sistema baseado na confiança.

Confiança de que as ligações existem.

Confiança de que os preços são previsíveis.

Confiança de que o país funciona como um todo.

Este é, talvez, o maior ganho de um modelo estruturado. E é também o maior desafio. Porque

exige decisão política, consistência institucional e compromisso de longo prazo. Mas exige, sobretudo, uma escolha.

E essa escolha não pode continuar a ser adiada nem diluída em soluções intermédias que não enfrentam o essencial.

Trata-se de decidir se a mobilidade será tratada como um custo a gerir ou como um investimento estruturante no funcionamento do país. Trata-se de definir se a fragmentação territorial continuará a ser aceite como um dado inevitável ou se será enfrentada como um desafio político central.

Em última instância, trata-se de saber se Cabo Verde quer organizar-se como um conjunto de mercados insulares com níveis distintos de acesso, ou como um espaço nacional integrado, onde a geografia não determina, de forma tão marcada, o destino económico e social dos cidadãos.

A escolha é entre continuar a gerir a mobilidade como um problema recorrente, respondendo a cada crise com soluções pontuais, ou assumir, de forma clara, que estamos perante uma das funções estruturantes do Estado.

Se a escolha for a segunda, então o caminho está, em grande medida, identificado. Não porque seja simples. Mas porque já foi percorrido por outros. E porque os seus princípios são conhecidos.

No fim desta série, talvez possamos regressar à ideia que a atravessou desde o início.

A mobilidade não é um setor. É o sistema que permite que Cabo Verde funcione como país.

E, como qualquer sistema essencial, não se improvisa. Constrói-se. Essa construção é, em última análise, uma responsabilidade coletiva.

Mas começa sempre por uma decisão política clara. E essa decisão continua, em grande medida, por assumir.

E, nesse ponto, já não se trata de saber o que fazer - mas de decidir fazê-lo.

A escolha é entre continuar a gerir a mobilidade como um problema recorrente, respondendo a cada crise com soluções pontuais, ou assumir, de forma clara, que estamos perante uma das funções estruturantes do Estado. (...) A mobilidade não é um setor. É o sistema que permite que Cabo Verde funcione como país. E, como qualquer sistema essencial, não se improvisa. Constrói-se. Essa construção é, em última análise, uma responsabilidade coletiva. Mas começa sempre por uma decisão política clara. E essa decisão continua, em grande medida, por assumir.



João Serra*

O som do silêncio da derrota do MpD

Em 1964, Paul Simon escreveu uma das canções mais perturbadoras do século XX sobre a incomunicabilidade humana: pessoas que falam sem se ouvir, que ouvem sem escutar, que se deixam seduzir pelo brilho da superfície sem questionar a escuridão que a rodeia.

“The Sound of Silence” é, no fundo, um retrato implacável de uma sociedade anestesiada pelo ruído do poder. A metáfora ganha uma ressonância inesperada na política cabo-verdiana: durante uma década, os cabo-verdianos falaram – pelos preços que não conseguiam pagar, pelos empregos que não existiam, pelos barcos que não saíam, pelos filhos que emigravam –, mas o poder, embriagado pela sua própria narrativa, recusou-se a ouvir. No dia 17 de maio de 2026, em silêncio, o povo respondeu.

A derrota do MpD nas eleições legislativas encerrou formalmente uma década de governação marcada por uma profunda dissonância entre a propaganda oficial e a realidade vivida pelos cabo-verdianos. Foi o fim de um ciclo político sustentado por estatísticas apresentadas à conveniência do discurso do poder, promessas sucessivamente recicladas e uma máquina de sedução eleitoral cada vez mais agressiva. Desta vez, porém, nem o controlo da narrativa, nem o recurso sistemático ao marketing político conseguiram travar o desgaste acumulado.

Na memória de muitos cidadãos permanecerão imagens indignas para uma democracia com 35 anos: cenas de distribuição de cestas básicas alegadamente associadas ao Governo, transformadas em instrumento de condicionamento político e exibidas publicamente nas lojas do país. Fotografias vergonhosas que expuseram, de forma crua, a degradação ética de um poder despudorado que já confundia Estado, partido e campanha eleitoral.

Em 2016, prometeu-se diversificação económica, despartidarização do Estado, a transformação do país num hub aéreo e marítimo

e a criação de 45.000 novos postos de trabalho. Em 2021, o mesmo programa foi apresentado de novo, com nova embalagem. Em 2026, foi requeitado pela terceira vez – os aeroportos de Santo Antão, Fogo e Maio que continuavam por construir, o Hospital Nacional que continuava por inaugurar, os empregos dignos que continuavam a não existir voltaram ao cardápio eleitoral com a naturalidade de quem não reconhece o ridículo da sua própria repetição.

O balanço económico da década desmente a narrativa do sucesso.

O crescimento médio anual situou-se em 3,33% entre 2016 e 2024, muito aquém da meta de 7% reiteradamente proclamada. A dívida pública expandiu-se de forma preocupante, restringindo a margem de manobra orçamental. O custo de vida aumentou persistentemente, corroendo o poder de compra das famílias.

Das 45.000 vagas de trabalho prometidas para serem criadas entre 2016 e 2024, o saldo líquido efetivo ficou-se pelos 4.429 postos em nove anos – menos de 10% do compromisso assumido. Jovens licenciados foram remetidos para empregos precários ou para a emigração.

A trajetória da TACV – rebatizada Cabo Verde Airlines – tornou-se a crónica de um fracasso anunciado: privatizações malconduzidas, reversões onerosas e o colapso definitivo da ambição do hub aéreo, a um custo avultadíssimo para os contribuintes. Num país arquipelágico, onde a mobilidade é uma condição de cidadania efetiva, os transportes marítimos interilhas continuaram a funcionar como obstáculo quotidiano – horários incertos, custos elevados, previsibilidade inexistente.

Quando os resultados não existem, o poder recorre à encenação. A distribuição de apoios sociais multiplicou-se nos meses anteriores ao ato eleitoral, num calendário que não deixa dúvidas: não se tratava de política social estruturada, mas de compra de consciências a

crédito.

A encenação de inaugurações assumiu proporções caricatas – obras por concluir foram inauguradas, projetos em fase inicial apresentados como concretizações, infraestruturas cujo anúncio remontava a anos relançadas como novidades.

O espetáculo substituiu a substância, a fotografia substituiu a obra, o discurso substituiu o resultado. A canção de Simon & Garfunkel descreve com precisão esta lógica: a multidão que se curva e reza ao deus de néon que ela própria fabricou. O deus de néon era a narrativa do sucesso; esperava-se que os cidadãos fossem suficientemente distraídos para acreditar no brilho artificial.

A peça central desta engenharia de ilusão foi o martelamento estatístico: a manipulação metodológica de indicadores sobre a pobreza, a inflação, a dívida pública e o crescimento do PIB, moldados para servir a narrativa oficial e fabricar uma percepção artificial de sucesso.

A persistência desta narrativa, mesmo esmagada pelos factos, parece ilustrar com inquietante nitidez o efeito Dunning-Kruger: a tendência de dirigentes politicamente intoxicados pela própria propaganda para sobrestimarem a sua competência e ignorarem a complexidade da realidade.

A proclamação de que “Cabo Verde tem dinheiro que nunca mais acaba” e a tese de que um acordo diplomático no Médio Oriente eliminaria o impacto da crise energética sobre os combustíveis revelaram não apenas imprudência política, mas uma alarmante superficialidade analítica. Numa economia frágil, dependente de importações e sem qualquer influência sobre os mercados globais, tais afirmações não resistem ao mais elementar escrutínio técnico.

A tudo isto acresceu uma degradação institucional alarmante: a despartidarização prometida foi substituída por uma partidarização do Estado como nunca antes

vista, alimentada por nomeações de conveniência política e familiar, decisões opacas e uma hostilidade crescente perante qualquer escrutínio independente.

“The Sound of Silence” termina com uma advertência: as verdades mais profundas raramente são proclamadas nos discursos do poder – revelam-se no quotidiano silencioso das pessoas comuns. Em Cabo Verde, elas estavam nos preços dos supermercados, nos barcos que não saíam, nas filas dos hospitais, nas obras prometidas que nunca chegaram ao fim e nas salas de embarque por onde partiram milhares de jovens sem regresso à vista.

No dia 17 de maio de 2026, os cabo-verdianos transformaram esse silêncio em julgamento político. Sem gritos, sem violência, sem necessidade de grandes palavras. Apenas com a lucidez acumulada de quem viveu uma década a ouvir triunfalismo enquanto a realidade se tornava mais dura.

Foi o silêncio de quem percebeu que a propaganda não enche a mesa, que estatísticas não substituem empregos, que inaugurações encenadas não concluem obras e que promessas repetidas deixam de ser esperança para se tornarem ruído.

E, como na canção de Paul Simon, o poder só percebeu tarde demais que o silêncio também fala – e que, por vezes, é nele que os povos escrevem a sua sentença mais clara.

A nova governação herda passivos financeiros de grande monta, uma dívida pública praticamente insustentável, uma década de oportunidades desperdiçadas, capital humano emigrado e instituições corroídas pela perda de confiança. Herda, acima de tudo, o dever de devolver credibilidade às instituições e verdade ao discurso público.

Praia, 18 de maio de 2025

*Doutorado em Economia (Blog: www.economianaserra.blogspot.com)

“The Sound of Silence” termina com uma advertência: as verdades mais profundas raramente são proclamadas nos discursos do poder – revelam-se no quotidiano silencioso das pessoas comuns. (...) No dia 17 de maio de 2026, os cabo-verdianos transformaram esse silêncio em julgamento político (...) E, como na canção de Paul Simon, o poder só percebeu tarde demais que o silêncio também fala – e que, por vezes, é nele que os povos escrevem a sua sentença mais clara. (...) A nova governação herda passivos financeiros de grande monta, uma dívida pública praticamente insustentável, uma década de oportunidades desperdiçadas, capital humano emigrado e instituições corroídas pela perda de confiança. Herda, acima de tudo, o dever de devolver credibilidade às instituições e verdade ao discurso público.



Horário normal de expediente

A Procuradoria Geral da República veio esta semana contrapor às críticas de Francisco Carvalho, sobre a inoperância do Ministério Público em relação à badalada distribuição de cestas básicas por parte dos supermercados Fenícia. Para espanto do ZIG, a emenda não podia ser pior que o soneto: “devido à hora do envio (da denúncia), fora do horário normal de serviço (...), o email apenas foi visto no dia 18 de maio...”, disse, preto no branco, em comunicado. Num dia em que até o mais desatento dos terrestres montou planos de contingência, a PGR vem dizer que só funciona em horário normal de expediente. Até quando Luís José Landim, zeloso em chatear os jornalistas com segredos de justiça, espera manter-se no cargo?



Nem o fato aguentou

Alguns internautas dizem que o PR não estava propriamente concentrado na cerimónia a que foi convidado, mas sim a tentar perceber como é que a campanha eleitoral conseguiu fazer o PM perder tantos quilos e emagrecer ao ponto de o fato parecer ter perdido a confiança no próprio dono. Há quem diga que a oposição ainda não apertou, mas o fato já começou a largar. ZIG aconselha o pobre do Ulisses a recuperar uns quilinhos antes de retomar o seu prometido footing depois da noite de domingo.



Barracada

Esta campanha eleitoral foi riquíssima em gafes e memes. Uma das gafes que entrou para a história é a do Carlos Santos, antigo ministro do turismo e cabeça de lista do MpD no Sal, ilha onde o MpD, em 2021, quase ficou com os quatro deputados e que agora, em 2026, teve de dividir, de igual para igual, com o PAICV. Ao que consta, por ter pedido aos seus apoiantes para votarem na “estrelinha” (PAICV), muitos foram os eleitores (que não se deram conta da corrigenda logo a seguir do próprio Carlos Santos...) e fizeram-lhe a vontade.

O inconsciente de cada um

Uma outra explicação para Carlos Santos pedir ao pessoal para votar na “estrelinha”, corrigindo-se logo de imediato, deveu-se ao facto de ele ser oriundo de uma família outrora apoiante do PAICV, a começar pela irmã Orlanda que, em 1991, chegou a integrar a lista de candidatos do antigo partido único por Santo Antão, saltando ribeira, depois, para o MpD. O inconsciente, dizem os entendidos nestas coisas, às vezes, prega-nos rasteiras do género

“Catchor de 2 pé”

Um outro político que estes dias regressou, veloz, em modo supersónico ao passado, foi Augusto Neves em São Vicente. Num comício do MpD chamou os seus adversários de “catchor de 2 pé”, um insulto que fez muito sucesso nos idos de 1974-75. Augusto, ao que parece, enquanto antigo aguerrido activista desses tempos, esqueceu-se que em democracia os adversários combatem-se com ideias e não com insultos. ZIG acha que o pessoal, às vezes, gosta de exagerar. Imagine-se, esperar ideias de Augusto!



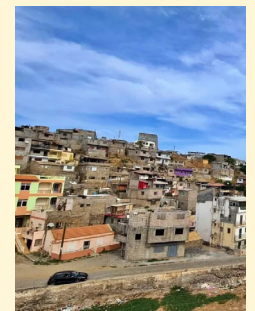
Eterno candidato

Mal se dissipou o amargo das Legislativas no Fogo, Casimiro de Pina apressou-se a reerguer as suas ambições, apontando agulhas para as Presidenciais de Dezembro. Casimiro não hesitou em colocar as mágoas de lado e estender a mão ao MpD, à UCID e a todos quantos se prestem a dar-lhe a sua mãozinha nesse seu antigo combate político. Qual Super Casimiro, em cima do seu conhecido auto-convencimento foi dizendo que é o único capaz de bater JMN... no próximo embate presidencial. Ah, em 12.615 votantes da ilha do Fogo, o putativo candidato presidencial conseguiu 179 votos. Nada mau, pelos vistos.



Vila Nova “sta na moda”

Em tempo de especulação imobiliária, ZIG ouviu dizer que mal se soube da vitória de Francisco Carvalho, o preço da habitação disparou em flecha na Vila Nova. Tudo isso porque Xiku confirmou que não pretende arredar o pé da sua casa para pagar renda em outro bairro onde, supostamente, as “elites” devem residir. O candidato do povo, para o povo, quer continuar com o povo na Ladeira de Vila Nova. Até quando?...



Esquisitos

Está provado que o eleitor de Santiago Sul é mesmo esquisito, ou então não gosta de quem dá corpo à limpeza. Mesmo tendo promovido uma oportuna e valorosa campanha de limpeza na Achada Grande, chamando a televisão para mostrar a Cabo Verde e ao mundo, o candidato da UCID, Beta Melo, não conseguiu evitar a humilhação de ser menos votado que o PTS de Jónica Brito. O pessoal da Achada Grande manda dizer ao Beta para não desanimar... Dentro de dias haverá uma nova campanha de limpeza e espera poder contar com ele, já que o mesmo local onde os candidatos da UCID andaram a limpar se encontra de novo tomado de lixo.



GARANTIA





SEGUROS

GARANTA MAIS DO QUE A SUA OBRIGAÇÃO.

Perante um imprevisto na estrada, o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel pode não ser suficiente. Nessas situações, conte com o AUTO+ e aproveite coberturas adicionais que o protegem a si, ao seu automóvel e aos que viajam consigo.

Juntos na estrada, por uma condução tranquila e segura.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

GARANTIA
AUTOMÓVEL
AUTO+

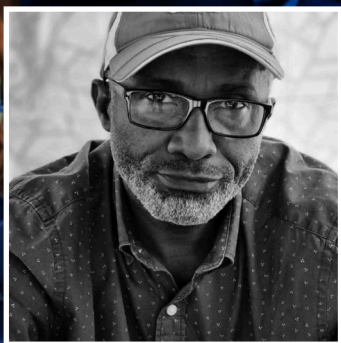
Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Etc.



Livro de José Mário Correia
**Ascensão histórica
dos Tubarões Azuis**

“Tubarões Azuis no Olimpo dos Deuses do Futebol”

Novo livro de José Mário Correia retrata ascensão histórica da selecção até chegar ao Mundial 2026

Mais do que “uma simples cronologia desportiva”, “Tubarões Azuis no Olimpo dos Deuses do Futebol” apresenta-se, segundo o seu autor, como uma narrativa profunda da construção de uma identidade colectiva através do futebol, destacando o papel dos Tubarões Azuis enquanto símbolo de união nacional, tanto no arquipélago como na diáspora.

A obra inclui não só texto, mas também fotografias, documentos e estatísticas, oferecendo uma visão abrangente da trajectória da selecção nacional até à qualificação ao Mundial.

O livro foi apresentado ontem, 20, em São Vicente, numa altura em que a os “Tubarões Azuis” se encontram em estágio naquela ilha, o que justifica a escolha da ilha do Porto Grande para o primeiro lançamento oficial.

O livro será apresentado amanhã na Praia, na sede da Federação Cabo-verdiana de Futebol, coincidindo com a permanência da selecção nacional de futebol no país antes da sua deslocação aos Estados Unidos da América (EUA) para participar, pela primeira vez, num Mundial de Futebol.

O início

Partindo de 1978 com a “Operação Bissau”, ano da primeira experiência internacional de Cabo Verde, o livro revisita momentos marcantes como a participação

A história da selecção nacional de futebol de Cabo Verde ganha um novo fôlego literário com o lançamento de “Tubarões Azuis no Olimpo dos Deuses do Futebol – A Saga Continua”, livro de Santa Clara (pseudónimo de José Mário Correia). Em 300 páginas, o autor percorre quase cinco décadas de evolução, conquistas e afirmação internacional. O livro será lançado oficialmente amanhã, sexta-feira, 22, às 17h, na sede da Federação Cabo-verdiana de Futebol, na Cidade da Praia.

Tiago Ribeiro



na Taça Amílcar Cabral (TAC 1979 - 2007), considerada uma verdadeira escola competitiva para a selecção, a primeira montra regular dos Tubarões Azuis, na antiga Zona II da UFOA/CSSA.

“Da estreia dura, sem golos e no último lugar, ao pódio em 2000, quando Cabo Verde conquistou, na cidade da Praia, a XVI Edição da TAC, numa clara transformação de dor, sacrifício e persistên-

cia em consagração”, escreve José Mário, referindo-se à mais celebre conquista do Tubarões Azuis antes da qualificação ao Mundial.

A obra acompanha também a transição para palcos

mais exigentes, como o Campeonato Africano das Nações (CAN), detalhando campanhas marcadas por frustrações, eliminações dolorosas e sucessivas “mortes na praia”, até ao momento de viragem em 2013, na África do Sul. Nesse ano, recorde-se, Cabo Verde alcançou pela primeira vez os quartos-de-final da competição, após uma campanha histórica que consolidou o respeito continental pela selecção.

A desqualificação no acesso ao Mundial de 2014

Um dos episódios mais marcantes abordados no livro prende-se com a desqualificação da selecção no acesso ao Mundial de 2014, devido a um erro administrativo. Ainda assim, esse período é retratado pelo autor como fundamental na construção da mentalidade competitiva da equipa.

Conforme explica, o livro “mergulha” ainda na desilusão de 2015 na CAN (empates fatais), nas ausências de 2017 e 2019, mas também no regresso à consistência de 2021-2022, num ciclo que culmina na campanha maior da era recente: CAN 2023/2024, na Costa do Marfim.

E como arco final da “epopeia dos Tubarões Azuis”, a história da primeira entrada simbólica na rota do Mundial em 2002 até ao feito maior em 2025.

“Uma maratona insular de 23 anos, contada com rigor e emoção: jogos, golos, incidências, tristezas e alegrias – a

construção de uma selecção que aprendeu a competir “no detalhe” até conseguir, finalmente, carimbar o passaporte para o maior palco do futebol mundial – o Mundial 2026, com organização tripartida entre Canadá, EUA e México”, revela o autor, ao que adjudica que o livro é também uma “homenagem a todos os antigos seleccionadores e a todos os presidentes da Federação Cabo-verdiana de Futebol que, em diferentes tempos e condições, sustentaram este caminho”.

Forte ligação emocional dos jogadores com o país

Segundo José Mário Correia, um dos aspectos mais surpreendentes durante a investigação foi a forte ligação emocional dos jogadores com o país, mesmo aqueles que nasceram e cresceram no estrangeiro.

“O que me surpreendeu foi a determinação dos jogadores e o sentido coletivo de uma nova geração que acredita que a pequenez de Cabo Verde não impede a conquista do mundo”, afirma.

A presença constante de atletas que percorrem milhares de quilómetros para representar o país, muitas vezes sem garantias de titularidade, é apontada como um dos pilares da identidade actual dos Tubarões Azuis.

O livro sublinha ainda o impacto da equipa na afirmação de Cabo Verde enquanto nação futebolística, destacando o período entre 2013 e 2014 como determinante para essa transformação, foi nesse momento que a equipa deixou de ser vista como “outsider” para se afirmar como adversário competitivo no panorama africano.

Mundial traz uma mudança de paradigma

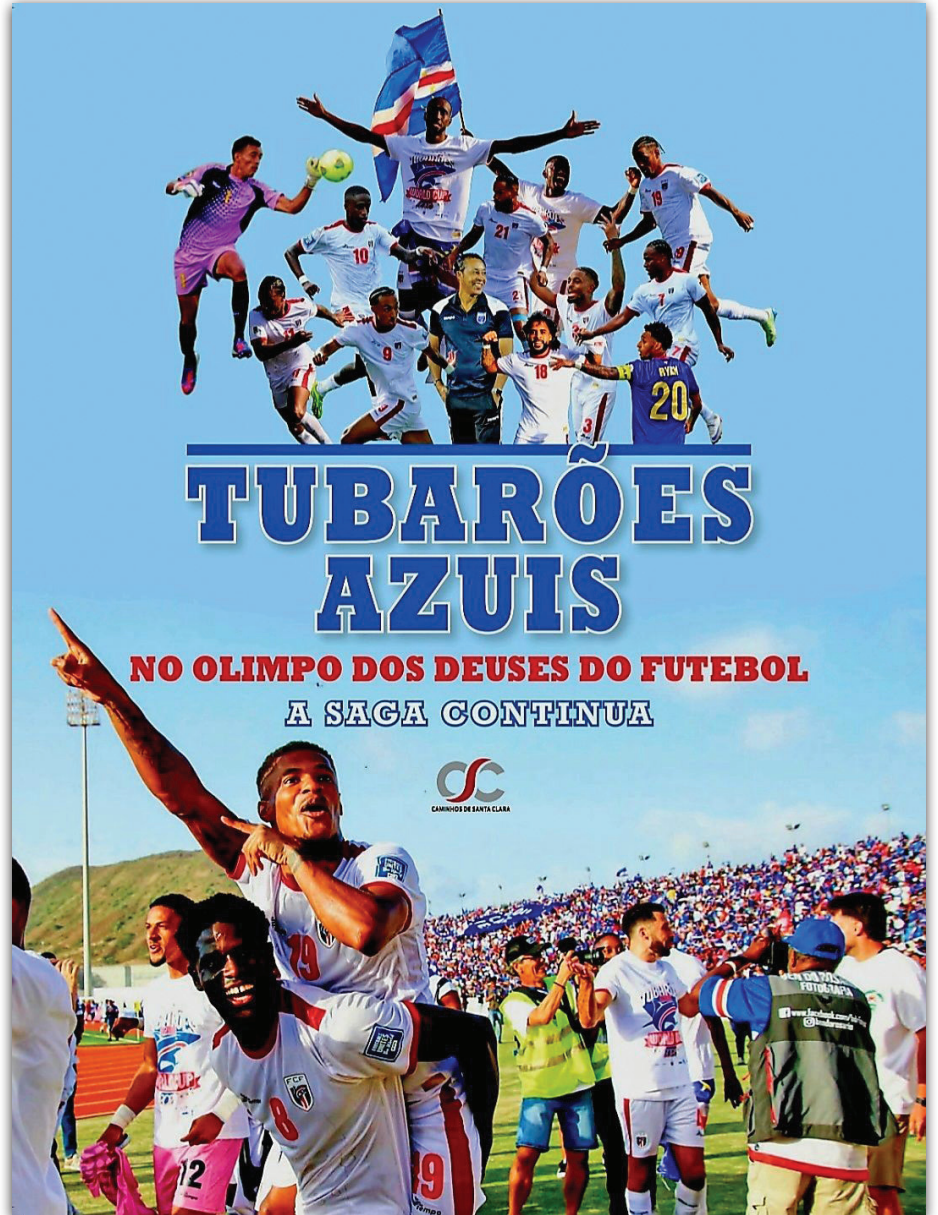
O ponto culminante da obra é, sem dúvidas, o apuramento histórico para o Mundial de 2026, resultado de uma caminhada de mais de duas décadas. Este feito é apresentado como uma mudança de paradigma, capaz de elevar o estatuto dos jogadores cabo-verdianos e inspirar novas gerações.

“O fenómeno de imitação vai mudar. Os jovens deixam de olhar apenas para ídolos internacionais e passarão a querer ser como os nossos jogadores”, defende o autor, apontando para uma transformação profunda na mentalidade desportiva do país.

Para o futuro, o livro deixa também uma mensagem clara: “é necessário investir de forma estruturada no desporto, com aposta na formação, criação de escolas de futebol, capacitação de treinadores e implementação do semi-profissionalismo”.

O livro estará disponível nas principais livrarias do país e também através da editora Caminhos de Santa Clara, permitindo o acesso tanto ao público nacional como à diáspora.

Para o autor, o futebol é o único desporto em que o suposto mais fraco vence o suposto mais forte, então imagina um futuro risonho para a selecção e diz ser necessário melhorar a nossa performance na CAN e nas corridas aos Mundiais, manter os desempenhos nessas provas para manter a presença regular “jogando sempre para ganhar” e ambicionar ganhar os dois troféus “que nos falta” uma CAN e um Mundial.



Teremos um livro sobre a participação no Mundial?

Questionado, José Mário Correia não descarta e diz que “sim, é possível”, mas “vamos antes jogar para melhor desenharmos uma possível homenagem em livro”.

Sobre o Mundial, diz subscriver da máxima dada pelo presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol, Mário Semedo, de que “não vamos ao Mundial passear, vamos para competir”.

A obra conta com prefácio de Mário Semedo, e posfácio de Orlando Mascarenhas, antigo presidente da FCF, actualmente presidente da Academia Olímpica Ca-

bo-verdiana.

Para José Mário Correia, o livro é a história de um país que “em cada convocatória, em cada viagem, em cada jogo, afirmou uma certeza simples e poderosa: Cabo Verde existe... e sabe competir”.

“Tubarões Azuis no Olimpo dos Deuses do Futebol – A Saga Continua” pode ser adquirido nas livrarias tradicionais da Praia (Santiago), Mindelo (São Vicente) e Espargos (Sal), mas também através da Editora Caminhos de Santa Clara.



Ministério Público e defesa de Odair Moniz pedem condenação por homicídio e expulsão de agente da PSP

DIÁSPORA

O julgamento do caso Odair Moniz, cabo-verdiano morto por agentes da polícia portuguesa há dois anos, em Cova da Moura, Lisboa, entra na sua fase final, com o representante do Ministério Público (MP) a pedir a condenação do arguido por esse crime, para além da aplicação de uma pena acessória que o proíba de exercer as funções, na forma de uma expulsão da polícia, mas sem especificar qual a moldura penal a ser aplicada.

Imagens de videovigilância da rua onde ocorreu a operação policial e imagens de telemóvel captadas por residentes que testemunharam os factos na madrugada de 21 de Outubro de 2024, foram apresentadas por este magistrado como meios de prova obtidos na investigação.

Um ponto importante na alegação do representante do MP e que este defende que deve ser dado como não provado é a versão apresentada pela polícia de que Odair Moniz tenha empunhado uma arma branca e tentado agredir o agente com a faca durante a perseguição policial. Este argumento, para o MP, deita abaixo qualquer alegação de legítima defesa por parte do arguido.

O que se passou, acrescentou ele, foi uma violação do uso da força policial proporcional, sem que haja qualquer motivo que justifique a conduta do arguido. E lembra ainda que actuação de agentes deve ter exigências acrescidas e não exceder o uso da força necessária, respeitando o direito à vida, à liberdade e à segurança.

Para o procurador Pedro Pe-

O procurador do Ministério Público, Pedro Pereira, no julgamento do agente da polícia acusado de ter morto o cabo-verdiano Odair Moniz, na Cova da Moura, há dois anos, defendeu que o crime de homicídio por parte do agente da PSP, Bruno Pinto, deve ser dado como provado. O julgamento deste caso, mediático, decorre no tribunal de Sintra, e a sentença será lida a 15 de Junho.

Joaquim Arena



Argumentos das defesas

reira, “os agentes de segurança não são considerados homens médios, que se assustem ou se amedrontem como um cidadão comum”. E a resistência a ser algemado, por Odair Moniz, registada nas imagens, onde ele surge desferindo pancadas aos agentes que o tentavam deter, não é considerada pelo MP como se sendo de violência extrema, apesar do cenário de agressividade. Este considerou a situação como “resistência com hostilidade moderada”, adiantando que um agente de um órgão de polícia criminal deverá estar devidamente formado para exercer as suas funções. E se chefias da PSP, ao colocarem o arguido e o colega nas escalas, consideraram que estavam aptos para exercer aquele patrulhamento.

Para José Semedo, advogado da família de Odair Moniz, os depoimentos das testemunhas oculares coincidem na ideia de que o cozinheiro cabo-verdiano se encontrava desarmado e não viram qualquer arma junto ao corpo de Odair. Apenas viram as suas bolsas.

E quanto ao punhal, algumas testemunhas acrescentaram que este só foi visto já depois de o corpo do cozinheiro ser levantado do chão. E os tiros disparados, lembrou o advogado, aconteceram três segundos antes de chegarem os reforços policiais àquela rua: “A questão do medo e da pressão tem alguma dificuldade em vingar aqui.”

Além disso, recorda que a forma como Odair Moniz es-

tava a agir representava uma “ameaça média” e não “ameaça alta”, na mesma linha de argumento do representante do MP. Semedo adianta que “Sendo o arguido jovem e colocado de novo na rua com uma arma na mão poderia repetir o mesmo acto”. O advogado de defesa da família e o MP concordam que o agente deva vir a ser condenado por homicídio, agravado com dolo directo.

“As testemunhas mentiram em tribunal”

Citado pelo semanário Expresso, Ricardo Serrano Vieira, advogado do agente Bruno Pinto, falou numa “questão sensível” no Direito Penal e admitiu que se trata de um “processo difícil”, pedindo a

absolvição do agente da PSP.

Quanto ao advogado José Semedo, escreve o jornal que este não teve quaisquer dúvidas: “As testemunhas mentiram em tribunal, contradizendo-se com as imagens de vídeo”. Em causa estão as agressões de Odair contra o agente da PSP que garantem não ter visto.

Ricardo Serrano Vieira, adianta o semanário, alertou que o MP se “esqueceu” de mencionar que Odair acelerou perigosamente com o carro no interior do bairro ou que tinha níveis de álcool proibidos por lei e indícios de cannabis no sangue. A defesa do arguido sugeriu que o facto de Odair ter agido com tanto à vontade na fuga se deveu ao facto de já ter um longo cadastro e diversas interações com as forças da lei. Salientou também que a reportagem fotográfica dos investigadores do caso sobre o local do crime “não está bem feita”.

E apesar da superioridade numérica dos dois agentes sobre Odair, disse o advogado de defesa do arguido, não houve superioridade física porquanto nunca conseguiram impor-se, dada a reacção violenta do cozinheiro. “Perante a ameaça, Bruno Pinto usou a arma de fogo”, declarou Serrano Vieira. O advogado defendeu por isso que existem razões suficientes para admitir a legítima defesa por parte do agente acusado de homicídio.

O arguido, que falou no final, afirmou que fez “tudo o que devia sobre os procedimentos. Do princípio ao fim”.

A leitura do acórdão ficou marcada para 15 de Junho às 15h30.



Diáspora, governação e o novo ciclo político de Cabo Verde

A hora de transformar vitória eleitoral em inteligência nacional estratégica



Jorge Humberto Fernandes

O ato eleitoral ocorrido a 17 de Maio de 2016 abre um novo ciclo político em Cabo Verde. Como acontece em todas as democracias, as eleições encerram uma disputa, mas inauguram desafios ainda mais complexos: governar expectativas, estabilizar instituições, produzir resultados concretos e preservar confiança coletiva num contexto internacional profundamente instável.

É precisamente neste ponto que a questão da diáspora ganha centralidade estratégica.

Durante décadas, Cabo Verde habituou-se a olhar para a diáspora sobretudo como extensão emocional da pátria. Essa dimensão continua importante. Contudo, no novo contexto económico e geopolítico global, a diáspora deve passar a ser encarada como um dos principais instrumentos de estabilidade, inteligência económica e projeção internacional do Estado cabo-verdiano.

A nova governação enfrentará desafios extremamente delicados.

O primeiro será o da pressão social interna. A sociedade cabo-verdiana encontra-se hoje mais exigente, mais conectada digitalmente e menos tolerante à lentidão do Estado. O desemprego jovem, a precarização laboral e social, o custo de vida, as dificuldades habitacionais e a crescente ansiedade económica criam um ambiente de elevada pressão política permanente.

O segundo grande desafio será financeiro. Cabo Verde continua excessivamente e estruturalmente dependente do exterior: importações, turismo, remessas, financiamento internacional e vulnerabilidade aos choques externos. Num mundo marcado por guerras comerciais, desaceleração económica

global e reorganização geopolítica, pequenos Estados insulares tornam-se particularmente expostos.

O terceiro desafio será institucional. As democracias modernas vivem sob ciclos permanentes de hipercomunicação, radicalização digital e desgaste acelerado da confiança pública. Governações recém-eleitas entram rapidamente sob o escrutínio intenso. A velocidade e a generalização das redes sociais muitas vezes destrói o tempo necessário para maturação das políticas públicas e a eficácia da liderança dos processos.

É neste quadro que a diáspora cabo-verdiana pode transformar-se num dos maiores fatores de equilíbrio estratégico da nação. A diáspora não representa apenas remessas financeiras. Representa acesso a conhecimento global, redes empresariais, influência internacional, capital tecnológico, capacidade diplomática informal e inteligência económica distribuída pelo mundo.

Nos Estados Unidos, Portugal, França, Holanda, Luxemburgo, Itália, Senegal e outros países, existem milhares de cabo-verdianos altamente integrados em universidades, empresas, sistemas financeiros, tecnologia, saúde, investigação científica e na administração pública.

Essa rede possui um valor estratégico gigantesco para uma pequena nação atlântica. O novo ciclo político precisa compreender rapidamente que a governação contemporânea já não depende apenas do aparelho interno do Estado, depende cada vez mais da capacidade de organizar redes globais de inteligência e cooperação.

As pequenas nações que so-

breviverão nas próximas décadas serão aquelas capazes de ampliar influência para além das suas limitações territoriais, e Cabo Verde possui essa possibilidade histórica, mas existem também perigos reais e demais constrangimentos.

Um dos maiores riscos será transformar uma vitória eleitoral numa lógica de partidização excessiva do Estado. Quando sociedades pequenas entram em ciclos prolongados de divisão política, acabam por desperdiçar energia nacional, enfraquecer instituições e bloquear consensos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do país.

A diáspora e a sua rede diplomática, consular e também associativa podem desempenhar aqui um papel moderador e 'prospetor' de vantagem decisivo.

Por estar exposta a sistemas políticos mais complexos e experiências internacionais diversificadas, a diáspora tende frequentemente a possuir uma visão mais pragmática sobre governação, estabilidade institucional e desenvolvimento económico.

Outro perigo será cair na armadilha do curto prazo. Governos recém-eleitos costumam enfrentar forte pressão para produzir respostas imediatas. Contudo, Cabo Verde necessita simultaneamente de reformas estruturais de longo prazo: modernização do Estado, transformação digital, economia do conhecimento, segurança hídrica, inovação tecnológica, requalificação urbana e a reforma do modelo económico nacional.

Nenhuma dessas transformações será sustentável sem a mobilização estratégica da diáspora. O país precisa construir uma verdadeira arquite-

tura nacional de ligação global, baseada em plataformas digitais, associativas, cooperantes, humanizadas, inteligência económica, diplomacia de investimento, circulação fluida de talentos e com base na ética das relações pessoais como institucionais.

Os consulados cabo-verdianos devem evoluir para centros ativos de mobilização económica e tecnológica. As universidades precisam criar redes científicas permanentes com investigadores da diáspora. O sistema financeiro deve desenvolver instrumentos específicos de investimento para emigrantes e descendentes.

Mais do que nunca, Cabo Verde precisa transformar saúde em sistema de alavancagem para o desenvolvimento. Como defendia Manuel Castells, o poder no século XXI organiza-se em torno de redes globais de informação, conhecimento e influência.

E talvez o maior ativo estratégico de Cabo Verde esteja precisamente nessa inteligência coletiva dispersa pelo mundo sob identidade cabo-verdiana.

A vitória eleitoral de ontem para o partido que formará novo Governo pode representar apenas alternância política, ou pode tornar-se o início de uma nova visão nacional.

A diferença dependerá da capacidade de transformar emoção política em inteligência estratégica de Estado, porque o futuro de Cabo Verde já não será decidido apenas dentro das ilhas. O futuro será decidido também pela capacidade de organizar, mobilizar e integrar a sua grande nação global espalhada pelo mundo.

18 de Maio 2026

Cabo Verde necessita simultaneamente de reformas estruturais de longo prazo: modernização do Estado, transformação digital, economia do conhecimento, segurança hídrica, inovação tecnológica, requalificação urbana e a reforma do modelo económico nacional. Nenhuma dessas transformações será sustentável sem a mobilização estratégica da diáspora. (...) O futuro de Cabo Verde já não será decidido apenas dentro das ilhas. O futuro será decidido também pela capacidade de organizar, mobilizar e integrar a sua grande nação global espalhada pelo mundo

Casos de parasita schistosoma haematobium em São Miguel

Investigador pede reforço de prevenção antiparasitária em Ribeira de Principal

Maximiano Fernandes avisa que a contaminação foi identificada ao longo de cerca de um quilómetro de extensão, iniciando numa área agrícola denominada Estância, passando pela zona da cachoeira e estendendo-se até um tanque conhecido como “Tanque Abaixo”, na localidade de Mato Dentro.

“Encontramos caramujos hospedeiros durante todo esse trajecto e também vários casos positivos em pessoas que estiveram nessas regiões”, explicou ao A NAÇÃO.

Aumento de casos

De acordo com esse investigador, os primeiros levantamentos identificaram nove casos positivos. Entretanto, o número terá aumentado, ultrapassando os 30 casos.

Como também afirma, muitas das pessoas contaminadas relataram ter tido contactos directos com as águas paradas da região. “Encontrámos contaminação até em pessoas que apenas tiveram contacto da água, com os pés ou com as mãos”.

O cientista acrescenta ainda que algumas pessoas infectadas não apresentaram sintomas, o que aumenta a preocupação relativamente à propagação silenciosa da doença. Também alerta que já foram encontrados vários casos assintomáticos, isto é, de indivíduos que, embora contaminados, não apresentaram nenhuns sintomas.

Alerta para moradores, turistas e emigrantes

Face à situação, o investigador recomenda que a popula-



Maximiano Fernandes

Um alerta lançado pelo cientista cabo-verdiano Maximiano Fernandes está a preocupar moradores, visitantes e autoridades locais no município de São Miguel, após a identificação de dezenas de casos positivos de um parasita, schistosoma haematobium, associados ao contacto com águas da zona de Ribeira de Principal.

Adelise Furtado

ção evite contactos com águas daquelas zonas, sobretudo áreas de água parada e locais onde foram encontrados caramujos hospedeiros do schistosoma haematobium.

“Aconselhamos as pessoas a não entrarem em contacto com águas dessas zonas e também de outras áreas ainda não identificadas, principalmente abaixo da cachoeira, porque existe possibilidade de contaminação”, afirmou.

O alerta estende-se igualmente a turistas, guias turísticos e emigrantes. Segundo explicou, pessoas que actualmente se encontram no estrangeiro e que tiveram contacto com aquelas águas devem procurar serviços de saúde e solicitar exames específicos.

“As pessoas que viajaram e tiveram contacto com aquela água devem procurar um mé-

dico e pedir testes para detetar schistosoma hematóbio, além de exames de urina”, apelou.

Apesar do alerta, o investigador esclarece que as visitas turísticas à região podem continuar, desde que sejam tomadas medidas preventivas. “Podem fazer turismo, mas sem contacto com a água, principalmente nas zonas de água parada”, reforçou.

Sintomas podem surgir meses depois

Entre os sintomas apontados pelo investigador estão comichão e irritação na pele minutos após o contacto com a água contaminada. No entanto, os sinais mais graves podem surgir apenas meses depois. “Mais tarde, algumas pessoas podem sentir dores ao urinar, embora existam casos em que não aparece nenhum sintoma”, explicou.

Descoberta surgiu após surto de 2022

Segundo Maximiano Fernandes, a descoberta está relacionada com um surto identificado em São Miguel em 2022, causado também por schistosoma haematobium. A seu ver, os primeiros alertas foram divulgados através das redes sociais, levando várias pessoas que estiveram na região a realizar testes posteriormente confirmados como positivos.

“Principalmente pessoas que estiveram juntas nas mesmas zonas acabaram por testar positivo”, indicou.

O cientista admite ainda preocupação com o número real de pessoas contaminadas, sobretudo visitantes que passaram pelas cachoeiras sem saber do risco. “Não sabemos quantas pessoas estiveram naquela cachoeira. Estimamos que exis-

tam também pessoas contaminadas na cidade da Praia, porque já apareceram casos de indivíduos que estiveram naquela região e posteriormente testaram positivo”, afirmou.


Necessidade de reforço das informações

Embora reconheça que houve alguma comunicação após a descoberta, Maximiano Fernandes considera necessário reforçar as campanhas de sensibilização junto das comunidades.

“As autoridades locais chegaram a comunicar depois da descoberta, mas é preciso informar mais pessoas, sobretudo aquelas que tiveram contacto com aquela água”, defendeu.

Esta reportagem chama atenção a todos que tiveram algum contacto com a água para procurarem serviços de saúde e fazerem exames.

Na diáspora até agora foi reportado um caso de Portugal e na França de oriundos da zona afetada (São Miguel), segundo Maximiano.

Recomenda-se o controlo imediato para evitar mais casos de infeções, já que se pode considerar esta doença endémica. 



José Mário Correia
Jornalista



Silvestre Alvarenga
Analista político



Orlando Dias
Político



Aquiles Almada
Analista político

Vitória, Queda e Recomeço

O novo tabuleiro político e o país que vem aí

23 Maio 2026

10:00 às 12:00

Contacte-nos através:

 9709595 / 9303005

 9709595

FM

89.9 e 94.4 na Praia

94.4 e 99.6 em Santiago Norte e Sul, Fogo e Maio

96.7 em São Vicente, S. Antão e São Nicolau

 Rádio Alfa - CV

 **Live radioalfacv** 

Novo surto de ébola já fez mais de 130 mortes na RDC

Joaquim Arena

Os relatos que chegam da República Democrática do Congo dão conta de pelo menos 131 mortes resultantes do último surto de ébola, com mais de 513 casos suspeitos, segundo autoridades locais. Um porta-voz do governo deste país afirmou que os casos estão sendo relatados numa área mais ampla do que aquela que foi divulgado anteriormente.

Registam-se também dois casos confirmados e uma morte em Uganda, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos.

Este novo surto do ébola na RDC já foi declarado emergência de saúde pública de interesse internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo as autoridades sanitárias internacionais, lidar com esse surto é difícil, pois

envolve uma estirpe rara para a qual não há ainda vacina, com a agravante de que casos foram encontrados numa área afectada por um conflito armado. A situação foi declarada um problema de emergência na saúde pública internacional pela OMS, adiantando que o surto surgiu por casos detectados provocados pelo vírus Bundibugyo.

Ébola é uma doença alta-

mente contagiosa que se propaga através dos fluidos do corpo, como o sangue e o vômito. A taxa de fatalidade é bastante elevada, especialmente em locais com fraca capacidade médica e incapazes de providenciar as medidas de cuidados intensivos de um país desenvolvido.

Responsáveis dos Centros para o Controlo e Prevenção de Doenças no continente anun-

ciaram o surto na semana passada, mas disseram não terem uma ideia clara quando começou verdadeiramente. Ébola é uma doença rara, mas mortal, causada por um vírus. O vírus normalmente infecta animais, geralmente morcegos frugívoros, mas surtos entre humanos às vezes podem começar quando as pessoas comem ou manuseiam animais infectados. Os sintomas levam de dois a 21 dias para aparecer.

E surgem repentinamente e começam como se fosse uma gripe, com febre, dor de cabeça e cansaço.

Com a progressão da doença surgem vômitos e diarreia, podendo levar à falência de órgãos. Alguns pacientes, mas não todos, desenvolvem hemorragias internas e externas. O actual surto é causado pela espécie Bundibugyo de Ébola, que não era vista há mais de uma década.



Depois de Trump, Xi Jinping recebe Putin

Quatro dias depois do fim da visita de Donald Trump a Pequim, foi a vez do presidente chinês receber esta terça-feira Vladimir Putin, com Xi Jinping a declarar que a cooperação entre os dois países “vem sendo aprofundada e reforçada”.

Para os observadores internacionais, não há dúvidas: a diplomacia chinesa nunca viveu um momento de maior protagonismo, com o seu líder a surgir na cena mundial como nunca antes. Sobretudo quando dois dos chefes de Estado que o visitam estão envolvidos em conflitos regionais de grande impacto na comunidade internacional.

Esta 25ª visita do presidente russo à China, como foi anunciado pela imprensa chinesa, vem reforçar o poder de Pequim no panorama internacional, posicionando-o no centro da diplomacia ao mais alto nível. E, por outro lado, é a 40ª

vez que os líderes russo e chinês se encontram, um número de vezes claramente maior do que com qualquer outro líder mundial. Receber os dois maiores líderes mundiais num espaço curto de tempo, é um reflexo na importância que a China tem hoje nos assuntos globais.

Mas também é visto claramente como uma mensagem dirigida à (ainda) maior potência militar do globo, na medida em que mostra a Trump que Pequim conta com outras relações sólidas e robustas e que Washington dificilmente conseguirá isolar a China, caso haja essa tentação. Por outro lado, a inexistente vitória rápida esperada por Donald Trump e a capitulação imediata do Irão, como prevista pelo presidente norte-americano, e as dificuldades que Putin enfrenta na guerra da Ucrânia, acabam por dar ao mundo uma imagem de alguma fraqueza perante o gigante



chinês.

Mas o líder russo está também numa situação de maior fragilidade económica, o que aumenta a sua dependência face à China, o que faz com que a parceria entre Moscovo e Pequim seja vista claramente como desequilibrada. A China não segue os países do Ocidente nas sanções aplicadas desde a invasão russa da Ucrânia e até agora comprou à Rússia mais de 367 mil

milhões de petróleo russo.

As atenções estarão focadas no aprofundamento desta cooperação energética e no projecto do pipeline de 2,600 km de comprimento, através da Mongólia, com capacidade para 50 mil milhões de metros cúbicos de gás seria a chave para a substituição russo para a China. Um projecto que para Putin seria chave para os mercados europeus, entretanto perdidos.

Jornal inglês dá 'palco' a Cabo Verde

Num espaço de poucos dias o jornal inglês The Guardian, um dos mais lidos e conceituados do Reino Unido, trouxe nas suas páginas duas reportagens sobre Cabo Verde, este mês de Maio: uma na área da cultura, "Temos de manter o seu nome vivo", numa espécie de rememoração da cantora Cesária Évora, e outro com o título "Cabo Verde aposta na tecnologia para reverter a fuga de cérebros".

São dois longos artigos que parecem surgir na contra a maré de algumas notícias negativas no Reino Unido sobre as intoxicações alimentares registadas em alguns resorts do país. De qualquer forma, são dois olhares sobre as ilhas num meio de comunicação com penetração mundial e que contribuem para um maior conhecimento internacional de Cabo Verde.

Assinado por Garth Cartwright, o primeiro artigo tem uma forte razão de ser, já que a Orquestra Cesária Évora, juntamente

com a convidada especial Mayra Andrade, são esperados para um concerto no Barbican Hall, em Londres, a 13 de Junho, integrado na próxima série de Project a Black Planet. Este artigo foca o álbum Miss Perfumado, de 1992, e o surgimento de Cesária Évora na cena internacional, aos 51 anos de idade. Explica como Cabo Verde, situado a 400 milhas da costa do Senegal, alberga uma população de 530,000 pessoas, a mesma população da cidade de Leicester, cuja música até há relativamente pouco tempo era completamente desconhecida.

O que mudou com o disco Miss Perfumado, que vendeu só em França 500 mil cópias, fazendo de Cesária a artista africana que mais discos vendeu no século XX. Depois de explicar as origens e a ideia do estilo musical morna, o jornalista inglês adianta o concerto do próximo mês e a actuação de cantora cabo-verdianas (Ceuzany, Elida Almeida, Lucibela, Teófilo Chantre) e Mayra An-



drade.

"O sucesso de Miss Perfumado trouxe a Cesária fama e fortuna aos 51 anos, depois de uma vida ensombrada pela pobreza. Nascida no Mindelo, a cidade portuária da ilha de São Vicente, a sua mãe viúva não era capaz de alimentar todos os filhos e aos 10 anos Cesária foi enviada para um orfanato. A sua carreira musical começou com actuações em bares durante a adolescência", escreve o The Guardian.

No artigo "Cabo Verde aposta na tecnologia para reverter a fuga de cérebros", assinado por Eromo Egbejule, Pedro Fernandes Lopes, o até agora secretário de Estado da Economia Digital, diz querer o país como um bastião para a cir-

culação livre de pessoas e capitais através da diáspora africana. "As rotas que as pessoas escravizadas seguiram a partir de África são as mesmas dos cabos submarinos que atravessam o Atlântico, o que é incrível," diz Lopes numa entrevista no seu gabinete na Praia. "A História repete-se – mas cada geração tem a oportunidade para contar a sua própria história."

Outra figura entrevistada neste artigo é Jessica Sanches Tavares, conselheira da direcção da TechParkCV, uma estrutura tecnológica avaliada em 44,78 milhões de libras, com uma central incubadora de start-ups, centro de formação para jovens e um auditório para conferências.

Senegal

Diomaye - Sonko: crónica de uma rutura esperada

A tensão existente entre os dois homens fortes no poder no Senegal, o presidente Bassirou Faye e o primeiro ministro, Ousmane Sonko, já não passa despercebida aos analistas e aos mais atentos, sobretudo na imprensa local e francesa. E é precisamente a imprensa que fala de um "ponto de não retorno" nesta relação, que ao início foi fundamental para a mudança do regime de Dakar.

Fala-se que os primeiros sinais de mudança na relação entre os dois políticos terão surgido apenas quatro meses depois da vitória nas eleições e o seu acesso ao poder, em Abril de 2024. É a própria imprensa que pergunta se o célebre slogan eleitoral, "Diomay, é Sonko" não era já uma mera quimera.

Mas é a primeira vez que o presidente Faye numa entrevista na televisão, no início deste mês de Maio, responde directamente às indirectas que lhe dirige o primeiro ministro Sonko ou da parte do seu partido, o Pastef. Um Ousmane Sonko a quem Bassirou Diomaye Faye relembra que está sentado numa "cadeira injectável, e seu não estiver satisfeito, irei nomear um outro primeiro ministro", adianta o presidente senegalês, contrariando a tendência do seu até agora parceiro em "tomar-se por

um Messi", como explica François Soudan, o chefe de redacção da revista Jeune Afrique.

Para o jornalista, um marco na relação entre ambos foi atingido e a coabitação no topo do poder no Estado senegalês já não parece ser uma hipótese, mas sim uma realidade quotidiana. Uma relação de coabitação para o futuro e com as hostilidades abertas, com cada uma das partes a afinar a sua estratégia, tendo como objectivo as eleições locais de 2027 e as presidenciais de 2029.

Para François Soudan, Ousmane Sonko, que esperava ingenuamente que Diomaye Faye se comportasse como um presidente de transição e sem muita intervenção, aposta no seu carisma, na sua popularidade, para além do seu controlo da Assembleia Nacional e o apoio de um partido em que os militantes esperam que o poder lhe venha, de pleno direito, dentro de três anos. Por seu lado, o presidente Faye procura pôr de pé uma coligação fora do Pastef, onde a sua posição é mais fraca, e aposta na sua imagem mais forte da de Sonko, junto dos financiadores internacionais. Para além disso, conta com uma equipa de colaboradores fiéis, da qual os elementos apoiantes de Sonko foram afastados.





Daniel Delgado

Como destruir a credibilidade de um país: Governos, justiça e corrupção

O Estado de Cabo Verde e os sucessivos governos que o tem representado não cumprem as leis e a Constituição, nomeadamente, o direito à propriedade privada. (...) investir em Cabo Verde é de alto risco para qualquer cidadão nacional e emigrantes, exceto, para estrangeiros cujas propriedades dificilmente serão expropriadas ilegalmente.

1. Introdução

A transição política do regime de partido único para o regime multipartidário (1990/91), foi um período de ansiedade, mas também de grande expectativa e otimismo pela conquista plena dos direitos e liberdades fundamentais, como sejam, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a garantia dos direitos individuais. Das eleições legislativas de janeiro de 1991, saiu vencedor um partido de pendor neoliberal, cujas propostas cativaram grande parte dos cidadãos e, por isso, venceram de forma convincente essas eleições.

2. Enquadramento político-legal

2.1. O governo de 1991-1996

O Programa do I Governo Constitucional da II República de 1991-1995, definiu as linhas gerais da estratégia de desenvolvimento, sendo de destacar os seguintes princípios:

i) O governo entende que o desenvolvimento implica, necessariamente, a transformação das relações sociais, tornando-as mais justas e eliminando os fatores que determinam a degradação física, mental e psicológica do indivíduo e bem assim a sujeição da pessoa humana a interesses egoístas de indivíduos, grupos ou classes sociais.

ii) Entende, porém, que o melhor meio de conseguir esse objetivo não é pela via das expropriações fraturantes, mas sim pela criação de condições que facilitem o acesso livre e generalizado 1 Boletim Oficial Nº 31, de 08/08/1991

ao saber, à cultura e à propriedade, e pelo desenvolvimento de formas mais avançadas e democráticas de cooperação no trabalho.

No que diz respeito às privatizações o referido programa diz, que o governo adotará as seguintes linhas de orientação:

a) O processo de privatizações será desenvolvido no entendimento de que é um momento importante de fomento e dinamização empresarial;

b) Os empresários nacionais serão estimulados a associarem-se para a aquisição de participações das empresas a privatizar, na lógica da constituição ou projeção de grupos económicos nacionais.

2.2. A Constituição de 1992

A Constituição de 1992, veio estabelecer o Estado de Direito Democrático e um leque de direitos e liberdades fundamentais e direitos e deveres económicos, sociais e culturais, entre outros, essenciais para o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entre os direitos económicos estabelece:

a) o direito à livre iniciativa económica privada;

b) a garantia a todos os cidadãos o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte e;

c) a requisição ou expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei e sempre mediante o pagamento da justa indemnização.

Estabelece a constituição, ainda, que o Estado reconhece a inviolabilidade dos 2 Boletim Oficial Nº 12/92, de 25 de Setembro (Lei Constitucional Nº 1/IV/92).

reitos e liberdades e garante a sua proteção. Neste âmbito, o Estado e as demais entidades públicas são civil, criminal e disciplinarmente responsáveis por ações ou omissões dos seus agentes praticadas no exercício de funções públicas de que resulte a violação dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição.

3. O processo de privatização da Metalcave, Lda

3.1. Concurso Público e Incumprimento do Contrato de Compra e Venda

O Governo de Cabo Verde através do Decreto-Lei nº 79/1994, de 29 de Dezembro, autoriza o Ministro da Coordenação Económica a proceder à alienação da participação social detida pelo Estado na Metalomecânica Ligeira de Cabo Verde, Lda. Na sequência do concurso o “Relatório sobre a proposta para aquisição da quota parte do Estado na Metalcave”, foi homologado pelo Ministro da Coordenação Económica em 24 de Fevereiro de 2005. Assim, fomos declarados vencedor do concurso.

O Estado recebeu a sua quota-parte (10.000.000\$00), assim como, o valor correspondente aos restantes sócios a Swedfund e a Finnveden, no total de 12.500.000\$00 (doze milhões e quinhentos mil escudos). O contrato de compra e venda da empresa, através de escritura pública, nunca foi cumprido pelo Estado de Cabo Verde, no que diz respeito aspetos essenciais pendentes de resolução, nomeadamente, a dívida do Estado ao Banco Comercial

do Atlântico.

4. Um Investimento estrangeiro inexistente

Através da Resolução nº 17/2006, de 29 de Maio, o Conselho de Ministros aprova a Convenção de Estabelecimento assinado pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade em representação do Governo de Cabo Verde e a AISTER – Marinas de Cabo Verde, Lda.

Através desta Convenção “O Governo obriga-se a ceder à AISTER – Marinas de Cabo Verde, Lda, por concessão, um trato de terreno nos espaços das antigas instalações da ONA, E.P. e área contígua em direção à “Rochinha” com uma superfície de 60.000m²”.

De realçar que, o dito investidor nunca apareceu e a zona onde estavam instaladas várias empresas foi transformada num deserto, até hoje, 20 anos depois.

Com esta Convenção o Governo estava a expulsar todas as empresas sediadas na ONAVE, inclusive, a METALCAVE previamente privatizada. Esta constitui uma ação de expropriação ilegal e que contraria toda a legislação, em particular, o direito à propriedade privada estabelecida na constituição.

Tratou-se de uma rede de corrupção e favorecimento de certos indivíduos com o objetivo de se apropriarem de terrenos públicos com o apoio de diversas entidades.

5. Ação Judicial e Pedido de Indemnização

Em 2008, intentamos uma ação judicial pedindo uma indemnização pelos pre-

juízos causados na sequência da demolição da empresa. Ora, 13 (treze) anos depois o Juiz do Tribunal de S. Vicente dá uma sentença sobre uma matéria que nada tinha que ver com a petição inicial. Alega que os donos da METALCAVE não têm direito a qualquer indemnização sobre os terrenos. O autor da petição apresentou, com documentos, uma lista de danos e prejuízos causados pelo incumprimento do contrato, incluindo a demolição da fábrica. Nessa lista não consta qualquer reivindicação sobre terrenos de que não são proprietários. E esta é uma estratégia que o sistema judicial tem usado para afastar os cidadãos da justiça. Sabem que o recurso tem elevados custos judiciais os quais um cidadão comum terá dificuldades em suportar.

Há dois fatos indesmentíveis sobre os quais um indivíduo não precisa ter formação em direito para avaliar que o direito à propriedade privada foi violado. Primeiro, houve um contrato de compra e venda de uma empresa, a METALCAVE, entre o Estado de Cabo Verde e um Grupo de cidadãos nacionais. Segundo, o Estado de Cabo Verde retirou as máquinas da empresa de forma ilegal e com o apoio da Polícia Nacional e destruiu as suas instalações fabris e administrativas.

Portanto, o Estado destruiu uma empresa que tinha previamente privatizado e pela qual recebeu 12.500.000\$00. É evidente, que o Estado desrespeitou todas as leis nacionais que dizem respeito a este processo, incluindo a Constituição da República.

6. O descaso dos sucessivos governos

Apesar de ter assinado um Memorando de Enten-

dimento com o representante do Estado, o então Administrador Liquidatário da ONAVE, E.P, e de se ter sido fixado um montante de compensação para deslocação da fábrica, o mesmo nunca foi cumprido.

Dezenas de cartas enviadas aos Ministros das Finanças dos sucessivos governos nunca tiveram qualquer resposta.

7. Conclusão

O Estado de Cabo Verde e os sucessivos governos que o tem representado não cumprem as leis e a Constituição, nomeadamente, o direito à propriedade privada.

O sector privado não passa de slogan de campanha política e argumento ideológico e, não como motor do desenvolvimento da economia e sociedade, como se apregoa.

O Estado de Cabo Verde retira direitos adquiridos de alguns cidadãos, ao mesmo tempo, que cede gratuitamente bens públicos a indivíduos bem identificados, neste caso, 60 000m2 de terreno na primeira linha do mar, para alegado desenvolvimento de um projeto de imobiliária turística e residencial sob a capa de “investimento estrangeiro de relevante interesse nacional”.

O Estado de Cabo Verde como Estado de Direito não é credível. Os princípios constitucionais, as leis e as orientações e programas dos governos não têm qualquer valor se não são aplicados.

Em conclusão, investir em Cabo Verde é de alto risco para qualquer cidadão nacional e emigrantes, exceto, para estrangeiros cujas propriedades dificilmente serão expropriadas ilegalmente.

A verdade depois das urnas



João Vieira Baptista*

Os resultados destas eleições nos Estados Unidos deixam uma reflexão profunda, dura e inquietante para todos aqueles que ainda acreditam que a política deve ser um confronto sério de ideias, de visão estratégica e de propostas concretas para o futuro da nossa diáspora e de Cabo Verde.

O que vimos não foi apenas uma disputa eleitoral. O que assistimos foi à vitória do populismo emocional sobre a racionalidade, da propaganda sobre o conteúdo, do ruído sobre a substância, do slogan fácil sobre a profundidade das ideias. Imperou o discurso vazio, a promessa impossível, o marketing político sem consistência e a exploração calculada do descontentamento social.

Assumo, enquanto cabeça de lista, a minha responsabilidade política por estes resultados nos EUA. Quem lidera não foge às responsabilidades nem se esconde atrás das circunstâncias. A democracia exige coragem para reconhecer resultados, mesmo quando eles nos ferem profundamente. E eu faço-o de cabeça erguida, com serenidade, dignidade e consciência tranquila.

Mas seria igualmente uma cobardia política fingir que todos os actores entram neste jogo em igualdade de condições. Não entram. Nunca entraram.

Há muito tempo que existe um sistema cuidadosamente montado, alimentado e protegido para favorecer o PAI-CV em determinados círculos eleitorais da diáspora. Um sistema silencioso, sofisticado e profundamente enraizado, onde operações cirúrgicas de engenharia eleitoral são executadas com precisão quase matemática.

A transferência estratégica

de eleitores para regiões diferentes daquelas onde historicamente votavam não aconteceu por acaso. Foi método. Foi cálculo político. Foi estratégia. E infelizmente funcionou.

O mais impressionante em todo este processo é que o PAI-CV conseguiu alcançar este resultado apresentando talvez a lista mais fraca, menos preparada e menos consistente com que já concorreu nos Estados Unidos.

Um candidato praticamente desconhecido da comunidade emigrada, sem implantação real, sem percurso consistente junto da diáspora, sem visão estratégica para os emigrantes e, sobretudo, sem qualquer projecto concreto, credível e estruturado para Cabo Verde.

Não houve debate sério de ideias. Não houve profundidade programática. Não houve visão estruturada para o futuro da diáspora. Houve apenas uma campanha sustentada no desgaste emocional, no populismo, na exploração da frustração colectiva e numa máquina política profundamente oleada para produzir resultados eleitorais a qualquer custo.

E é precisamente aqui que surge um dos fenómenos mais preocupantes destas eleições: o controlo quase absoluto das mesas de voto. Importa recordar que os nomes dos membros das mesas foram posteriormente solicitados pela CNE precisamente para suprir deficiências existentes no processo. Contudo, muitas actas já haviam sido concebidas antecipadamente antes da actualização final dos nomes apresentados pelas candidaturas.

*PhD in Business Economics, MsC in Computer Engineering/ Biostatistics and Biometry, MBA

O que vimos não foi apenas uma disputa eleitoral. O que assistimos foi à vitória do populismo emocional sobre a racionalidade, da propaganda sobre o conteúdo, do ruído sobre a substância, do slogan fácil sobre a profundidade das ideias. Imperou o discurso vazio, a promessa impossível, o marketing político sem consistência e a exploração calculada do descontentamento social.



William Sena Vieira

David Hopffer Almada e a modernização do sistema desportivo cabo-verdiano

O desporto cabo-verdiano conheceu uma das suas maiores transformações institucionais no final da década de 80, precisamente de 1986 a 1991. Numa época em que o país procurava consolidar as estruturas de um novo Estado independente, surgiu a necessidade de reorganizar profundamente o setor desportivo nacional. Foi neste contexto que a ação de David Hopffer Almada assumiu um papel determinante na definição de um novo rumo para o desporto em Cabo Verde.

Até então, a realidade desportiva nacional permanecia fortemente condicionada pelo modelo herdado do período colonial. O funcionamento do setor limitava-se essencialmente a estruturas regionais, sem uma verdadeira organização federativa nacional capaz de coordenar modalidades, promover competições nacionais ou assegurar a representação internacional do país. Em termos de futebol, no período colonial existiam apenas as Associações Distritais de futebol de Barlavento e Sotavento, enquanto a administração desportiva era assegurada pelo antigo Conselho Provincial de Educação Física.

Com a independência de Cabo Verde em 1975, tornou-se evidente que o país precisava de criar um sistema desportivo ajustado à condição de Estado soberano. Algumas iniciativas firmes já tinham sido desencadeadas pelo Estado, a partir do

Ministério da Educação, através do trabalho de dirigentes como Carlos Reis e João Burgo Tavares, sobretudo por intermédio das Comissões Instaladoras. Em paralelo, foi durante a governação de David Hopffer Almada que o processo ganhou dimensão política e administrativa.

Sob a sua liderança nasceram as primeiras federações nacionais desportivas, dando origem a uma nova arquitetura institucional do desporto cabo-verdiano. Antes, a Federação Cabo-verdiana de Futebol foi a primeira federação nacional oficialmente constituída, seguindo-se no seu período, com a criação de quatro federações mistas, cada uma integrando várias modalidades: basquetebol, andebol e voleibol; atletismo e ciclismo; boxe e judo; golfe e ténis. Estas estruturas passaram a assumir a organização das competições nacionais, aderência e representação internacional de Cabo Verde e a definição de políticas de desenvolvimento para as respetivas modalidades.

Estas federações passaram a desempenhar um papel essencial na organização das competições nacionais, no relacionamento internacional com as respetivas confederações e federações mundiais e na definição de estratégias para o desenvolvimento das modalidades. Pela primeira vez, Cabo Verde começava a construir um verdadeiro sistema desportivo nacional com bases organizadas.

A criação destas estruturas permitiu igualmente o nascimento do Comité Olímpico Cabo-verdiano, um marco histórico que abriu as portas à participação do país nos Jogos Olímpicos e ao acesso aos programas da Solidariedade Olímpica. Esse passo revelou-se decisivo

para o financiamento, formação de quadros e capacitação institucional do desporto nacional.

Ao mesmo tempo, o futebol cabo-verdiano começou a afirmar-se além-fronteiras. No início dos anos 90, graças à filiação do país na FIFA e na CAF, clubes históricos como o Sporting Clube da Praia, o Clube Sportivo Mindelense, o Boavista Futebol Clube da Praia, entre outros, tiveram a permissão para representarem Cabo Verde nas competições africanas de clubes, contribuindo para elevar o prestígio e a competitividade do futebol nacional no contexto continental.

Outro momento decisivo foi a realização da I Conferência Nacional do Desporto. O encontro que considero um dos marcos mais importantes da nossa história desportiva, que reuniu dirigentes, associações, clubes e diversos agentes ligados ao setor, permitindo uma reflexão profunda sobre os desafios do desporto cabo-verdiano. Deste importante momento de debate nasceram várias orientações estratégicas que ajudaram a definir o futuro do sistema desportivo nacional.

Foi também neste contexto que surgiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Desporto, FUNDESP em 1987, concebido para apoiar financeiramente as modalidades e incentivar a prática desportiva em todo o território nacional. Numa época marcada por enormes limitações económicas, a criação deste instrumento representou um passo importante para garantir, pela primeira vez e de forma estruturada, um modelo financeiro ao desenvolvimento desportivo.

Paralelamente, iniciou-se um importante processo legislativo que viria a marcar o iní-

cio da modernização jurídica do desporto cabo-verdiano. Destacou-se, neste contexto, a elaboração da primeira Lei de Base do Desporto Nacional em 1988, instrumento fundamental que passou a definir as linhas mestras para o norteamento e organização do sistema desportivo cabo-verdiano. Percebeu-se igualmente, à criação do primeiro Estatuto do Atleta, estabelecendo princípios orientadores, direitos, deveres e mecanismos de proteção dos praticantes desportivos. Em simultâneo, foram criados dispositivos legais destinados às associações e instituições desportivas, procurando garantir um enquadramento jurídico mais sólido, organizado e ajustado às exigências do desenvolvimento do setor.

Uma das características mais marcantes do pensamento de David Hopffer Almada residia na forma como encarava o desporto. Defendia que o setor não podia continuar a ser tratado apenas com paixão ou improvisação. Considerava o desporto uma área técnica e científica que exigia estudo, preparação e competência. Frequentemente criticava a ideia de que qualquer pessoa se julgava especialista em matéria desportiva sem possuir conhecimento efetivo sobre gestão, organização ou desenvolvimento do setor.

Formado em Direito, compreendia que a modernização do desporto exigia instituições fortes, regras claras e uma visão estratégica de longo prazo. O seu contributo foi determinante para lançar as bases institucionais que ainda hoje sustentam o funcionamento do sistema desportivo cabo-verdiano.

A sua ação estendeu-se igualmente às infraestruturas. Durante a sua tutela, o Estádio

da Várzea beneficiou de importantes melhorias ao nível dos balneários, iluminação e condições técnicas, num esforço de modernização dos principais espaços desportivos do país.

Não obstante, durante o seu legado foi igualmente instituído o Dia do Desporto Nacional, celebrado na segunda semana do mês de novembro, numa iniciativa que simbolizou o reconhecimento da importância social, educativa e institucional do desporto em Cabo Verde. Pelo seu contributo relevante para o desenvolvimento do setor, David Hopffer Almada viria ainda a ser distinguido pela Federação Cabo-verdiana de Basquetebol com a Medalha de Mérito, reconhecimento reservado a personalidades que marcaram a história da modalidade.

Mais do que um simples dirigente político, David Hopffer Almada afirmou-se como um dos principais arquitetos do atual sistema desportivo cabo-verdiano. O seu legado, aliado ao trabalho desenvolvido pela sua equipa, ultrapassa largamente os resultados competitivos e permanece associado à construção de uma visão estruturada e estratégica do desporto nacional.

Foi sob a sua liderança que se consolidaram as bases de um sistema organizado, institucionalizado e progressivamente internacionalizado, concebido para responder aos desafios inerentes àquela época de transição e afirmação do Estado cabo-verdiano. Décadas depois, muitos dos pilares administrativos, federativos e organizacionais implementados durante aquele período continuam ainda presentes no funcionamento do atual sistema desportivo nacional, testemunhando a profundidade e a durabilidade das reformas então introduzidas.

III Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil de Cabo Verde

Um convite a pensar a leitura de crianças e jovens em Cabo Verde e no mundo lusófono



Karina de Fátima Gomes

Entre os dias 25 e 27 de maio de 2026, a Universidade de Cabo Verde sediará o III Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil de Cabo Verde, evento organizado pelo Leitorado Brasileiro do Instituto Guimarães Rosa na Uni-CV, coorganizado pela Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa e apoiado por diversas instituições parceiras.

O simpósio vem se consolidando como um dos mais importantes espaços de debate sobre leitura, infância, literatura e formação de leitores no contexto africano lusófono.

Mais do que um encontro acadêmico, o simpósio propõe uma discussão urgente: como formar leitores críticos, sensíveis e criativos em um mundo atravessado pela velocidade digital, pelas desigualdades sociais e pelas profundas transformações culturais do século XXI?

Em Cabo Verde, essa discussão ganha ainda mais relevância. País marcado historicamente pela oralidade, pelo bilinguismo e pela circulação entre culturas, o arquipélago vive desafios muito particulares relacionados à leitura, à formação literária e à valorização das narrativas locais. Pensar a leitura em Cabo Verde significa pensar identidade, memória, língua, infância e futuro.

A programação do simpósio demonstra a dimensão internacional e interdisciplinar do evento. Pesquisadores, escritores e mediadores de leitura de Cabo Verde, Brasil, Portugal, França, Angola, Itália e Espanha participarão de conferências, mesas-redondas e sessões de comunicação científica dedicadas às múltiplas formas de relação entre crianças, jovens e literatura.

A conferência de abertura será ministrada pela Professora Doutora Renata Junqueira de Souza, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

(UNESP), uma das maiores referências brasileiras na área de literatura infantil e juvenil. Em sua fala, intitulada “Estratégias de leitura: percurso pessoal, histórico e investigativo”, a pesquisadora discutirá caminhos de formação do leitor e os desafios contemporâneos da educação literária.

Outro momento de destaque será a conferência “Janela para o mundo: a educação literária na escola”, ministrada pela Professora Doutora Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça, da Universidade de Évora, pesquisadora portuguesa amplamente reconhecida pelos trabalhos sobre educação literária, leitura e formação de professores.

O evento também abrirá espaço para debates profundamente humanos e contemporâneos, como a conferência “O efeito dos conflitos armados nas crianças: o caso de Serra Leoa”, conduzida pelo Professor Doutor Saidu Bangura, da Universidade de Cabo Verde. A proposta chama atenção para as relações entre infância, trauma, guerra e processos de reconstrução subjetiva, ampliando o debate literário para dimensões sociais e políticas urgentes no continente africano, tema mais do que atual, urgente.

Entre os temas abordados ao longo dos três dias estarão ainda:

- Mediação de leitura em contextos plurais;
- Literatura infantil em língua cabo-verdiana;
- Oralidade africana;
- Práticas pedagógicas decoloniais;
- Literatura afro-brasileira;
 - Poesia para crianças;
- Políticas públicas do livro;
- Representatividade negra na literatura infantil;
- Leitura e identidade;
- Materialidade do livro ilustrado;
- Literatura e inclusão;
- Memória, infância e diáspora;

– Educação literária na primeira infância.

A diversidade temática revela um movimento importante: a literatura infantil e juvenil deixou de ser vista como um campo secundário dentro dos estudos literários. Hoje, discutir os livros destinados às crianças e aos jovens significa discutir os modos pelos quais uma sociedade constrói memória, imagina o futuro, organiza valores culturais e forma cidadãos.

Nesse sentido, chama atenção a forte presença de pesquisas voltadas às literaturas africanas e afro-diaspóricas. Muitos trabalhos aprovados discutem oralidade, ancestralidade, racismo, pertencimento cultural, práticas de leitura decoloniais e representatividade negra. Isso demonstra que a literatura para crianças e jovens tornou-se também um espaço de disputa simbólica e afirmação cultural.

Um dos momentos mais significativos do simpósio ocorrerá na manhã do dia 27 de maio, quando a Universidade de Cabo Verde receberá a apresentação de 74 trabalhos científicos distribuídos em 9 salas simultâneas, organizadas a partir de 11 eixos temáticos. O número expressivo de pesquisas aprovadas demonstra não apenas a relevância contemporânea das discussões sobre literatura infantil e juvenil, mas também o fortalecimento da Universidade de Cabo Verde como espaço de produção científica, intercâmbio acadêmico e circulação de pesquisas no mundo lusófono.

A presença de investigadores de diferentes países evidencia ainda o crescimento das redes de cooperação Sul-Sul e das articulações entre universidades africanas, brasileiras e europeias em torno das questões ligadas à infância, leitura e educação literária.

Em um contexto global marcado pela hegemonia de determinados centros de produção do co-

nhecimento, a realização de um evento dessa dimensão em Cabo Verde possui também um forte significado simbólico e político: afirmar que o pensamento acadêmico produzido em África ocupa lugar fundamental nas discussões internacionais sobre literatura, educação e cultura.

Outro aspecto significativo do simpósio é a aproximação entre universidade, escola e comunidade. A programação reúne escritores cabo-verdianos, professores da educação básica, investigadores internacionais, artistas e estudantes universitários, reforçando a ideia de que a formação de leitores não é responsabilidade exclusiva da escola, mas compromisso coletivo da sociedade.

O encerramento do evento será conduzido por Dino d’Santiago, cantor, escritor e Embaixador da Leitura de Cabo Verde, com a conferência “A leitura como caminho de liberdade, identidade e futuro”. A presença de Dino simboliza precisamente o espírito do simpósio: compreender a leitura não apenas como prática escolar, mas como instrumento de emancipação, pertencimento e transformação social.

Em tempos em que o mundo debate os impactos da inteligência artificial, da hiperconectividade e da crise da atenção, o III Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil de Cabo Verde reafirma uma ideia fundamental: ler continua sendo um ato profundamente humano.

Ler é construir memória. Ler é criar identidade. Ler é aprender a imaginar futuros possíveis.

E talvez seja justamente por isso que, em pleno Atlântico, Cabo Verde esteja se tornando um dos espaços mais importantes do mundo lusófono para pensar a infância, a literatura e a formação de leitores no século XXI.

17 de maio de 2026

Um dos momentos mais significativos do simpósio ocorrerá na manhã do dia 27 de maio, quando a Universidade de Cabo Verde receberá a apresentação de 74 trabalhos científicos distribuídos em 9 salas simultâneas, organizadas a partir de 11 eixos temáticos. O número expressivo de pesquisas aprovadas demonstra não apenas a relevância contemporânea das discussões sobre literatura infantil e juvenil, mas também o fortalecimento da Universidade de Cabo Verde como espaço de produção científica, intercâmbio acadêmico e circulação de pesquisas no mundo lusófono.



Marciano Ramos Moreira*

Ensaio

Bu sabeba ma, pa skrebe nos lingua, Guvernu dja liberta-nu di dikora?

Ku 3 kunhisimentu so, dja bu pode kumesa, oji me, ta uza alfabetu kabuverdianu ofisial sen nisisidadi di dikora modi ta skrebedu ninhun palavra i sen medu di da baraka na skrebe ninhun palavra pabia, ku es alfabetu, nos Guvernu ta autoriza-nu skrebe kada son so di l manera na kualker palavra. Alfabetu ki nos Guvernu dja aprova (Dikretu-Lei nº 67/98, di 31/12, na 5º Suplimentu (1)) ta sirbi pa skrebe tudu varian-ti di nos lingua – di Santanton ti Brava. Es alfabetu libertador, konxedu pa “alfabetu kabuverdianu” (ex-ALUPEC = Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), ta prendedu na l pajina so (istu e, ta prendedu faxi) pabia el ten 3 simplifika-son inportanti:

I) Ka ta izisti letra matxa-femia, istu e, un mesmu letra

ki na uns palavra ten un son i na otus palavra ten otu son, so pa trapadja mininus kabesa. Pa izenplu: G ten so son di G di galinha na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu le G asves sima G na galinha, asves sima J na girafa (2); O ten so son di O di obra na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu le O asves sima O na obra, asves sima U na gato; S ten so son di S di subida na tudu palavra na varian-ti matris – istu e, ka ta piritididu le S asves sima S na subida, asves sima X na misto, asves sima Z na rosa; X ten so son di X di xaropi/xarop (3) na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu le X asves sima X na xeren, asves sima C na próximo, asves sima KS na flexão, asves sima Z na êxito; Z ten so son di Z di z-ragata na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu le Z asves sima

Z na zelador, asves sima X na nariz.

II) Ka ta izisti son ku txeu maridu, istu e, un mesmu son ki na uns palavra ta skrebedu ku un letra, i na otus palavra, ku otu letra, so pa konfundi kriansas kabesa. Pa izenplu: son J di janota ta skrebedu so ku J na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu uza: asves J na jeito, asves G na geral; son K di karate ta skrebedu so ku K na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu uza: asves K na karaté, asves C na cubo, asves Q na quarta, asves QU na quente; son S di santa ta skrebedu so ku S na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu uza: asves S na sala, asves C na cidade, asves Ç na praça, asves SS na passada, asves X na máximo, asves Z na luz; son U di uva ta skrebedu so ku U na tudu palavra – istu

e, ka ta piritididu uza: asves U na uva, asves O na galo; son X di xerifi/xerif ta skrebedu so ku X na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu uza: asves X na xarope, asves CH na chama, asves Z na cruz; son Z di zebra ta skrebedu so ku Z na tudu palavra – istu e, ka ta piritididu uza: asves Z na zero, asves S na fase, asves X na exame.

III) Letra C mandadu di volta pa Lisboa (djuntu ku se rabu Ç, maridu CH, fidju TCH i primu Q) pabia, na purtuges, letra C e kanpion na xatia garotus kabesa: sima nu odja na kes 2 alinia antirior, alen di C ser un letra matxa-femia (el ten asves son di S, asves son di K o Q), pa kaba mata, C e maridu di son S ki ten txeu otu maridu (C, Ç, S, SS, X i Z). Letra C mandadu txupa limon!

Odja izenplus:

skrita kalapitxadu(4) = skrita sigundu alfabetu ofisial

acção de graça = ason/asaun (3) di grasa
 actividade de mãe = atividadi/atividad di mai/mãe
 baptisado histórico = batizadu storiku
 cabeça quente = kabesa kenti/kent
 caminho longe de sucesso = kaminhu lonji di susesu
 camisa cinzento = kamiza sinzentu
 casa cu higiene = kaza ku/k ijieni/ijieni
 centro de praça = sentru di/d prasa
 céu santíssimo = seu santisimu
 chama olímpico = xama olinpiku
 chefe de tropa = xefi/xef di/d tropa
 cidade de silêncio = sidadi/sidad di silensiu
 contente cu nascimento = kontenti ku nasimentu
 copo sima cubo = kopu sima kubu
 coração/coração feliz = kurason/korasaun filis/fflis
 da cem flexom/flexão = da sen flekson/fleksaun
 djuga cheque = djuga xeki/xek
 exame cheio de força = enxami xeiu di forsa
 gato e gelo = gatu/got i jelu/jell
 gente sem jeito = jenti sen jeito
 hora de contacto = ora di kontatu
 horta generoso = orta jenerozu
 isolamento geral = izolamentu jeral
 julho início de aságua = julhu inisiu di azagua
 leme de barco = lemi/lem di barku
 lençol de cama = lensol di kama
 luz de cruz = lus di krus
 mesa rico de êxitos = meza riku di ezitus
 pachenxa sem fim = paxenxa sen fin
 passada de home = pasada di omi/om
 pescoço de girafa = piskos di jirafa
 procissão de ano = prusison di anu/on
 próximo parage = prosimu paraji

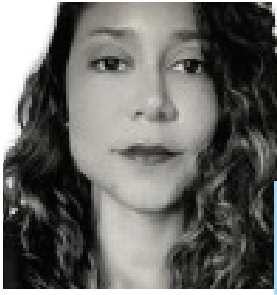
quando N bem = kuandu N ben
 quarto exame isento = kuartu izami/izam izentu
 sempre necessário = senpri/senpr nisisariu
 sentinela sem sentido = sentinela sen sentido
 siciliano noctívago = sisilianu noktivago
 sigilo profissional = sijilu prufisional
 sineta de cinema = sineta di sinema
 também e tanto = tanbe i tantu
 tchapo tchocolate = txapu txokoleta
 tchiga li cretcheu = txiga li kretxeu
 tchuba tchobe bedjo = txuba txobe bedjo
 tchupa limom/limão = txupa limon/limaun
 tem nariz feio = ten naris feiu
 tempo de tentaçom/tentação = tenpu di tentason
 tomba de tontura = tonba di tontura
 um, dôs, três, partida! = un, dos, tres, partida!
 umbral de porta = unbral di porta
 unta um óleo = unta un oliu
 voz de sociedade = vos di sosiedadi/sosiedad
 xeque de Arábia = xeki/xek di Arábia
 xeque ki é chefe = xeki ki/k e xefi/xef
 Spadja es nobal
 Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

(1) Konfiri <https://tinyurl.com/3kks6jyp> Guvernu torna aprova-l, di es bes ku karater DIFINITIVU i atraves di Dikretu-Lei nº 8/2009, di 16 di Marsu di 2009: <https://tinyurl.com/aw5zmjad>

(2) Kes palavra ki sta na italiku (istu e, djendjedu pa frenti sima girafa), es sta skrebedu na lingua purtuges.

(3) Kes palavra dipos di /, sta skrebedu na otus pronunsia. Lenbra: sima bu ta prununsia un palavra na bu varian-ti asin bu ta skrebe-l.

(4) Kalapitxadu = tudu patxipatxidu = sen lojika = ki ta iziji dikora = ki ta po-bu pasa mal ti ki bu da eru ortografiku.



Denise Resende*

“Cabo Verde Para Todos”: Quando a humildade se torna projeto de Nação

“Quem conhece as dificuldades da população e permanece ligado às suas raízes tende a compreender que o desenvolvimento só faz sentido quando chega a todos, independentemente da ilha, do bairro ou da condição social. A promessa de um “Cabo Verde Para Todos” tornou-se, para muitos, mais do que um slogan político. Tornou-se um compromisso com um país mais justo, mais equilibrado e mais humano. (...) Porque, no fundo, um verdadeiro “Cabo Verde Para Todos” só pode ser construído por alguém que nunca deixou de caminhar ao lado do seu povo.”

As eleições legislativas chegaram ao fim e o povo cabo-verdiano falou de forma clara. A vitória do novo Primeiro-Ministro representa mais do que uma mudança política: representa a esperança de um país mais próximo das pessoas, mais atento às dificuldades reais das famílias e mais comprometido com a justiça social.

Ao longo do seu percurso como Presidente da Câmara Municipal da capital, Francisco Carvalho destacou-se pela simplicidade e proximidade com as pessoas.

Num tempo em que muitos se afastam da realidade do povo assim que alcançam cargos de poder, manteve uma postura acessível, uma comunicação próxima e uma presença constante nas comunidades. Falou como o povo fala, ouviu as dores do quotidiano e construiu uma ligação genuína com as pessoas.

Talvez seja exatamente aí que reside a força da sua mensagem: somente alguém que permaneceu ligado às suas origens consegue compreender verdadeiramente as necessidades do povo e governar sem distinções. Porque quem conhece as dificuldades da população e permanece ligado às suas raízes tende a compreender

que o desenvolvimento só faz sentido quando chega a todos, independentemente da ilha, do bairro ou da condição social.

A promessa de um “Cabo Verde Para Todos” tornou-se, para muitos, mais do que um slogan político. Tornou-se um compromisso com um país mais justo, mais equilibrado e mais humano.

Mas a caminhada até aqui não foi isenta de dificuldades. Durante o seu mandato como Presidente da Câmara da capital, enfrentou críticas, perseguições políticas e tentativas constantes de desgaste da sua imagem. Ainda assim, manteve uma postura serena, próxima das pessoas e focada no trabalho. Para muitos, essa resistência diante das adversidades acabou por reforçar a sua imagem de resiliência e autenticidade junto da população.

Outro aspeto que chamou atenção ao longo da campanha e da sua trajetória pública foi a presença constante da esposa e da filha ao seu lado. Num contexto político frequentemente marcado por distanciamentos e construções excessivamente calculadas de imagem, essa proximidade familiar transmite uma lei-

tura de estabilidade, simplicidade e conexão afetiva. A presença constante da família ajudou também a humanizar a figura política e reforçou a percepção de proximidade e equilíbrio.

Para muitos cabo-verdianos, isso simboliza também um homem que, apesar das responsabilidades políticas e da exposição pública, preserva os laços familiares e demonstra que o poder não o afastou daquilo que é essencial.

O que se espera agora de um “Cabo Verde Para Todos”?

Espera-se um país onde o acesso à saúde seja digno, eficiente e humanizado. Onde ninguém tenha de esperar meses por consultas, exames ou evacuações.

Espera-se uma educação mais inclusiva e transformadora, capaz de reduzir desigualdades e criar oportunidades reais para crianças e jovens.

Espera-se um reforço sério da proteção das vítimas de violência baseada no género, com respostas eficazes, proteção real e justiça.

Espera-se maior atenção às crianças vítimas de abuso sexual e outras formas de violência, através de meca-

nismos mais fortes de prevenção, denúncia e acompanhamento especializado.

Espera-se mais dignidade para as famílias vulneráveis, com políticas sociais que reduzam desigualdades e combatam a exclusão.

E espera-se coragem para avançar com a regionalização, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado entre as ilhas e decisões mais próximas das realidades locais.

Naturalmente, nenhum governo resolverá todos os problemas de um dia para o outro. Mas a eleição do novo Primeiro-Ministro parece ter despertado algo importante no povo cabo-verdiano: a sensação de que ainda é possível acreditar numa política mais próxima, mais humana e mais conectada com a realidade das pessoas.

Porque, no fundo, um verdadeiro “Cabo Verde Para Todos” só pode ser construído por alguém que nunca deixou de caminhar ao lado do seu povo.

***Psicóloga, orientadora parental e especialista em proteção infantil, com intervenção em contextos comunitários e contributo em iniciativas de advocacy e políticas de proteção da criança em Cabo Verde.**



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Prato cheio

Enroladinho frito de salsicha

Ingrediente

- 2 copos de água;
- 2 copos de leite;
- 1 tablete de caldo de carne;
- 100 gramas de margarina;
- 1 colher de sopa de sal;
- 1 ovo batido;
- 5 xícaras de chá de farinha de trigo;
- Salsichas aferventadas.

Modo de preparo:

- 1- Reúna todos os ingredientes e em uma panela alta, leve ao fogo a água, o leite, o caldo de carne, a margarina e o sal até ferver.
- 2- Retire do fogo e acrescente a farinha de trigo e o ovo.
- 3- Leve ao fogo e misture tudo até desprender da panela.
- 4- Disponha a massa em uma banca-
- da enfarinhada e sove e divida a massa em algumas partes e recheie com a salsicha (você pode optar por colocar ela inteira ou em pedaços).
- 5- Enrole em forma de croquete e passe no leite e na farinha de rosca. Frite em óleo quente e deixe escorrer em um prato coberto por toalha de papel.
- 6- Agora é só servir! Bom apetite



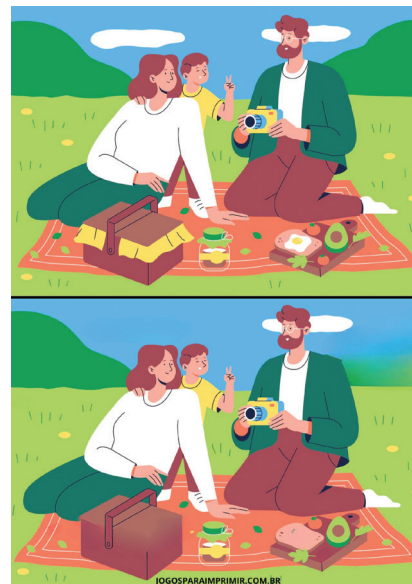
Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas com mar:

- SOLUÇÕES:
- CORRENTEZA
 - ÂNCORA
 - ILHA
 - MARÉ
 - ONDA
 - PORTO
 - NAVIO
 - CORAIS
 - PEIXE
 - OCEANO

Encontre sete diferenças



Talento

Desde pequena, **Elisângela Varela** sonhava fazer parte das tradicionais tocatinas cabo-verdianas. Natural de Quartel Escola, Várzea, a professora de informática encontrou na música uma paixão que hoje divide espaço com a docência e com o desejo de representar Cabo Verde através da cultura.

Elisângela recorda que o interesse pela música começou ainda na infância, quando não queria apenas assistir às actuações, mas também participar.

Esse desejo levou-a a inscrever-se numa escola de música, onde iniciou o percurso na guitarra antes de descobrir a bateria. “O meu objectivo nunca foi apenas tocar bateria, mas, sempre quis tocar e cantar ao mesmo tempo”, afirma.

Segundo conta, a escola de música teve um papel fundamental no seu crescimento artístico e um dos professores incentivava os alunos com menos domínio dos instrumentos a participarem em tocatinas aos fins-de-

-semana, juntamente com músicos mais experientes.

Elisângela admite que enfrentou preconceitos por ser mulher numa área ainda vista por muitos como masculina.

“Era estranho para algumas pessoas ver uma mulher querer ser baterista, houve quem tentasse desmotivar-me, mas continuei o meu caminho”, recorda.

A baterista acredita que ainda existem dificuldades para mulheres no mundo musical, sobretudo em contextos mais tradicionais, mas, ainda assim, defende que “a determinação e a capacidade de ignorar certos comentários fazem a diferença”.

Ao longo do percurso, já actuou em festas familiares, eventos de amigos e alguns festivais. Embora ainda não tenha tocado com artistas conhecidos, esse continua a ser um dos seus sonhos.

Paralelamente, também escreve letras próprias e pretende, no futuro, interpretar

músicas da sua autoria.

Elisângela sonha promover a cultura cabo-verdiana através da música tradicional e transformar as tocatinas num atractivo para o turismo interno e para quem visita Cabo Verde.

“Acho que as escolas deveriam ter uma ligação maior com a música tradicional e espaços de ensaio para os jovens”, defende.

Quanto ao futuro, pretende continuar a evoluir e transmitir as suas experiências a outras pessoas que partilham o mesmo sonho.

Como mensagem final, deixa um incentivo sobretudo às pes que desejam entrar no mundo da música.

“Aprendemos muito através das experiências dos outros, por isso, digo para focarem nos seus objectivos, darem os primeiros passos e viverem essa experiência sem medo”, conclui.

AF



Cinzo Gamboa e Mizé Varela representam Cabo Verde no Fashion Week

O estilista Cinzo Gamboa e a artesã Mizé Varela vão representar Cabo Verde na quarta edição da CPLP Fashion Week, que decorre de 22 a 25 de Maio no Casino Estoril, em Estoril, Portugal.

A Nação

Cinzo Gamboa manifestou satisfação pelo convite para participar pela segunda vez no evento, que reúne artistas e criadores dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste).

“Não estava à espera e fico honrado por terem gostado do meu trabalho e por me convidarem novamente para apresentar as minhas peças”, afirmou à agência Inforpress.

Riqueza cultural, tradição e contemporaneidade

Para esta edição, o estilista adiantou que as suas criações vão destacar a riqueza cultural, a identidade e a inovação que caracterizam a



moda cabo-verdiana.

Por sua vez, Mizé Varela, em conjunto com Cinzo

Gamboa, levará à passarela propostas que conjugam tradição e contemporanei-

dade, reflectindo a essência vibrante de Cabo Verde, com enfoque na autenticidade,

identidade e excelência criativa.

As colecções dos dois criadores vão além da estética, revelando histórias, influências culturais e expressões artísticas únicas, contribuindo para afirmar Cabo Verde como um espaço de criatividade e talento no universo da moda lusófona.

De acordo com a organização da CPLP Fashion Week, a participação destes dois designers reforça o compromisso do evento em promover a diversidade, valorizar talentos e fortalecer as ligações culturais entre os países da CPLP.

A CPLP Fashion Week contará com desfiles de moda, exposições e workshops visando promover a moda no espaço da CPLP e fomentar networking e negócios.



Acontece



• - Exposição de pintura “Nha Txom” de Júnior Sousa, na Galeria de Arte Tutu Sousa, na Cidade da Praia, Santiago, de sexta-feira, 22 de Maio a 22 de Junho

• - Ante-Estrela Filme “Nha Balila – Dentu D’alguem”, no Centro Cultural Português da Praia, Santiago, sexta-feira, 22 de Maio, às 18h30



• - Concerto Nataniel Simas, Zeca Couto, Adão Brito e Jorge Pimpa, no Restaurante Quintal da Música, na Cidade da Praia, Santiago,

• - Canta B.Leza – “Vozes que Encantam” na academia Jotamont, no Mindelo, São Vicente, sábado, 23, às 21h



• - Exibição do filme “O Menino do Mar”, no CCCV - Centro Cultural Cabo Verde, em Lisboa, Portugal, sábado, 23 de Maio, às 17h



Aconteceu...



• - 1ª Edição do Latin Dance Experience, na Livraria Nhô Eugénio, Cidade da Praia.

Classificados



ANÚNCIO

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DA CONSULTORIA COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N. 01/UGA-ANAS/2026

Revisão e Atualização do Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

1. Entidade Adjudicante: Agência Nacional de Água e Saneamento, a qual tem sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia.

2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa: Conselho de Administração da Agência Nacional de Água e Saneamento, através do Despacho n.º 03/CA-ANAS/2026 de 05 de março de 2026, ao abrigo de poderes próprios para o ato.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento: Departamento Gestão Administrativo e Financeiro, através da Unidade de Gestão de Aquisição a qual tem sede em Tira Chapéu C.P. 567 Cidade da Praia República de Cabo Verde Tel.: (+238) 261 42 14/3338875/3338834.

4. Financiamento: As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Cooperação Luxemburguesa através da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS).

5. Objeto do Concurso: O presente Procedimento tem como objeto a contratação de serviço de consultoria internacional para a revisão e atualização do plano de ação nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos (PAGIRH)

6. Local da execução do contrato: Os serviços objeto do presente procedimento desenvolver-se-ão na sede do adjudicatário, sem prejuízo de se indicar outro lugar.

7. Prazo de execução do contrato: A consultoria deverá ter a duração **5 meses** a partir da assinatura do contrato.

8. Obtenção dos documentos do concurso: as informações detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência que podem ser solicitadas através do correio eletrónico aneth.lopes@anas.gov.cv, nadine.c.tavares@anas.gov.cv.

9. Custo dos documentos de concurso: Os documentos do presente Procedimento devem ser adquiridos, pelos candidatos, mediante o pagamento de 10.000\$00 (dez mil escudos) não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito (DUC)/ Transferência bancaria, na conta corrente a indicar pelo serviço de contabilidade da ANAS. O pagamento deve ser efetuado até 24 horas da emissão do DUC.

10. Proposta variante: Não são admitidos proposta variantes, nas condições definidas nos Termos de Referência.

11. Requisitos de admissão: São admitidas as firmas de consultorias nacionais e internacionais que reúnam as capacidades técnicas e financeiras solicitadas nos Termos de Referência e que não estejam em situações de impedimentos nos termos do artigo 70º do Código da Contratação Pública (CCP).

12. Modo de apresentação das candidaturas de manifestação de interesse: As candidaturas devem ser apresentadas em envelope opaco

e fechado, entregue diretamente na sede da ANAS remetido por correio registado para a mesma morada ou ainda por correio eletrónico com anexos encriptados unicamente para o endereço aneth.lopes@anas.gov.cv, nadine.c.tavares@anas.gov.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das candidaturas, respeitando as indicações definidas nos Termos de Referência.

13. Língua: As candidaturas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa. Caso os documentos de qualificação dos candidatos estejam redigidos em língua estrangeira, por força da sua natureza ou origem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

14. Data de apresentação de propostas: Os interessados devem entregar as propostas até às 16H00 do dia **22 de maio de 2026**, conforme as indicações no número 12 do presente anúncio.

15. Número mínimo e máximo de candidatos a qualificar: Entre as candidaturas apresentadas, a Agência Nacional de Água e Saneamento selecionará um mínimo de 3 e máximo de 6 (seis) candidatos que tenham atingido um mínimo de 70 pontos, a quem deverá ser enviada convite para apresentação da proposta técnica e financeira.

16. Ato público de abertura das candidaturas: O ato público de abertura das candidaturas terá lugar na sede do Agência Nacional de Água e Saneamento, no dia **25 de maio de 2026**, pelas 10h00, podendo os interessados participar presencialmente ou via videoconferência, e nela intervir todos os candidatos e seus representantes devidamente credenciados para o efeito.

17. Critério de adjudicação: O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, observando o método de avaliação da qualidade e preço, de acordo com os seguintes fatores e ponderação: a) Preço: 30%; b) qualidade técnica: 70%.

18. Identificação do autor do anúncio: Unidade de Gestão de Aquisição da Agência Nacional de Água e Saneamento.

19. Lei aplicável ao procedimento: O presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de abril, que aprova o Código de Contratação Pública, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de novembro), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (BO n.º 78).

Cidade da Praia, 14 de maio de 2026.

UGA - ANAS

/Aneth Lopes/



Programa, Emprego, e Empregabilidade (CVE/088)

Recrutamento Nacional

Assistente Técnico Nacional – Apoio ao Empreendedorismo

No âmbito do **Programa CVE/088 – Emprego e Empregabilidade**, a LuxDev pretende recrutar um(a) **Assistente Técnico Nacional (ATN)** para apoio às atividades de promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial.

- **Local de trabalho:** Praia, com deslocações à ilha de Santiago e outras ilhas do arquipélago
- **Tipo de contrato:** Contrato de prestação de serviços, a tempo integral, com duração de 12 meses, início a 1º de julho de 2026.

Principais responsabilidades

Sob supervisão do Coordenador Técnico do Programa, o(a) ATN irá:

- Apoiar a **Pró Empresa** no desenvolvimento, implementação e acompanhamento de programas de empreendedorismo e apoio às MPME;
- Contribuir para o **reforço institucional**, incluindo planeamento, monitorização e avaliação;
- Acompanhar iniciativas de incubação, aceleração, financiamento e inovação empresarial;
- Apoiar a articulação entre instituições públicas, privadas e parceiros do ecossistema empresarial;
- Preparar relatórios técnicos e apoiar o acompanhamento orientado para resultados.

Perfil pretendido

- Licenciatura ou Mestrado em Economia, Gestão, Ciências Sociais ou áreas afins;
- Mínimo de **7 anos de experiência** nas áreas de emprego, formação profissional, empreendedorismo ou desenvolvimento empresarial;
- Experiência em **gestão e coordenação de projetos**;
- Forte capacidade analítica, organizacional e de comunicação;
- Domínio do **português** e conhecimento prático do **francês** (o crioulo constitui uma vantagem).

Experiência em políticas públicas, coordenação institucional e sistemas de monitorização será considerada uma mais-valia.

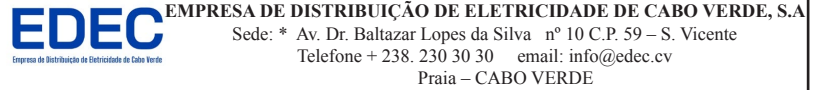
- **Local:** Praia
- **Sector:** Emprego, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial

Candidatura; CV, carta de motivação e três (3) referências profissionais (nome, cargo, instituição, email e telefone).

As candidaturas devem ser submetidas através do Link:

<https://hcm55.sapsf.eu/sf/jobreq?jobId=2107&company=luxdevelop>
-
<https://career55.sapsf.eu/sfcareer/jobreqcareerpvt?jobId=2107&company=luxdevelop&st=826B452C4663B749594E79B1002C6489D26870A4>

Prazo para receção das candidaturas: até 22 de maio de 2026 às 17h00



Sede: * Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S. Vicente
Telefone + 238. 230 30 30 email: info@edec.cv
Praia – CABO VERDE

ANÚNCIO DE RECRUTAMENTO EXTERNO DE 2 (DOIS) ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS

A EDEC, S.A. pretende recrutar 2 (dois) Assistentes Administrativos, em regime de contrato a prazo, para integrar a **Direção de Comercialização Norte (DCN)**, na ilha do **Sal**, nas seguintes condições:

1. Requisitos e competências pretendidas:

- Habilitações mínimas ao nível do 12.º ano de escolaridade ou formação profissional de nível 4 ou 5 nas áreas de Serviços Administrativos, Atendimento ao Cliente e Apoio ao Utente;
- Experiência profissional relevante em funções de atendimento ao público;
- Boa capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e espírito de equipa;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador, com domínio das ferramentas Microsoft Office;
- Perfil dinâmico, proativo, organizado e orientado para a qualidade do serviço;
- Bons conhecimentos da língua inglesa, falada e escrita;
- Elevado sentido de responsabilidade, ética profissional e capacidade de gestão de prioridades;
- Disponibilidade imediata.

2. Documentos exigidos

- Carta de Apresentação, evidenciando motivações, perfil profissional e a indicação da ilha de preferência;
- Curriculum Vitae atualizado;
- Certificado de habilitações literárias;
- Bilhete de Identidade ou Cartão Nacional de Identificação (CNI), válido;
- Atestado médico comprovando aptidão física e mental;
- Registo Criminal atualizado;
- Declaração de Número de Identificação Fiscal (NIF);
- Comprovativos de experiência profissional;
- Outros documentos considerados relevantes pelo candidato.

3. Benefícios Oferecidos:

- Remuneração compatível com o perfil e exigências da função;
- Regalias e benefícios adicionais, de acordo com as políticas internas da empresa.

4. Local de trabalho

- Ilha do Sal.

5. Método de Seleção

O processo de seleção será conduzido com base em dois critérios principais:

- **Análise curricular**, visando avaliar a formação académica, experiência profissional e competências técnicas dos candidatos;
- **Entrevista individual**, destinada a aprofundar o perfil comportamental, motivacional e a adequação à função.

6. Prazo e local da entrega das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas até às **16h00 do dia 02 de junho de 2026**, por uma das seguintes vias:

- Presencialmente, na Sede da Empresa, situada na **Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10 – São Vicente**;
- Por correio eletrónico, através do endereço: rh@edec.cv

A candidatura deve ser dirigida a:

Direção de Serviços Administrativos e de Recursos Humanos da EDEC, SA
“**Concurso para a admissão de 2 (dois) Assistentes Administrativos, para a Direção de Comercialização Norte (DCN), – Ilha do Sal**”
Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 1 Caixa Postal 137
Mindelo – São Vicente
Cabo Verde

A EDEC, S.A., reserva-se ao direito de anular o concurso, caso as candidaturas não satisfaçam as condições exigidas.

Mindelo, 18 de maio de 2026.



Banco Comercial do Atlântico, SA
Sede: Praia
E-mail: bca@bca.cv
Capital Social 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 29 de maio de 2026, pelas 15 horas, na sala de reunião do Hotel Pérola, sito em Chã de Areia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2025, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Governo Societário;
2. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Proceder à Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
4. Deliberar sobre a eleição dos novos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2026-2028;
5. Deliberar sobre a eleição dos novos Membros do Conselho Fiscal para o triénio 2026-2028;
6. Deliberar sobre a proposta de Nomeação do Auditor Externo para o exercício de 2026-2028;
7. Deliberar sobre a Declaração Anual sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (MOAF);
8. Deliberar sobre a Proposta de Atribuição de Remuneração Variável aos membros da Comissão Executiva referente ao exercício de 2025;
9. Deliberar sobre a Proposta de Revisão/Atualização de remuneração e benefícios sociais dos membros dos Órgãos Sociais;
10. Proceder à definição dos termos da Caução a prestar pelos Administradores;

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social da Sociedade, a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão, na reunião da Assembleia Geral, exercer o direito de voto de acordo com o previsto nos termos legais e estatutários da Sociedade, bastando, como instrumento de representação, uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Praia, 05 de maio de 2026

Miguel António Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

Avenida Amílcar Cabral, C.P. 474 Praia
Capital Social: 1.324.765.000\$00
NIF: 200151606
E-mail: bca@bca.cv

Relação de Acionistas

No âmbito da realização da Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 29 Maio 2026, publica-se a relação dos accionistas do BCA cuja participação excede os 2% do Capital Social, nos termos da lei vigente.

Posição Acionista

Acionistas	05/05/2026	
	Quantidade	Percentagem
Coris Holding, SA	792 352	59,81%
INPS - Instituto nacional Previência Social	166 078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde	76 736	5,79%
ASA - Aeroporto e Segurança Aerea SA	28 780	2,17%
Outros accionistas	260 819	19,69%
Total	1 324 765	100,0%

Cidade da Praia, 05.05.2026
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Alexandre Cabral

/Direção de Mercados Financeiros/



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“PROJETO DE APANHA DE DESPERDÍCIOS DE MASSA MINERAL PARA VALORIZAÇÃO NUMA CENTRAL DE BRITAGEM NO MUNICÍPIO DO PORTO NOVO”

ILHA DE SANTO ANTÃO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**PROJETO DE APANHA DE DESPERÍCIOS DE MASSA MINERAL PARA VALORIZAÇÃO NUMA CENTRAL E BRITAGEM NO MUNICÍPIO DO PORTO NOVO**” do proponente **MOTA CONSTRUÇÕES, LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 12 de maio a 23 de junho nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Porto Novo;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente do Porto Novo.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

A Diretora Nacional do Ambiente

Ethel Fernandes Rodrigues



Cidade da Praia, 15 de maio de 2026

Anúncio do Concurso Público Nacional no âmbito do Processo n.º 013/EDEC/2026
Aquisição de Trinta Viaturas para Reforço, Renovação e Modernização do Parque Automóvel da EDEC, S.A.

1. **Entidade adjudicante:** EDEC, S.A. - Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde, sociedade anónima de capitais públicos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de São Vicente sob o n.º 84, titular do NIF 298066297, com sede na Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, n.º 10, Mindelo, São Vicente.
2. **Órgão competente para a decisão de contratar:** Conselho de Administração da EDEC, S.A.
3. **Tipo de procedimento:** Concurso público nacional.
4. **Objeto do contrato:** Aquisição de trinta (30) viaturas para reforço, renovação e modernização do parque automóvel da EDEC, S.A., distribuídas por três lotes autónomos, nos termos definidos no Programa do Concurso e no Caderno de Encargos.
5. **Local de execução do contrato:** Gamboa, Cidade da Praia, ilha de Santiago, República de Cabo Verde.
6. **Divisão em lotes:** O objeto do contrato encontra-se estruturado em três lotes autónomos, conforme descrito nas peças do procedimento.
7. **Forma de obtenção das peças do procedimento.**

As peças do procedimento (Programa do Concurso e Caderno de Encargos) podem ser requeridas por e-mail para:

• Irani.gomes@edec.cv; sandra.barbosa@edec.cv; a.costa@edec.cv.

O custo da obtenção dos documentos é de 10.000\$00 (dez mil escudos caboverdianos), livres de encargos bancários e não reembolsáveis, a pagar por transferência bancária a favor de:

Destinatário: EDEC – Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde, S.A.

Banco: BCA – Banco Comercial do Atlântico

IBAN: CV64 0003 0000 8344 0371 101 76

SWIFT: BCATCVCV

O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos serão enviados em formato digital após receção do comprovativo de pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado até às 16h30 (hora local de Cabo Verde) do dia 08/06/2026.

8. **Prazo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser apresentadas até às 14h30 do dia 19 de junho de 2026, na sede da EDEC, S.A., em São Vicente, contra recibo.
9. **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser apresentadas em 1 (um) original impresso, 1 (uma) cópia impressa e 1 (uma) cópia digital em suporte eletrónico (pen/flash drive).
As propostas impressas devem conter as menções “Original” e “Cópia” e ser remetidas por carta registada ou entregues por portador, contra recibo, na secretaria da EDEC, S.A., Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva, n.º 10, Mindelo, em envelope fechado, com a inscrição: «CONCURSO PÚBLICO NACIONAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º013/EDEC/2026 – AQUISIÇÃO DE TRINTA VIATURAS PARA REFORÇO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE AUTOMÓVEL DA EDEC, S.A.»
10. **Língua:** Toda a documentação do procedimento e das propostas deve ser apresentada em língua portuguesa, admitindo-se que documentos de natureza técnica sejam apresentados em língua inglesa, quando expressamente previsto no Programa do Concurso.
11. **Critério de adjudicação:** Proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de avaliação multifator, ponderando, designadamente, o preço (60%), a qualidade técnica (25%) e o prazo de entrega (15%), conforme fórmulas e parâmetros definidos no Programa do Concurso.
12. **Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas terá lugar às 15h00 do dia 19 de junho de 2026, na sede da EDEC, S.A., em São Vicente, nos termos previstos no Programa do Concurso.
13. **Prazo de manutenção das propostas:** O prazo de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, contados da data limite para a sua apresentação, nos termos do Código da Contratação Pública.
14. **Lei aplicável:** Ao presente procedimento e ao contrato a celebrar são aplicáveis, designadamente, o Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, aprovado pelo DecretoLei n.º 50/2015, de 23 de setembro (repblicado no BO I Série n.º 72, de 17 de novembro de 2015), a Portaria n.º 60/2015, de 9 de dezembro, e demais legislação complementar aplicável.
15. **Impugnações administrativas:** As decisões adotadas no âmbito do presente procedimento podem ser objeto de reclamação e de recurso hierárquico, nos termos do Código da Contratação Pública e do Programa do Concurso.
16. **Esclarecimentos:** O prazo e o modo de formulação de pedidos de esclarecimento e de apresentação de retificações cc

Mindelo, 20 de maio de 2026


 /Administrador Executivo/


ANÚNCIO

“LA TOUR D’EOLE BOA VISTA”

ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**LA TOUR D’EOLE BOA VISTA**” do proponente **LA TOUR D’ EOLE BOAVISTA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 05 de maio a 16 de junho nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semEDO@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 07 de maio de 2026

A Diretora Nacional do Ambiente


 / Ethel Fernandes Rodrigues /



* Chã d’Areia - Praia - Cabo Verde | ED CP. 15 | 28 +238 261 89 84/ PI: (333) 7170 www.governo.cv I governodecaboVerde.O.CaboVerde_Gov



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO NOVO

Cidade do Porto Novo/Santo Antão - C.P. n.º 42, Tlf. 2221350/5162325 - E-mail: tribunalpn@gov.cv

=ANÚNCIO JUDICIAL=

Autos: **Processo de Suprimento de Consentimento**, registados sob o nº **20/2025-26**.

Requerente: Lidiane Rocha Silva, em representação do menor Aylon Micael Rocha Silva.

Requerido: **Nilton Jorge Silva do Rosário**, solteiro, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, residente em parte incerta, com última residência conhecida em Berlim - Cidade do Porto Novo na casa de um tal de Djassa.

FAZ SABER que, no processo e Tribunal acima indicados, é citado o mencionado requerido, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio judicial, alegar, querendo, o que tiver por conveniente, nos autos acima referidos, consistindo o pedido formulado na referida ação que:

- seja suprido o consentimento do requerido, autorizando o menor a requerer visto junto da Embaixada de Portugal e viajar para o estrangeiro na companhia da mãe ou de quem esta venha a indicar.

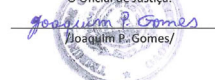
Faz ainda saber que, com a contestação, se a apresentar, deverá ser oferecido os meios de prova e que, na referida ação não é obrigatória a constituição de advogado.

Cidade do Porto Novo, 24 de março de 2026

A Juiz de Direito:


 /Magnólia Fortes Correia/

O Oficial de Justiça:


 /Joaquim P. Gomes/



HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VIATURAS MEDIANTE LICITAÇÃO.

Torna-se público, em conformidade com a deliberação da Águas e Energia da Boa Vista (adiante simplesmente AEB), decidida na reunião ordinária do CA - Concelho de Administração, realizada no dia 17 de outubro de 2025, que irá proceder à alienação de viaturas proposta por carta fechada, nos termos do regulamento que se segue.

REGULAMENTO

Artigo 1.º

Objeto e localização

1. Constitui objeto de hasta pública a alienação de cinco viaturas usadas, descritas no quadro abaixo.

Marca	Modelo	Matrícula	Ano fabrico	Lotação	Categoria	Peso bruto	Base de licitação
Toyota	Hilux	ST-59-RL	2017	5 lugares	Ligeiro Mixto	2950 Kg	1 540,00
Toyota	Hilux	ST-68-RW	2017	5 lugares	Ligeiro Mixto	2950 Kg	1 000,00
Toyota	Hilux	ST-82-QX	2016	5 lugares	Ligeiro Mixto	2950 Kg	1 370,00
Toyota	Hilux	ST-14-QR	2016	5 Lugares	Ligeiro Mixto	2950 Kg	1 850,00
Toyota	Hilux	ST-14-NZ	2011	5 lugares	Ligeiro Mixto	2760 Kg	450,00

2. As viaturas encontram-se no parque automóvel da AEB, na parcela técnica de Chave, onde poderão ser examinadas pelos interessados, entre os dias 19 /05/2026 a 29/05/2026, de segunda-feira até sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.

3. O valor base de licitação será conforme descrito no quadro e os valores não incluem IVA, aos quais acresce, nos termos da legislação em vigor.

4. As propostas devem ser apresentadas em **envelope fechado e lacrado até às 15h do dia 3 de junho de 2026**, contendo no exterior “À Águas e Energia da Boa Vista - Baguincho, Rabil, C.P nº 175, ilha da Boa Vista”, e com a seguinte menção: “Alienação de viaturas em hasta pública mediante proposta por carta fechada”, podendo ser entregue diretamente na sede da AEB, sita em Chave, na Loja em Sal Rei ou remetidas via Correios, para o endereço postal referenciado.

5. O concorrente deve proceder à sua identificação, indicando o número do documento de identificação, residência, a sua direção postal e o contacto telefónico.

6. Se o envio da proposta for feito via Correios, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada da proposta se verificar após esgotado o prazo de entrega estipulado.

7. Os interessados deverão contactar o Senhor Paulo Duarte através do endereço de correio eletrónico pduarte@aeb.cv, para efeito obtenção da documentação necessária ou para consulta de marcação de visita para apreciação das viaturas.

Artigo 2.º

Licitação

1. Os interessados poderão apresentar proposta para a aquisição de até dois (2) dos lotes indicados no quadro.

2. Os interessados não poderão propor mais do que um valor pelo mesmo lote.

3. As viaturas serão alienadas no estado em que se encontram, pelo que não se aceita, antes ou após a alienação, qualquer tipo de reclamação, nomeadamente quanto à não existência de peças, ferramentas e acessórios, ou devolução.

4. O ato público de abertura das propostas realizar-se-á no dia **3 de junho de 2026, pelas 16h0**, na sala de reuniões da AEB, sita na Parcela Técnica de Chave.

5. À sessão do ato público de abertura das propostas, podem assim assistir os interessados ou os seus representantes, estes últimos desde que devidamente credenciados, mediante preenchimento de modelo próprio para o efeito (**Anexo I**).

Artigo 3.º

Crítérios de adjudicação

1. Ao concorrente vencedor será exigido o pagamento de um sinal equivalente a 10% do valor da sua proposta, mediante depósito bancário, na conta da AEB, Nº: 4695124, no Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), no prazo de cinco (5) dias após o ato público de abertura das propostas.

2. A comissão de avaliação criada para o efeito, recomendará a adjudicação provisória ao concorrente que fizer a melhor oferta aceitável, após depositar a quantia mencionada no número anterior, constituindo sinal (mediante recibo passado pela AEB).

3. Se o concorrente adjudicatário não efetuar o pagamento do sinal suprarreferido, conforme o estipulado, considerar-se-á que desistiu e proceder-se-á à escolha do concorrente com o lance imediatamente inferior e sucessivamente.

4. A AEB poderá não efetuar a alienação das viaturas se as propostas não atingirem um nível satisfatório conforme a base de licitação.

5. O ato de adjudicação pode ser anulado ou suspenso, se forem detetadas situações de irregularidades que afetem a legalidade do ato, ou existirem fundados indícios de conluio entre concorrentes.

Artigo 4.º

Adjudicação definitiva

Depois da homologação da adjudicação provisória pela AEB, os concorrentes serão notificados para procederem ao pagamento dos 90% do valor remanescente, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena da perda do sinal, nos termos da lei aplicável e receberá um recibo de quitação pelo Departamento Financeiro da AEB.

Artigo 5.º

Condições e deveres do Adjudicatário

1. Antes do levantamento da viatura, o adjudicatário deverá entregar o respetivo recibo de quitação, comprovando o pagamento total da viatura.

2. O adjudicatário fica encarregue do transporte de viatura, em condições de segurança, respeitando as indicações dadas pela AEB, em data previamente agendada para o efeito.

3. Nenhum levantamento dos bens arrematados será autorizado, sem o depósito total do preço e após a apresentação do documento comprovativo que o interessado requereu à Conservatória do Registo Automóvel para o averbamento da nova propriedade.

Obs.: Os proponentes deverão fornecer, à AEB, cópia da sua identificação (BI ou CNI), morada, número de telefone, Número de Identificação Fiscal (NIF), e disponibilizar outros meios através dos quais poderão ser contactados.

Para conhecimento geral se publica o presente Hasta Pública, por dez (10) dias, subsequentes à data do presente anúncio.

Cidade de Sal Rei, aos 21 de maio de 2026

PI AEB- Águas e Energia da Boa Vista, S.A
 C.P. 175, SAL REI
 BOA VISTA, ILHA DA BOA VISTA





Anexo I DECLARAÇÃO

Nos termos e para os devidos efeitos do pondo 5 do artigo 2.º do presente regulamento da Hasta Pública, indicam-se os dados identificativos do concorrente:

LICITANTE	
Nome:	
Residência/Sede:	
NIF:	
Telefone:	
Email:	
Data: Boa Vista, _____	_____ (Assinatura do proponente)
REPRESENTANTE	
Nome:	
NIF:	
Data: Boa Vista _____	_____ (Assinatura do proponente)
A preencher pelos serviços	
Conferi a identidade do licitante através de _____ Estando a mesma em conformidade.	
Data: Boa Vista, _____	_____ (Assinatura do proponente)



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO

JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =
REG. Nº35/JM/TJCSF/2026

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação Judicial, registados sob o nº 91/2026, movido pelo Autor, **Manuel Monteiro Barbosa**, divorciado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em São Filipe, representado nos autos pelo Mandatário Judicial, **Dr. Paulo Barbosa**, advogado com escritório em São Filipe, contra os RÉUS, **MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADOS INCERTOS e HERDEIROS DE DESCONHECIDOS DE EDUÍNO JAIME MONTEIRO**.

São citados os Réus - INTERESSADOS INCERTOS E HERDEIROS DE EDUÍNO JAIME MONTEIRO, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

Verba I: Casa coberta de telhas de fibrocimento, com dois compartimentos cimentados e uma cisterna, localizada em Campanas de Baixo, confrontando em todos os lados com o proprietário, inscrito na matriz predial urbana de São Lourenço sob o número 593/0.

Verba II: Prédio rústico, localizado em Campanas de Baixo, com área de 1.923,97m2 confrontando ao Norte com Sra. Prima e Nhô Sabino, Sul com Sra. Chepa Nhanha ou regato, Este com Nha Lulú e Oeste com Sra. Prima.

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação

São Filipe, 14 de abril de 2026.



ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS MESA CONVOCATÓRIA

São convocados os Exmos. Senhores Acionistas da **Cabo Verde Telecom, S.A.**, para a reunião anual ordinária da **Assembleia-Geral**, que terá lugar no dia **17 de junho** do corrente ano, pelas **15H00**, no **Hotel Pérola**, na cidade da Praia, Cabo Verde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2025, que incluem as Contas Individuais e Consolidadas e o Parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Aplicação dos Resultados do Exercício de 2025;
3. Proceder à Apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade;
4. Apresentação do Plano de Atividades da Sociedade para o ano de 2026;
5. Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Nos termos dos artigos 301.º e 302.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, qualquer acionista com direito a voto pode fazer-se representar na referida Assembleia-Geral por qualquer pessoa singular com capacidade jurídica plena, devendo, para tanto, dirigir uma carta, devidamente assinada, ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, na qual seja especificada: (i) a assembleia em causa, (ii) o dia, (iii) a hora da reunião, (iv) a ordem do dia acima indicada, (v) as indicações sobre consultas dos documentos, (vi) a indicação da pessoa ou pessoas que lhe representará e (vii) a menção de que a (s) pessoa (s) representante (s), caso surjam circunstâncias imprevistas, poderá (ão) votar no sentido que julgar melhor satisfazer os interesses dele acionista.

Os acionistas que pretendem assistir a reunião via online devem comunicar essa intenção à Mesa da Assembleia-Geral ou ao Gabinete do Conselho de Administração da Empresa, visando facilitar a criação das condições logísticas para o efeito.

Todos os documentos estão disponíveis para consulta dos acionistas na sede da Sociedade, junto do Gabinete do Conselho de Administração, durante as horas normais de expediente.

Praia, 20 de maio de 2026

O Presidente da Mesa,
Simão Monteiro





REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO

JUIZO CÍVEL

ANÚNCIO JUDICIAL

=N.º 41/EP/TJCSF/2026

<<****o****>>

FAZ SABER que neste juízo, correm termos uns autos de AÇÃO ORDINÁRIA DE SIMPLES APRECIÇÃO. N.º:87/2026, em que é AUTORA: JOANA DE PINA, representado pelos advogados Drs. MANUEL ROQUE SILVA JR, E YARA DA VEIGA E ARTUR AMILCAR GANDRADE MENDES CARDOSO, com escritório nesta cidade, contra os REUS: HERDEIROS DESCONHECIDOS DE MARIA DA LUZ DE PINA, CLAUDINA DE JESUS PINA E ERNESTO DE PINA e INTERESSADOS E INCERTOS, representado pelo MP, desta comarca.

Por esta via são citados os réus- REUS: HERDEIROS DESCONHECIDOS DE MARIA DA LUZ DE PINA, CLAUDINA DE JESUS PINA E ERNESTO DE PINA, residentes na parte incerta de Portugal, com última residência em ponta verde, Freguesia de São Lourenço-Fogo e INTERESSADOS E INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de VINTE DIAS, depois os decorridos outros TRINTA DIAS, a contar da contados da segunda e última publicação do anúncio, para contestar, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pela Autora supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que se encontra neste cartório para lhe ser entregue logo que for solicitado.

VERBAS: 4 PARCELAS DE TERRENO SITO EM ACHADA FORA, com área global de 75.956,81 M2 COM AS SEGUINTE CONFRONTAÇÕES:

a) PARCELA N.º 1 (P1) - confrontada Norte com Nha Martina, a sul com Ribeira, a Leste com Martina e a Oeste com nha Lucinda, com área total de 2.625,86 m2;

b) PARCELA N.º 2 (P2) - confronta a Norte com Ribeira a Sul com Lídia, a Leste com Nha Martina e a oeste com nha Luzia, com área total de 4.436, 75 m2;

c) PARCELA N.º 3 (P3) – confronta a norte com Ribeira, a Sul com Ribeira a Leste com Amália e a Oeste com Lopes Josezinho, com área total de 10.174,85 m2;

d) PARCELA N.º 4 (P4) - confrontando a norte com Olímpio, Djiny e Socorro, a Sul com Ribeira, Maria de Pina e Ilda da Silva a Leste com Djon, Socorro e Lídia da Silva e a Oeste com José António Monteiro Filipe e Hermeto de Pina, com área total de 58.719,35 m2;

FAZ SABER AINDA de que a falta da contestação, importa a confissão dos factos articulados pela autora; b). De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação (art. 449º e do CPC); c) De que é obrigatória a constituição de advogado. d). De que, caso contestar a acção, deverá pagar o preparo inicial de 21.000\$00 dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efectuá-lo acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro da sua importância (art.58º, 61º e 66º do CCJ); e) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e f) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone e por fax.

Cidade de São Filipe, a 15 de maio de 2026
O Juiz de Direito / Nilton José de Pina
A Ajudante-Escrivã, / Emanuela Barbosa Lopes de Pina/






TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO Nº 15/2026

2ª PUBLICAÇÃO

O Dr. FILOMENO ROCHA AFONSO, JUIZ DE DIREITO DO PRIMEIRO JUÍZO CÍVEL, DA COMARCA DA PRAIA;

FAZ SABER, que pela Secretaria do Primeiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm termos os autos de Ação Especial-Justificação Judicial, reg. sob nº 14/2026, movido pelo Requerente ANTONIO GOMES, onde são CITADOS os HERDEIROS DE CELESTINO JOAQUIM ALMEIDA MARQUES, falecido em 24/10/2014, no estado de viúvo, designadamente: MARISILDA HELENA SOARES MARQUES, ELVIO CELESTINO SOARES MARQUES, EVANDRO MOREIRA MARQUES, casado com SÓNIA MENDES SEMEDO RODRIGUES, NIVALDO MOREIRA ALMEIDA MARQUES, JOSIANE LOPES MARQUES, EDMAR LOPES MARQUES, MITZA DE JESUS LOPES MARQUES, GEOVANY CELESTINO LOPES MARQUES, NAIR EVELINE LOPES MARQUES, e INTERESSADOS INCERTOS DE CELESTINO JOAQUIM ALMEIDA MARQUES, para, no prazo 10 (dez) dias, que se contarão depois de finda a dilação de 30 (Trinta) dias, contados depois da 2ª e última publicação do presente anúncio, querendo, deduzirem oposição ao pedido por simples requerimento, nos termos dos art. 133º-A, nºs 1 e 2; e 133º-C, 229º e 227º do Código Processo Civil, à ação supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, que se encontra à disposição dos mesmos no Cartório deste Juízo e, que consiste em requerer, que a presente ação seja julgada provada e procedente, declarando-se em consequência, justificado o direito de propriedade do Requerente sobre o prédio urbano descrito com área de 127 m2, situado em Calabaceira, Cidade da Praia, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o nº 10298/1, bem como sobre o terreno onde o mesmo se encontra implantado, autorizando-se o registo do referido prédio a favor do requerente na Conservatória do Registo Predial da Praia, com todas as consequências legais daí decorrentes e, que a falta de contestação importar à confissão dos factos articulados pelo Autor.

Outrossim, ainda, faz saber aos citados de que é obrigatória a constituição de advogado nesta ação, c que com a contestação ou a impugnação, deverão no prazo de cinco (05) dias, efetuarem o preparo inicial nos termos do art.º 61º do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, ao abrigo do disposto no art.º 66º do citado diploma, e que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de uma ação especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do presente Código e que poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária, diretamente no Juízo, ou no prazo de dois dias a contar da citação, junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, apresentando logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Secretaria do Primeiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, aos 16 dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis;

Para constar se lavrou este anúncio que será entregue ao mandatário do Requerente, para efeito de 1ª e 2ª publicação; (nº 3 do art.º 226º do Código de Processo Civil);

O Juiz de Direito / Filomeno Rocha Afonso/
O Escrivão de Direito / Sandra Sousa/




Campus de Justiça-Palmarejo, tel. 3336418/ 3336459



radio alfa
A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – 89.9 e 94.4
Santiago Norte e Sul - Fogo - Maio – 94.4 e 99.6
São Vicente - S. Antão - São Nicolau – 96.7



MESTRE SONKO

Grande cientista espiritual, com os mais fortes poderes, trata e ajuda a resolver qualquer que seja o seu caso de deficit solução, com mais rapidez. Exp: amor, sorte, negócio, união, prender e desviar, afastar aproximar pessoas amadas, doenças espirituais, justiça, estudos, maus-olhados, inveja, etc.

Lê sorte, dá previsão de vida e futuro pelo bom espírito e forte talismã.

WhatsApp: 00221778735052

WhatsApp: 79133959101



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CATARINA

JUIZO CIVEL

- ANÚNCIO n.º 16/2026 -

O MM.º JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CATARINA, e nos autos de PROCESSO ESPECIAL DE INVENTARIO OBRIGATORIO, N.º 02/2020, em que são:

Inventariantes: Juvenal Cabral Semedo.

Inventariado: Francisco Rosa Semedo.

Cabeça-de-casal: Francisca da Veiga de Oliveira Semedo.

Ficam citados os, **HERDEIROS DESCONHECIDOS DE FRANCISCO ROSA SEMEDO E INTERESSADOS INCERTOS**, para no prazo de **VINTE (20) DIAS**, acrescida da dilação de **TRINTA (30) DIAS**, contestarem querendo os autos em epigrafe, sob pena de serem considerados confessados os factos articulados pela requerente, cujo pedido consiste na instauração de processo de inventário destinado a partilha, de herança aberta por óbito de Francisco Rosa Semedo, nomeando-se o Requerente para o exercício das funções de cabeça-de-casal, tornando-lhe as competentes declarações em tal qualidade e seguindo-se os demais termos, sob pena de cominação legal.

Caso contestarem, deverão no prazo de **CINCO (5) DIAS**, efectuar o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido de taxa de justiça de igual montante, nos termos do art.º 66 do CCJ, e que tem a faculdade para requerer, em requerimento autónomo, tanto para o tribunal como para a Ordem dos advogados de Cabo Verde, sendo para esta (Ordem), em caso de obrigatoriedade de constituição de advogado, o benefício de assistência judiciária, o qual em relação a Ordem, deverá ser no prazo máximo de **DOIS (2) DIAS**, a contar da data de citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos das suas insuficiências económicas.

o duplicado da petição inicial encontra-se disponível na Secretaria deste Tribunal.

Assomada, 28 de abril de 2026.

O JUIZ DE DIREITO
Dr. Carlos Patrick Teixeira Andrade

O OFICIAL DE JUSTIÇA
Amílcar Évora

Palácio da justiça Cidade de Assomada-Santa Catarina-Avenida Liberdade Telefones (238) 5162307, Caixa Postal 107, Fax 2652382, email: trib.santacatarina@gmail.com



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Tribunal da Relação de Sotavento

ANÚNCIO

2.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 52/2026

Requerente: Ildeberto João Avelino Rosa.

Requerido(a): Natália Maria Dacamara Puga, maior, natural de Portugal, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América.

A Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, **Natália Maria Dacamara Puga**, nascida em 25 de dezembro de 1963, maior, filha de José Puga e Maria da Camara, natural de Portugal, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América, com, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado pelo Tribunal de Família do Estado de Rhode Island, Estados Unidos da América)**, pelos factos e fundamentos constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertida a requerida de que é obrigatória a constituição do Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00 (treze mil escudos)**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância **26.000\$00 (vinte e seis mil escudos)**, nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento **39.000\$00 (trinta e nove mil escudos)**, implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que será legalmente publicado.

Cidade de Assomada, aos 05 dias do mês de maio de 2026.

A Juiz Desembargadora,
/Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/
A Ajudante de Escrivão,
/Tereza de Jesus Lopes Brito/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA

1.º JUIZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Autos de Ação de Divórcio Litigioso, registado sob o n.º **20/2026**, que a autora **Anilda Maria Borges Gonçalves**, casada, natural de São Lourenço dos Órgãos Ilha de Santiago, filha de João Gonçalves Monteiro Tavares de Vitalina Borges Gonçalves, move contra o réu **Carlos Henrique Mendes Tavares**, maior, casado, natural de Nossa Senhora da Graça - Praia, filho de Regino Tavares e de Ernestina Mendes Tavares, com última residência conhecida em Ponta D'Água Zona Meio, atualmente ausente, em parte incerta de França, é este réu citado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a partir da publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação, advertindo-lhe que, a não contestação não implica confissão dos factos cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre a autora e o réu, com o fundamento nos factos que constituam violações essenciais dos deveres conjugais.

Mais faz saber ao citado, que é obrigatório a constituição de advogado caso decida contestar e, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de CINCO DIAS, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento em prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo e que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, telefone n.º 261 97 65, email ordemadvogados@cvtelecom.cv, com sede na Cidade da Praia ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 07 de maio do ano de 2026.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 07 de maio do ano de 2026.
Juiz de Direito,
/Cláudia Aídná Silva Lopes/
O Escrivão de Direito,
/Ernesto Veiga/

Campus de Justiça Palmarejo tel. n.º 5162338 CP 250 e 99



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservador / Notário p/s, Autelindo Zé António Pereira Semedo

Extrato

Certifico narrativamente para efeitos da primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Salvador do Mundo, perante mim, Autelindo Zé António Pereira Semedo, Conservador/Notário por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número quatro, as folhas **01 á 02**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Bartolomeu Horta Semedo**, falecido no dia sete de setembro de dois mil e vinte, em França, onde teve a sua última residência, que foi natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, no estado de solteiro, segundo declararam.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos, os filhos: **a) Anilton Quintino Monteiro Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França; **b) Claudio Quintino Brito**

Horta Semedo, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em França; **c) Tiago Quintino Brito Horta Semedo**, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em França.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram ao indicado herdeiro, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Bartolomeu Horta Semedo**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo. 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Salvador do Mundo, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis.

Emol:1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta n.º 1138437/2026

O Conservador / Notário, p/s.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Salvador do Mundo, Achada Igreja - São Salvador do Mundo, CP, Cabo Verde, Telefone / VOIP (333) 6960; (333) 6961, Email: Conservatoria.Cartorio.Mundo@gov.cv

- EXTRATO -

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dezoito de maio de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **95**, a folhas **98 a 99**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbitos de:

Primeira habilitação: **ANTÓNIO DE BRITO**, falecido no dia no dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e cinco, em Nhagar, freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Regina Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos. Que o falecido deixou testamento público outorgado no dia onze de dezembro de dois mil e um, a folhas 36º a 37 do livro número 15, deste Cartório Notarial, e deixou como únicos herdeiros testamentários e legitimários os seus filhos: **a) - Edna Conceição Semedo de Brito**, solteira, maior; **b) - Hermínio Semedo de Brito**, casado com Houda Benzina, sob regime de comunhão de adquiridos; **c) - Maria Antónia Semedo de Brito**, casada com Silvino Ramos Cardoso, sob regime de comunhão de adquiridos. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residentes em França.

Segunda habilitação: **REGINA SEMEDO BRITO**, falecida no dia dezanove de agosto de dois mil e vinte e cinco, na freguesia de São Domingos, concelho de Lisboa, Portugal, com última residência no concelho de Almada - Portugal, natural da freguesia e concelho

de Santa Catarina, ilha de Santiago, no estado de viúva. Que a falecida deixou testamento público, outorgado no dia onze de dezembro de dois mil e um, a folhas 35º a 36 do livro número 15, deste Cartório Notarial, e deixou como únicos herdeiros testamentários e legitimários os seus filhos: **a) - Edna Conceição Semedo de Brito; b) - Hermínio Semedo de Brito; c) - Maria Antónia Semedo de Brito**, todos acima melhores identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **António de Brito e Regina Semedo Brito**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezanove de maio de dois mil e vinte e seis.

Emol:1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº: 1148786



- EXTRATO -

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia catorze de maio de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número 95, a folhas **93 a 95º**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Maria Filomena Lopes Tavares Moreira e Fernando Jorge da Cruz Moreira**, casados entre si sob regime de comunhão de adquiridos, contribuintes fiscais números 164174109 e 171026306, naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residentes em Suíça, declaram ser donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio rústico, medindo trezentos e vinte e seis metros quadrados (326m2), situado em Ribeirão Manuel - freguesia e concelho de Santa Catarina ilha de Santiago, confrontando do Norte com Herdeiros de Tomás Mendes Varela, Sul, Este e Oeste com Via Pública, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **11611/0**, com o valor matricial de quinhentos mil escudos, omisso nas Conservatórias do Registo Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o dito prédio lhes veio a posse por compra feita na senhora, **Ana Pereira da Veiga**, já falecida, no ano dois mil e um, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas, desde logo entraram na posse e fruição do prédio, em nome

próprio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde a sua aquisição, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura da Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezoito de maio de dois mil e vinte e seis.

Emol: 1.000.00
Imp. de selo: ...200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº: 1147948



- EXTRATO -

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dezanove de maio de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **96**, a folhas **6 a 7**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Hélio Rodrigues Borges**, falecido no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um, em França, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casado com Maria Moreira Vaz Borges, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Julieta Lopes Rodrigues**, solteira, maior, natural da freguesia de São Jorge dos Arroios, concelho de Lisboa-Portugal, residente em França; **b) - Hélio Junior Rodrigues Borges**, solteiro, maior,

natural da França, residente em França..

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Hélio Rodrigues Borges**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezanove de maio de dois mil e vinte e seis.

Emol:1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total: ..1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº: 1148771



Conservadora/Notária – Djamila Rocha Delgado

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do artigo 100 do Código do Notariado, que no dia 11 de maio de 2026, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 42, de folhas 88 a 88 verso, uma escritura de justificação notarial, na qual **Maria Alice Almeida Lima**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz concelho de São Vicente, residente em Itália, **declara**, com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano de rés do chão, composto por quatro quartos de dormir, casa de banho, cozinha e sala de jantar, situado em Tarrafal de Monte Trigo — Porto Novo, com uma área de terreno de 105, 18 (cento e cinco vírgula dezoito) metros quadrados, confrontando do norte com Theophile Lautrey, sul com Herdeiros de Manuel Pires, este com Hilário Gregório Silveira e oeste com Orla Marítima, inscrito na matriz predial da freguesia de São João Baptista sob o número 8490/0, omissio no Registo Predial. Que o dito prédio lhe veio à posse, por compra que fez ao senhor José Amadeu Lima Ferro, nos anos 90, pelo preço de vinte e cinco mil escudos, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de trinta anos. Que na altura da compra havia uma casinha de palha no terreno que, entretanto, foi demolida e ali foi construído o prédio acima descri-

to que existe até hoje. Que na data da compra era casada com Umberto Strano, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, junto do qual fez a construção do imóvel, onde sua mãe viveu por muito tempo, pelo que se trata de um bem comum dos dois. Que a sua posse, apesar de não titulada, foi adquirida e mantida de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Mais se informa que nos termos do artigo 101 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 11 de maio de 2026.

Conta n.º 202617572
Processo n.º 1144774
Importa em mil e duzentos escudos.

A Conservadora-Notária,


/ Alicia Patricia da Cruz da Luz/

Conservadora/Notária – Djamila Rocha Delgado

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia sete de maio de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, folhas 63 verso a 64 frente, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado:

Que, no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezoito, faleceu no hospital João Morais, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, **Agnelo Vasconcelos Lopes**, de setenta e dois anos de idade, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, com última residência habitual na Cidade das Pombas, no estado de casado com Elizabeth Arcângela Dias Alves Lopes, sob o regime de comunhão geral de bens.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros os seus filhos a saber: **a) Maria de Lourdes Gomes Lopes**, solteira, maior, residente em Itália; **b) Elsa Maria Gomes Lopes**, solteira, maior, residente em Itália; **c) Anísio Candeia Lopes Duarte**, casado com Maria Duarte Vaz Fernandes Lopes, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Cidade da Praia, Santiago; **d) Maria do Livramento dos Santos Lopes**, solteira, maior, residente em Itália; **e) Maisa Helena de Fátima Lopes**, solteira, maior, residente em Portugal; **f) Aneth de Fatima Candeia Lopes**,

solteira, maior, residente na Cidade da Praia - Santiago; **g) Helder Ivaldir Andrade Lopes**, solteiro, maior, residente em Portugal; **h) Gerson Carlos Alves Lopes**, solteiro, maior, residente na Cidade das Pombas; **i) Éder Miguel Alves Lopes**, solteiro, maior, residente em Portugal; **j) Irivaldo Vicente Laureta Lopes**, solteiro, maior, residente em Boa Vista; **k) Renato Jorge Alves Lopes**, solteiro, maior, residente em Cidade das Pombas; **l) Erica Elizabeth Alves Lopes**, solteira, maior, residente em Cidade das Pombas, todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Agnelo Vasconcelos Lopes**. Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 14 de maio de 2026.

Processo nº 1145942
Conta nº 202604842/2026



TABELA DE PREÇOS* Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31, 5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16, 2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23, 5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16, 2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7, 8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios
Condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)
www.anacao.cv/como anunciar
email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia cinco do mês de Maio do ano dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas setenta e três a setenta e quatro, a escritura de Justificação Notarial, na qual **MANUEL SOCORRO GONÇALVES**, contribuinte fiscal número um, oito, seis, zero, nove, três, sete, zero, cinco, e cónjuge **ANDRESA SANTOS DE ALMEIDA GONÇALVES**, contribuinte fiscal número um, zero, quatro, oito, zero, três, quatro, zero, um, casados entre si, sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residentes nos Estados Unidos da América, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes imóveis: **i.** prédio urbano de rés-do-chão com um pardião, com a área de **cento e quarenta e quatro metros quadrados**, situado em Ponta Verde, ilha do Fogo, confrontando do Norte, Sul, Este e Oeste com baldio, com valor matricial de um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número **2566/0**, omissão nesta Conservatória/Cartório; **ii.** prédio urbano de rés-do-chão com três salas, nove quartos, duas cozinhas, duas casas de banho, garagem, varandas, cisterna e escada de acesso, e o primeiro andar com duas salas, dois quartos, duas casas de banho e varandas, com a área de **novecentos e trinta vírgula três metros quadrados**, situado em Ponta Verde, ilha do Fogo, confrontando do Norte com pas-

sagem pública, do Sul com canal e Vera, do Este com Vera e do Oeste com Bernaldino Gonçalves Barros, com valor matricial de nove milhões, oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número **890/0**, omissão nesta Conservatória/Cartório.


Que, os referidos imóveis foram construídos de raiz pelos justificantes, com recursos próprios, num terreno adquirido por compra ao falecido Augusto de Pina, pelo preço de doze mil escudos, no ano mil, novecentos e setenta, por documento particular, cujo original se extraviou. Que, todavia, a natureza meramente particular do contrato, impossibilita-os de fazer a primeira inscrição dos ditos imóveis no registo predial, visto que não há títulos que comprovem a correspondente transmissão.

Que, estão na posse dos referidos imóveis há mais de cinquenta anos, e sempre exercida pelos justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos cinco de Maio de dois mil e vinte e seis.

Art.20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º.....1141351
Conta sob n.º 202610005

O Conservador/Notário,
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/




- Extrato -

Conservadora-Notaria: Alicia Patrícia da Cruz da Luz

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50-1ª Série, que no dia treze do mês de Maio do ano dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas oitenta e um a oitenta e dois verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual **MARCELINA PIRES CARDOSO RODRIGUES**, contribuinte fiscal número um, cinco, dois, sete, um, três, nove, zero, cinco, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde reside em Luzia Nunes, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do prédio urbano de dois pisos, correspondentes ao rés-do-chão com hall de entrada, espaço aberto, sala comum, cozinha, dois quartos, duas casas de banho e escada de acesso, e o primeiro andar com hall de entrada, sala de visita, sala comum, cozinha, três quartos, estendal e escada de acesso ao terraço, situado em São Filipe (Centro da Cidade), ilha do Fogo, com a área de **cento e noventa e um metros quadrados**, confrontando do Norte com lote número 217, do Sul com lote número 216, do Este com via pública e do Oeste com lote número 214, com valor matricial de quinze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **138/0**, omissão nesta Conservatória.

Que, a justificante adquiriu o referido imóvel por herança da falecida mãe

Eugénia Pires Cardoso, que por sua vez o havia adquirido por compra efetuada aos senhores Augusto Rodrigues Monteiro e Eduardo Pereira Barbosa, atualmente já falecidos, celebrada por documento particular, em doze de janeiro de mil, novecentos e cinquenta e dois, pelo preço de trinta mil escudos.

Que, todavia, a natureza meramente particular do contrato celebrado entre a falecida mãe e os senhores Augusto Rodrigues Monteiro e Eduardo Pereira Barbosa, impossibilitando-a de fazer a primeira inscrição no registo predial, por falta de título que comprove a correspondente transmissão.

Que, a justificante está na posse do referido imóvel há mais de quarenta anos, a que se junta a posse de mais de trinta anos da falecida mãe, posse essa sempre exercida pela mesma, sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos treze de Maio de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1145839
Conta sob o n.º 202610901

O Conservador/Notário,
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/


Conservador/Notário - António Aleixo Martins

- Extrato -

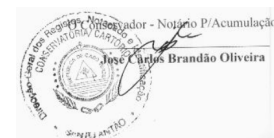
Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 41 a 41, verso outorgada no dia 16-04-2026, na qual **Teodora da Luz Pereira**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, Concelho de Ribeira Grande, residente na localidade de Cabo de Ribeira-Paúl, que outorga por si e na qualidade dos demais herdeiros de João Evangelista Alves Gomes, declara que ela e os demais herdeiros são donos e legítimos possuidores de um prédio rústico situado em Chã Manuel dos Santos, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o n.º 6017/0, confrontando do Norte com Estrada e António da Luz Lima; Sul com Escarpado; Este com António da Luz Lima e do Oeste com Estrada, omissão no registo predial. Alegam que o prédio acima identificado, lhes veio a posse por sucessão e menção pelo falecimento de João Evangelista Alves Gomes, que, após isso fizeram caso fez de imediato, a inscrição na matriz camararia em seus nomes, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo, entrou na posse e fuição dos prédios, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que à posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, usufruindo e suportando os respetivos encargos, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os Potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 13-05-2026.
Conta n.º 1139816/2026

O Conservador/Notário - Notário P/Acumulação
/José Carlos Brandão Oliveira/




DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

CONSERVADOR/NOTÁRIO - ANTÓNIO ALEIXO MARTINS

- Extrato -

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 94 a 39 verso, outorgada no dia 16-04-2026. na qual **Agnelo Maria da Graça**, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, Concelho de Ribeira Grande, residente na Cidade de Paúl, declara que é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano de rés-do-chão, na parte principal com um pátio a frente e uma dependência com 3 divisões e quintal, contendo também terreno de regojo. medindo 295 m2, situado em Passo de Vicente/Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o n.º 1026/0, confrontando do Norte com Herdeiros de Helena Lima Tavares, Sul com Terreno do Estado; Este com Caminho e do Oeste com Estrada, omissio no registo predial.

Alega que o referido prédio urbano, foi construído em terreno adquirido por compra à senhora Maria da Purificação Lima Tavares, no ano de 1992 e, nesse caso fez de imediato, a inscrição na

matriz camararia em seu nome próprio, mas não tendo título aquisitivo valido para efeito de primeira inscrição no registo predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para eleitos de primeira inscrição no registo predial, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatmas desde logo. entrou na posse e fruição dos prédios. posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja. Os Potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 13-05-2026.

Conta n.º 1139850/2026



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP* Cabo Verde, Telefone



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

NOTÁRIO P/S DANIEL LOPES FERREIRA

Extrato

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia oito de Maio de dois mil e vinte seis, de folhas 47F, e 48F no livro de notas para escrituras diversas número 01D, deste Cartório, a cargo de Conservador Notário p/s: **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Joana Correia Varela**, falecida em França, em vinte e cinco de Dezembro de dois mil e vinte cinco, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, que a falecida não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Almilo Varela Vaz**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Ana Mafalda Tavares Monteiro**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Carlos Varela Vaz**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Demicy**

Correia Varela Vaz, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Irene Pereira Horta**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Véronique Francisco Borges**, natural de França, residente em França e **Virginie Alexia Correia Varela**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Dominique Ferreira Barbosa**, natural de França, residente em França. Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

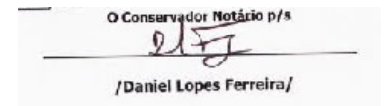
Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos onze dia do mês de Maio do ano dois mil e vinte seis.

Custa..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1145299/ 2026



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/- Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*. Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.º Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 57 v à 58 v a Justificação Notarial em que são justificantes **Antero da Purificação Fortes e Maria Helena Neves Fortes**, casados, naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário e Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residentes na Cidade da Ribeira Grande, se declaram com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de dois prédios; 1- Prédio construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, com uma sala de visita, um quarto de dormir, uma cozinha de lenha e um “rejojo”, área da casa = 95m2 a área do rejojo = 110m2, situado em Figueiral - ilha de Santo Antão, medindo 205 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 1988/0, confrontando do Norte, com Bernardo Cristino Ferreira; Sul com caminho carroçavel; Este, com Herdeiros de João António Chantre e caminho e do Oeste com Herdeiros de António Nascimento Fortes.

2- Prédio de regadio, situado em Figueiral - ilha de Santo Antão, medindo 68 m2, inscrito

na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 12868/0. confrontando do Norte, com Caminho: Sul com caminho Herdeiros de João Baptista: Este, com Julião Tavares e do Oeste com Herdeiros de **João Baptista**.

Os justificantes alegam na referida escritura que os referidos prédios, lhe veio a posse por compra feita nos herdeiros de Senhorinha Rosa Sousa, em 14-12-1998, por documento particular e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camararia em seus nomes próprios e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vêem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande Santo Antão. aos 13 dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o n.º 1144809/2026



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, Cp*, Cabo Verde,



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

CONSERVADORA/NOTÁRIA – DJAMILA ROCHA DELGADO

Extrato

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia onze de maio de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, folhas 66 verso a 67 frente, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado:

Que, no dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, faleceu no Hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, **Jorge Humberto Almeida Duarte**, no estado de divorciado, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas - concelho do Paul, com última residência habitual em Monte, São Vicente.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos os seus filhos a saber: **a) Rafaela Alexandra Ferro Almeida Duarte**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - São Vicente, residente na Cidade da Praia; **b) Raphael Mason Lopes Almeida Duarte**, solteiro, maior, natural dos Estados Unidos da América onde reside;

c) Daniela Maria Rocha Almeida Duarte, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - São Vicente, residente a cidade das Pombas, Paul.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Jorge Humberto Almeida Duarte**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 14 de maio de 2026.



Processo nº 1145963

Conta nº 202604862 / 2026

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.Cartorio Paul@gov.cv



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São
Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41



Conservatória/Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago
Notário P/S: João Correia

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Segunda** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 10.09.2025, de folhas 69 a 70 do livro de notas para escrituras diversas número 24 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **João Roberto de Brito, João Benedito Semedo Brito e João Baptista Brito**, nos termos seguintes:

Primeira habilitação

Que no dia **26.02.2005**, numa casa de Avenida Capitão Ambrósio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, faleceu, **João Roberto de Brito**, de oitenta e seis anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de São Nicolau, no estado de casado com Maria Valentina Semedo de Brito no regime de comunhão geral de bens, filho de Roberto João de Brito e de Margarida Soares, que teve sua última residência na Avenida Capitão Ambrósio, São Vicente.

Que o falecido fez testamento público lavrado no dia 01.10.1996. de fls 19, do Livro de Notas de Testamento, n.º 2 sobre o processo n.º 57580. do Cartório Notarial de São Vicente, na qual institui a sua esposa Maria Valentina Semedo de Brito, o usufruo de todos os bens que tiver a data do seu falecimento.

Que deixou como únicos herdeiros os seus filhos:

António Costa Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, residente em França, **Antónia Costa Brito**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, residente em Holanda, **António Roberto Semedo Brito**, casado com Maria da Conceição Ramos Semedo de Brito, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, concelho de São Nicolau; residente em Palmarejo, Praia.

Maria Madalena Brito Neves, casada com Manuel Jesus Silva Varela Neves, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, residente no Plateau, Praia, **Manuela de Deus Semedo Brito Ramos**, casada com Carlos Gomes Ramos, da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, residente em São Vicente, **José Roberto Semedo Brito**, casado com Zulmira da Cruz Fortes Semedo Brito, natural

da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Santa Maria, Ilha do Sal, **João Benedito Semedo Brito**, casado, já falecido, e João Baptista Brito, casado com Maria Dulce Soares, já falecido.

Segunda habilitação

Que têm conhecimento que, no dia **07.09.2007**, nos Estados Unidos da América, faleceu, **João Benedito Semedo Brito**, de cinquenta e um anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, no estado de casado, filho de João Roberto Brito e Maria Valentina Semedo, que teve sua última residência nos Estados Unidos da América.

Que o falecido não deixou testamento nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos **Ivana Lorena Andrade Brito**, e **Alexander Eugenio Andrade Brito**, solteiros, maiores, naturais dos Estados Unidos da América, onde residem.

Terceira habilitação

Que no dia **29.09.2024**, faleceu João Baptista Brito, casado com Maria Dulce Soares, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, filho de João Roberto Brito e Antónia Gertrudes do Rosário, e que teve a sua residência em Roterdão, Holanda. Que o falecido não deixou testamento qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como única herdeira a sua filha **Dulcineia Baptista Soares Brito**, solteira, maior, natural de Holanda. onde reside.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Conservatória/ Cartório de Ribeira Grande de Santiago, aos 11 de novembro de 2025.

CONTA: 1048561/2025
Art. 20.4.2.1000\$00
Selo do Acto. 200\$00 .
Total1.200\$00
Importa em mil e duzentos escudos.

O Notário P/S,

João Bernardo Correia



DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos Endereço/
Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@rni.gov.cv



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito da **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 1ª Série, que no dia **seis de Março de dois mil e vinte e seis**, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Fernando Jorge Correia Semedo**, Conservador Notário p/s, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **21/A**, a folhas **81 a 83**, as seguintes habilitações:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e seis do mês de setembro do ano dois mil e oito, faleceu na freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, sem testamento ou disposição de última vontade **ALBERTO BORGES**, no estado de casado com **Irene Lopes de Almeida**, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural, que foi da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos e com última residência habitual em Órgãos Pequeno - Órgãos.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que, posteriormente no dia um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, faleceu na freguesia de Nossa Senhora da Graça, sem testamento ou disposição de última vontade **IRENE LOPES DE ALMEIDA**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, e com última residência habitual em Órgãos Pequeno - Órgãos.

Que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros, os filhos legitimários:

a) **Maria Escolástica de Almeida Borges Fernandes**, casada com **José Maria Gomes Fernandes**, no regime de comunhão de Adquiridos, natural da freguesia da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Calabaceira Praia;

b) **Maria Antonieta de Almeida Borges**, solteira, maior, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Achada Eugénio Lima, Praia.

c) **Maria do Carmo de Almeida**

Borges, solteira, maior, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em residente em São Pedro, Praia;

d) **João Alberto Almeida Borges**, solteiro, maior, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Achadinha, Praia;-

e) **Joana Maria de Almeida Borges Semedo**, casada com **José Manuel Sanches Semedo**, no regime de comunhão de Adquiridos. natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Pedra Molar, Órgãos.

f) **João De Lurdes de Almeida Borges**, solteiro, maior, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal.

g) **Manuel Filomeno de Almeida Borges**, divorciado, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Pedra Baixo.

h) **Edna Lucete de Almeida Borges**, solteira, maior, natural da freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Holanda.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e seis.

Artº.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total..... 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº. 11292298/2026.

O Notário, P/S

/ Fernando Jorge Correia Semedo



Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia vinte do seis de março do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e dois, de folhas dezassete verso a vinte, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia nove do mês de outubro do ano mil novecentos e noventa e **quatro**, no hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **João Filipe Almeida**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Cristina Maria Oliveira, sob o regime da comunhão de adquiridos.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Maria Oliveira Almeida**, à data do óbito casada com Porfirio João Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, sendo atualmente divorciada, residente em São Vicente; **b) Joana Nascimento Almeida**, solteira, maior, residente em São Vicente; **c) Alcinda Viterbo Almeida**, casada com Ilídio António Santos, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Espanha; **d) Ilza Maria Oliveira Almeida**, solteira, maior, residente em Itália; **e) Alzira Cristina Almeida**, casada com Manuel de Jesus Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, de nacionalidade portuguesa, residente nos Países Baixos; **f) Manuel Almeida** (já falecido); **g) Carlos João Oliveira Almeida** (já falecido); **h) Eduardo Oliveira Almeida Neto** (já falecido); estes naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão; **i) Maria Helena Oliveira Almeida**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde reside.

Entretanto, no dia dois do mês de novembro do ano dois mil e catorze, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Cristina Maria Oliveira**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, todos acima identificados das alíneas **a) a i)**.

Ainda, no dia dezanove do mês de março do ano dois mil e quinze, num domicílio, freguesia Nossa Senhora da Luz, onde teve sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Manuel Almeida**, no estado de divorciado.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo do como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **1) Jair Jorge Silva Almeida**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América; **2) Roni Benito Silva Almeida**, unido de fato com Dulcineida Cristina Soares Gomes, residente São Vicente; **3) Edvaldo Renato Silva Almeida**, solteiro, maior, residente em Portugal; **4) Ana Cristina Correia Almeida**, solteira, maior, residente em Santo Antão; **5) Sandra Helena Correia Almeida**, solteira, maior, residente em Luxemburgo ; estes naturais da freguesia de Nossa

Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente **6) Neida Manuela Silva Almeida**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente nos Estados Unidos da América.

Ainda, no dia dezasseis do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, em 6 Allée D'Oxford em Aix-En-Provence (Bouches-Du-Rhône) França, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **Carlos João Oliveira Almeida**, no estado de divorciado.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiro legitimário, o seu filho, a saber: **1) Elis Regina David Almeida**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde reside.

Ainda, no dia onze do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, no Hospital Dr. Baptista Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Eduardo Oliveira Almeida Neto**, no estado solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber: **a) Eritson Renato Delgado Almeida**, divorciado, residente em São Vicente; **b) Ravidson Lopes Almeida**, solteiro, maior, residente em São Vicente; **c) Elton John Gonçalves Almeida**, solteiro, maior, residente em Portugal; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora Luz, concelho e ilha de São Vicente; **d) Liliana Sofia Alves Almeida**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente em Espanha.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos "**de cujus**".

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos dos artigos nos 86-A e 87 do Código do Notariado.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos seis de maio de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto....200\$00

Somas.....1.200\$00

Processo n.º.....1122668

Conta n.º 202615437

O Notário,


/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41



EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **96, a folhas 8 a 9**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbitos de:

Primeira habilitação: JUVÊNCIO TAVARES, falecido no dia no dia sete de fevereiro de dois mil e sete, em Mancholy, freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Ida Rodrigues Monteiro, sob regime de comunhão de adquiridos. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Silvino Monteiro Tavares**, casado com Ana Maria Varela Borges Tavares, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **b) - Virgínia Monteiro Tavares Correia**, casada com Arnaldo Mendes Correia Tavares, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Luxemburgo; **c) - Vitalina Monteiro Tavares**, casada com Júlio dos Reis Monteiro, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Achada Falcão; **d) - André Monteiro Tavares**, casado com Maria de Fátima Borges Cabral Tavares, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **e) - Cesaltina Maria Monteiro Tavares**, solteira, maior, residente em

concelho de Santa Catarina.

Segunda habilitação: IDA RODRIGUES MONTEIRO, falecida no dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, no Hospital Regional Santiago Norte, freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago com última residência em Mancholy, Santa Catarina, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de viúva.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Silvino Monteiro Tavares; b) - Virgínia Monteiro Tavares Correia; c) - Vitalina Monteiro Tavares; d) - André Monteiro Tavares; e) - Cesaltina Maria Monteiro Tavares**, todos acima melhores identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Juvêncio Tavares e Ida Rodrigues Monteiro**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Emol:1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos
Conta nº 1149322



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



- EXTRATO -

CERTIFICO. para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série. que no dia seis de maio do ano de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 84, de folhas 56 v 57. a habilitação de herdeiros na qual foi declarado:

Que, no dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, faleceu na Cidade da Ribeira Grande, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, **Libânio Alves Rocha**, no estado de solteiro, filho de Maria Gertrudes Rocha, natural que foi da freguesia de São Pedro Apóstolo do concelho da Ribeira Grande, tendo como última residência em Penha de França.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos os seus filhos a saber: 1 - António Jorge Rocha, solteiro, maior, residente em Penha de França,

2 - Gertrudes Cesária Rocha, solteira, maior, residente em São Vicente; 3- Orlanda Cesária Rocha Vaz, casada, com Bartolomeu Delgado Rocha Vaz, residente em São Vicente; 4- Luísa Cesária Rocha, solteira, maior, residente em João Dias, todos naturais da freguesia de São Pedro Apóstolo do concelho da Ribeira Grande.

Que não há quem com os indicados herdeiros possam concorrer a sucessão na herança do falecido, Libânio Alves Rocha.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, pode o interessado, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 13-05-2026.

Conta nº : 1144786/2026



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP* Cabo Verde, Telefone



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



1º Cartório Notarial da Praia Notária P/S Jacilene Romi Fortes Lopes

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia **15.05.2026**, de folhas **23 a 24** do livro de notas para Escrituras Diversas numero **376**, deste Cartório Notarial, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **João Baptista Mendes Rosa**, nos termos seguintes:

1. Que no dia seis de março de dois mil e vinte e três, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu João Baptista Mendes Rosa, aos sessenta e oito anos de idade, no estado civil de casado com Laurendina da Graça Cardoso Rosa no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, filho de Estandislau Santos Rosa e Maria Mendes Silva, que teve a sua última residência habitual em Achadinha Baixo, Cidade da Praia.

2. Que o falecido não deixou testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros:

a) Ana Paula Cardoso Rosa, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em na ilha do sal ;
b) Evandro Laura Cardoso Rosa, casado com Cadine Silva Monteiro no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal;
c) Solange Patrícia Cardoso Rosa,

solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Inglaterra.

d) João José Cardoso Rosa, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Portugal;

e) Eurisio Baptista Cardoso Rosa, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março. Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 15 de maio de 2026.

A Notária P/S

Jacilene Romi Fortes Lopes
/ Jacilene Romi Fortes Lopes /

CONTA: 1147822/2026

Art. 20.4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total..... 1.200\$00.

Importa o presente em mil e duzentos escudos.



Este espaço é
para o seu anúncio!



DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



CONSERVADOR/NOTÁRIO — ANTÓNIO ALEIXO MARTINS

- Extrato -

Certifico, para eleito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 48 a 48 verso, outorgada no dia 28-04-2026, na qual. **António Jorge Rocha**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo do concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Penha de França -ilha de Santo Antão, declara que é dono e legítimo possuidor de um prédio construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, com um quarto de dormir, situado em Topo quebrado - Ribeira Grande - ilha de Santo Antão, medindo 16 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o nº 4100/0, confrontando do Norte, com Herdeiros de Libano Alves Rocha; Sul, Baldio; Este, com Borda e Oeste Baldio, omissos no Registo Predial.

a posse por Doação feita no senhor, Libânio Alves Rocha, no ano de 1984, por documento particular e nesse caso fez a inscrição na matriz camararia em seu nome próprio e, não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial veem invocar a usucapião como forma de aquisição, uma vez que exerce uma posse em nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os Potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 15-05-2026.

Reg sob o nº 1142104/26

O Conservador-Notário P. Acumulação,

José Carlos Brandão de Oliveira

Alega que o referido prédio lhe veio

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão.



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 21 de Maio

MODERNA
Plateau - Av. A. Cabral - 261 27 19

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 22 de Maio

CENTRAL
Plateau - Av A. Cabral - 261 11 67

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SÁBADO - 23 de Maio

STº ANTÓNIO
Achada Santo António - 262 11 86

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO - 24 de Maio

AFRICANA
Plateau - Av A. Cabral - 261 59 55

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 25 de Maio

AVENIDA
Fazenda - Av. C. de Lisboa - 261 36 90

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 26 de Maio

STA ISABEL
A.S.A. - Frente B.V. - 262 37 47

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 27 de Maio

ACHADA SÃO FILIPE
Achada São Filipe - 264 72 56

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04



DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto. B.O. nº 50 - 1ª Série, que foi outorgada no dia 15-05-2026, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 67 verso a 68, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado:

Grande, residente em Holanda e **Lesly Rocha dos Santos**, solteiro, maior, natural de Holanda de nacionalidade Holandesa, residente em Holanda.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os seus filhos os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possam concorrer a sucessão na herança do falecido **Félix Manuel Santos**

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86. - A e do artigo 87.º do Código do Notariado podem os interessados, querendo, impugnar a referida 925197739329 escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande -Santo Antão, aos 15-05-2026.

Reg. Sob o nº 1147189/2026

O Conservador-Notário P. Acumulação,

José Carlos Brandão de Oliveira

Alega que o referido prédio lhe veio

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde,

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

VISTO
Verificador pelo pelouro
Urbanismo e obras
01/05/13

CONFIRMADO
Presidente-da Câmara
02-05-13

Covão Lourenço

Proprietário: Rui António Luis Lopes Umbelino

USO: Habitação Mista

Área Total: 406.10m2

ENC: 1/1000

DATA: 02/05/2013

Z	Q	L
HM	07	10
ABONAMENTOS		
DOAÇÃO		
Compro		
Ocupação Temporária		
Nº de pisos: Com. 0/0		
+ Habito		

Contacto: (+238) 999 52 69